

militia

ANO III

N.º 14

JANEIRO/FEVEREIRO — 1950



SUMÁRIO

EDITORIAL

Içaiçupiratuba	7
Nossa Capa	9

DIVERSOS

A Era Atômica — cap. Brêno Pereira da Silva	10
Congestionamentos e acidentes no trânsito — 1.º tenente T. Nicolau Salgado	13
A história se repete — Monte Serrat Filho	20
Almanaques da Fôrça Pública — coronel S. Amaral	24
Fôrça Pública, Auxiliar do Exército — 2.º tenente M. de Souza Chagas	27
Zé Bacurau — tenente Orlando Xavier Pombo	31
Histórico e Organização atual da Polícia Argentina — capitão Hélio M. Quaresma	35
Missiva — coronel Peres Barbosa	51
Coisas da Fôrça Pública — coronel José A. Torres	52
Bom Remédio — tenente Felix de Barros Morgado	56
Renúncia — capitão J. de Vasconcelos	57

NOTICIÁRIO

Abertura dos cursos do C. I. M.	59
Atividades da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva	63
Flagrantes do Carnaval de 1950	67
Reorganização do Serviço Odontológico da Fôrça Pública	71
Também fomos ver Giannella de Marco	74
Publicações Recebidas	79
Promoção "Post-Mortem"	81
Assunção de Comando em Campinas	80
Tribunal Militar da Fôrça Pública	83
Natal Feliz	85
Corpo de Carabineiros do Chile	87
Corpo de Bombeiros em Ribeirão Preto	88
Aspirantes da Fôrça Pública de 1923	89
Notícias das co-irmãs	90
Serviço de Fundos da Fôrça Pública	99

EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Encerramento do ano letivo da E. E. F.	92
Corrida da Bandeira	95
Torneio Interno de Xadrez	96

RECREAÇÃO

Problema sôbre esgrima	96
Página Humorística	97

LEGISLAÇÃO — capitão José Arimathéa do Nascimento	113
---	-----

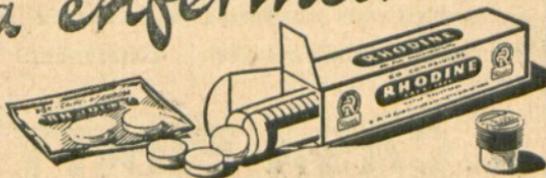


DÔR - GRIPE - RESFRIADOS

RHODINE

CAFEINADA

A boa enfermeira



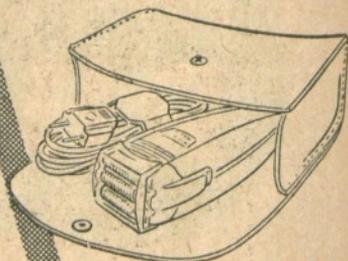
Barba sempre bem feita
sem pincel... sem irritar a pele!



com o novo aparelho
de barbear elétrico
REMINGTON
FOURSOME

Standard

O aparelho de barbear elétrico mais aperfeiçoado. Corta facilmente a barba mais rebelde. Prático, rápido e confortável. Sua ação forte e suave equivale a uma verdadeira massagem. Um cabeçote duplo Blue Streak e dois redondos. Fabricação pelos processos técnicos mais modernos.



UM FINÍSSIMO
PRESENTE PARA
CAVALHEIROS!



A venda nas principais lojas da Capital
Distribuidor exclusivo e assistência:

S. A. CASA PRATT

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 227/233 - SÃO PAULO

TELEFONE: 3-2161

MILITIA

REVISTA PUBLICADA NA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO
DE ACORDO COM OS ESTATUTOS DO C.M.F.P.S.P.

Redação e Administração: — Avenida Tiradente, 1088 —
Fone 4-8171, ramal 299.

A NO III — JANEIRO/FEVEREIRO DE 1950 — N.º 14

DIRETOR: — cel. Coriolano de Almeida Júnior

REDATOR-CHEFE: — ten. cel adm. Aparício de Barros Messias

SECRETARIO: — 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho.

REDADORES: —

maj. Arrison de Souza Ferraz

cap. Efraim Bratfisch Lastebasse

cap. Ubirajara da Silveira

cap. Osvaldo Feliciano dos Santos

2.º ten. Hildebrando Chagas.

GERENTE: — cap. Francisco Vieira Fonseca

TESOUREIRO: — maj. adm. Nelson de Carvalho Rosa

Assinatura anual Cr. \$ 25,00

Assinatura semestral Cr. \$ 15,00

Número avulso Cr. \$ 5,00

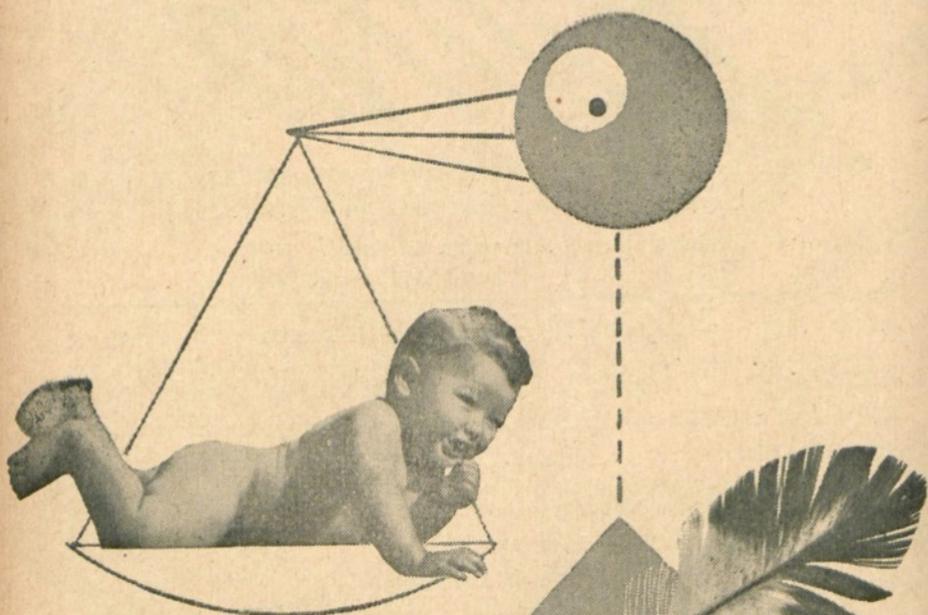
* MILITIA destina-se a tratar de assuntos técnicos policiais-militares e culturais em geral.

* A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos políticos-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.

* Pedese que os originais sejam datilografados, com espaço duplo, sendo que não serão devolvidos, mesmo quando não publicados. Pedese ainda sejam entregues à redação, no enderêço acima.

* A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

* Os trabalhos publicados em MILITIA poderão ser transcritos, desde que se mencione a origem.



Transporte cuidadoso...

**carga - correspondência
encomendas**

E esse é nosso ponto de vista: para nós toda a carga ou encomenda é merecedora de maior cuidado, como se fosse marcada "Fragil". E toda a correspondência é como se fosse marcada "Urgente". cremos que esse é também seu ponto de vista. Envie, portanto, pela VASP ou pela Aerovias.

Vasp - Aerovias

Rua Libero Badaró, 89
Telefone: 2-6993

Rua Libero Badaró, 370
Telefone: 6-2960



Içaiçupiratuba

Era uma vez um moço, que deixou as praias alvacentas do litoral e grimposu a Serra de Paranapiacaba, vencendo as picadas ásperas e longas, até alcançar os domínios de João Ramalho.

Aquele jovem, que usava como veste a samarra e se arrimava a bastão nodoso, tinha como guia o guaianá fiel na rota para o planalto e Deus como bússula na estrada do seu destino.

Deixára lá para trás as praias alvacentas, às quais dedicára inspiração poética em louvor à Virgem, e agora, seguindo o trilho cavado pelas enxurradas na agreste penedia, onde sangrava os pés,

deixava, sob as frondes espessas, as gótas escarlates demarcando a Via que hoje tem seu nome.

Pungido, vezes sem conta, pelo cansaço, sentava-se à orla fresca do caminho estreito, até que surgiu no horizonte a chapada da Borda do Campo.

O Espôso de Bartira acolheu-o com as honras merecidas, e após um repouso que lhe restaurara os alentos, Anchieta, mal rompera a nivea alvorada, compunha, radiante, a escura roupeta, punha o surrão às costas e prosseguia na jornada, mais alentado pelo infatigável guianá.

Agora é a estacada defensiva do rumoroso morubixaba Tibiriçá.

Lá se ostentava o cacique do "plateau", rodeado dos seus subchefes, de cocares multicores, tangas de penas coloridas e colares extravagantes, braços abertos ao canário que fôra levado ao pagé cristão.

Dias depois, por iniciativa do tenerifense, assentava-se o plano da construção do templo e colégio. E com a ajuda de todos se iniciava a Palhoça. Pedras e madeiras, conduzidas aos ombros bronzeados dos índolas, atingiam o ápice da colina banhada pelo Anhangabaú e Tamanduatéi.

Por fim, a inauguração da Tupanaroca.

A Missa de 25 de janeiro.

Dia de S. Paulo.

Pe. Paiva terminava a celebração com o seu: "TUPÃ TAPÊ MONGARAI".

Uma onda de otimismo choveu sôbre os presentes. Os que o viram e o ouviram eram qual escudo férreo que Caraibebê forjara, para afugentar o currupira, o juduparí e o caapora, terror daquela gente que se atemorizava com os gênios da floresta virgem.

Poderiam ouvir sossegados os górgeios de guiraeté nas frondas de pindouçú, anunciando as alvoradas róseas de Piratiningá.

No Colégio, os descendentes de Caiubí, de João Ramalho e de Tibiriçá, já repetiam o Tupã recé, o Santa Curuçá rangabá recé.

S. Paulo nasceu assim: dentro da primeira escola, seu primeiro berço e primeiro reduto, sob as orações da primeira missa, com as bênçãos de Paiva e Anchieta, o primeiro mestre do Brasil.

A palhoça, com porta feita de esteira de canas, que mal abrigava vinte pessoas, cresceu tanto, para hoje acolher oito milhões de almas que trabalham perseverantemente, colocando, agora, ou-

tras pedras sôbre pedras, na construção fulgente e imorredoura do Pánteon da Civilização nacional.

Por isso, apenas, os piratininguaras, ao se referirem à S. Paulo, sem quebra de acendrado amor à PINDORAMA querida, exclamam alto e com fervor:

IÇAIÇUPIRATUBA!

"Içaiçupiratuba" — Terra estremecida, terra amada.

"Tuparanoca" — A casa de Deus, igreja.

"Tupã tape mongaraí" — Deus vos abençoe.

"Caraíbebê" — Anjo, criatura que voa.

"Currupira", "Jurupari", "Caapora" — Entidades fantásticas que assombram os selvagens.

"Guietá" — Passaredo.

"Pindouçú" — Palmeiras frondosas.

"Tipã recê" — Por amor de Deus.

"Santa Curuçá rangaba recê" — Pelo sinal da Santa Cruz.

"Pindorama" — Terra das palmeiras, o Brasil.



NOSSA CAPA

Monumento comemorativo à fundação de São Paulo, erigido no local onde, há 396 anos, Anchieta plantou, com as próprias mãos, a semente fecunda do Colégio São Paulo que, decorridos quatro centúrias, viria a se transformar no maior parque industrial da América Latina, justo orgulho da nação brasileira.

A ERA ATÔMICA

Cap. BRENO PEREIRA DA SILVA

Em tôda a luta histórica do homem, para colocar a seu serviço as forças da natureza, dois grandes acontecimentos assinalaram os pontos culminantes dessa batalha — a transformação da energia mecânica em calor e a transformação do calor em energia mecânica.

A primeira destas descobertas teve lugar, no amanhecer da civilização, quando, há cerca de um milhão de anos, um nosso antepassado, atraindo dois fragmentos de madeira, acendeu a primeira chama.

Este fato, insignificante em sua aparência, iria exercer uma influência decisiva no desenvolvimento da espécie humana. Era a libertação da vida nômade, da busca diária e penosa do alimento, constituído, quase que exclusivamente, de frutos e raízes encontrados ao acaso.

O homem começa a cosinhar suas refeições, alargando e multiplicando suas reduzidas fontes alimentares. O fogo permitiu incorporar, desde logo, ao cardápio humano, novos e numerosos produtos alimentícios: os cereais e a carne assada ou cozida. Produtos estes que o homem possa produzir, plantando, domesticando e criando.

Libertado da vida errante a que a escassês de alimento o constrangera, até então, o homem pôde se fixar na terra, construir sua morada,

inventar novos instrumentos, dividir o trabalho, fortalecer seus laços sociais. O rendimento da jornada de trabalho que antes mal bastava para matar a fome, passa a acumular mais do que o estritamente necessário para sua sobrevivência. A sociedade humana entrava em uma era de desenvolvimento de ritmo até então desconhecido.

Procurando nas forças da natureza os elementos que o libertassem de seu penoso esforço muscular, o homem serviu-se, a princípio, da força animal, depois aproveitou o vento e a água para mover seus moinhos, ou impelir seus navios.

O progresso constante nos instrumentos de trabalho, a utilização crescente das forças naturais determinaram até a idade média as formas sociais da comunidade primitiva, da escravidão e da servidão, e deram origem ao estado feudal.

Mas, a pressão da água e do vento são forças que, ou não são sempre encontradas nos lugares onde são mais necessárias, ou não têm a regularidade que as necessidades produtivas reclamam.

Premido por esta contingência, o homem alcançou sua segunda grande vitória — a descoberta da máquina a vapor — que permite a transformação do calor em energia mecânica. A força muscular humana obteve, então, um poderoso aliado.

A produção adquire um novo e prodigioso desenvolvimento, o barco a vela é substituído pelo navio a vapor, os veículos de tração animal dão lugar ao trem e à locomotiva, a oficina artezã é substituída pela fábrica moderna, a aldeia pela cidade, cai a Monarquia Hereditária e nasce a República Democrática.

Abrira-se o caminho para um progresso vertiginoso, cujo ritmo, de tempos a tempos, é impulsionado por novos descobrimentos: o carvão de pedra, a eletricidade, o motor a explosão, o petróleo, a usina hidroelétrica, o telégrafo, o avião, o rádio, etc..

Avança-se mais em dez anos dos tempos modernos que num século da idade média.

E', em meio, a esse aperfeiçoamento espantoso da ciência e da técnica de nossos dias, que o homem alcança o grande triunfo da libertação da energia nuclear. Triunfo cuja importância pode ser comparada ao descobrimento do fogo e da máquina à vapor.

A emoção causada em todo o mundo, pela explosão de Hiroshima, não é, todavia, suficiente para servir de medida às enormes conseqüências da nova descoberta.

A bomba atômica tem um poder extraordinário, muito maior que os demais explosivos. Um só quilo de urânio 235, ao se desintegrar, liberta uma energia equivalente a 300 toneladas de trotil.

A explosão sobre Hiroshima, cidade de 300 mil habitantes, provocou instantaneamente uma verdadeira hecatombe: 12 mil mortos e 144 mil feridos, a maioria dos quais veio morrer em conseqüência das quei-

maduras sofridas. Em Osaka, cidade de 2.800.000 habitantes, mesmo depois da ação destruidora de 1.140 bombardeiros, realizando seis operações sucessivas, com bombas comuns, o número de baixas ainda foi bastante menor: nove mil mortos e doze mil feridos.

Conquanto seja enorme o poder destruidor da arma atômica, pode-se afirmar que ela não seria decisiva num conflito mundial, o que será resolutivo para o bem estar dos homens, sera o emprêgo pacífico da energia atômica.

As palavras que a seguir transcrevemos do sábio francês Frederic Joliot-Curie, presidente da Comissão de Energia Atômica da França, nos esclarecem sobre sua enorme significação.

"Os rádio-elementos artificiais, que são produzidos em quantidades imensas nas pilhas atômicas, são indispensáveis para descobrir os mecanismo íntimos de numerosos fenômenos na biologia, na química, na física e na técnica industrial. Constituem meio eficaz na luta contra enfermidades graves. Seu emprêgo como indicadores radio-ativos ajudar-nos-á, sem dúvida, a realizar a síntese de substâncias como a clorofila das plantas que, sob a ação das radiações solares, transforma em precioso carvão o gás carbônico, resíduo inútil da combustão do carvão. Poderíamos assim construir novas fontes de energia irradiadas pelo sol, sem o consumo de matérias primas".

Isso significa que o homem se libertará do trabalho fastidioso da mineração do carvão. A fonte inesgotável de combustível será a própria atmosfera, justamente na parte que é inútil à vida humana, o seu

gás carbônico. E aquilo que as plantas faziam pela ação clorofiliana das folhas, em dezenas de anos, passará a ser feito pela ação consciente do homem, utilizando-se de corpos por êle fabricados que trabalhem mais depressa.

Será a solução mundial do problema do combustível, uniformemente distribuído sobre toda a superfície da terra.

A utilização do urânio 235 como combustível atômico já é uma realidade. As usinas atômicas da América e da Inglaterra, com uma potência que varia de 10 mil a 200 mil quilowates, acham-se em pleno funcionamento.

O emprêgo da energia das pilhas atômicas ainda não se generalizou, substituindo os demais combustíveis, porque ela ainda é mais cara que a energia hidroelétrica. Todavia, os últimos aperfeiçoamentos introduzidos na pilha atômica, fêz descer o

preço do seu quilovate ao nível do preço do quilovate produzido em usinas térmicas movidas a carvão.

Uma única carga de 10 mil toneladas de urânio 235, segundo os cálculos dos especialistas, permitiria à França dispor durante um século de uma energia dez vêzes superior a toda a energia elétrica e térmica que ela hoje possui.

Os atuais progressos feitos no aproveitamento pacífico da energia atômica e as enormes possibilidades de desenvolvimento que apresenta, levou o sábio Kapitza a fazer a seguinte declaração: «Falar de energia atômica em termos de bomba atômica é o mesmo que falar da electricidade em termos de cadeira elétrica».

Há, portanto, razão para se afirmar que estamos no limiar de uma nova era — a era atômica, propiciadora de uma paz mais feliz para os homens.



Torrefação e Moagem de Café = TIRADENTES S/A. =

Rua Prates n.º 881 — S. PAULO

Fones 4-5248 e 4-6574

CAFÉ TIRADENTES

“O MELHOR CAFÉ DA TERRA DO CAFÉ”

O prisioneiro, ao selvagem:

- Tenha compaixão! Estou gripado e posso transmitir-lhe a doença!
- Não se preocupe, para dentro da panela já foi um médico.

Congestionamentos e acidentes no trânsito

Entre os inúmeros problemas que afligem o povo d'êste extraordinário Estado que é São Paulo, dois dêles vêm tomando maior vulto cada dia que passa: são os que se referem aos **Congestionamento e Acidentes no Trânsito**, não só dentro dos perímetros urbano e suburbano da capital bandeirante, mas, também, nas principais estradas de rodagem do Estado.



Os congestionamentos no tráfego causam sérios prejuízos econômicos aos indivíduos e à Nação.

Nossa intenção não é tecer crítica destrutiva. A verdade, porém, é que os processos até agora utilizados para resolver êsses problemas têm falhado, apesar da boa vontade e interêsse empregados, de nenhum modo se poderá fazer a afirmativa de que foi encontrada a solução eficaz.

Muito se tem falado e escrito sôbre aqueles dois assuntos, — não deixando dúvida os textos de lei, códigos e regulamentos, sôbre a importância dessa intricada matéria que desafia a argúcia do paulista. No entanto, vários fatores vêm influenciando

direta e indiretamente sôbre soluções que viriam, se não resolver definitivamente os problemas, ao menos em parte reduzir o elevado número de **Acidentes no Trânsito**, principalmente na Capital.

Examinando atentamente os fatores que vêm influenciando na solução daqueles casos, verificamos, logo de início, que dois são os mais importantes: o primeiro é o que se refere à situação urbanística da Cidade de São Paulo; o segundo, o da

falta de uma organização técnica à altura de superintender todos os serviços ligados ao trânsito do Estado.

O primeiro fator, isto é, o problema urbanístico, parece-nos que, tão logo, não será resolvido, apesar da boa vontade e visão de alguns homens públicos que têm dirigido a nossa Prefeitura Municipal. É que, são de tal monta as remodelações pelas quais têm que passar as vias públicas que, mesmo havendo verbas para cobrir o custo de tais empresas, serão necessários muitos anos para se realizarem.

O Planejamento das vias de comunicações, em uma cidade como São Paulo, é de máxima importância, pois sabemos, por experiência própria, que grandes têm sido os prejuízos causados pela sua inexistência.

A consequência do mau traçado das vias principais é não comportarem trânsito intensivo, causando constantes congestionamentos no tráfego e inúmeros acidentes.

A fim de que tenhamos ligeira idéia sobre o número e consequências dos acidentes do trânsito nêstes dez últimos anos, em nossa Capital, citaremos em seguida dados estatísticos colhidos em fontes oficiais.

O Boletim Estadual de Estatística n.º 1 — 1.º Trimestre de 1945, página 149, ao tratar dos “Autores responsáveis e vítimas em geral dos acidentes de veículos», acusa os seguintes dados referentes aos anos de 1939 a 1943.

TABELA — I

DISCRIMINAÇÃO	1939	1940	1941	1942	1943
Totais de acidentes	1984	1739	1879	1530	1477
Autores responsáveis	901	671	693	501	505
Vítimas em geral	2590	2263	2506	1894	1907
Mortes	—	—	147	116	155

O movimento Estatístico da Delegacia de Acidentes em Tráfego da Diretoria do Serviço de Trânsito, com referência

ãos anos de 1944 a 1948, registra os dados abaixo, os quais completam o decênio ora focalizado.

TABELA — II

DISCRIMINAÇÃO	1944	1945	1946	1947	1948
Totais de acidentes	1870	1836	2403	2670	2031
Autores responsáveis	2204	2197	3124	3471	2639
Vítimas em geral	2320	2469	3604	2644	2332
Mortes	160	261	302	246	206

Pelas Tabelas I e II e pelos gráficos n.ºs 1 e 2, podemos fazer uma comparação mais clara das relações entre a persistência e o aumento dos acidentes no trânsito, bem como de seus responsáveis e número de vítimas e mortes, no decorrer do período compreendido entre 1939 a 1948.

GRÁFICO N.º 1

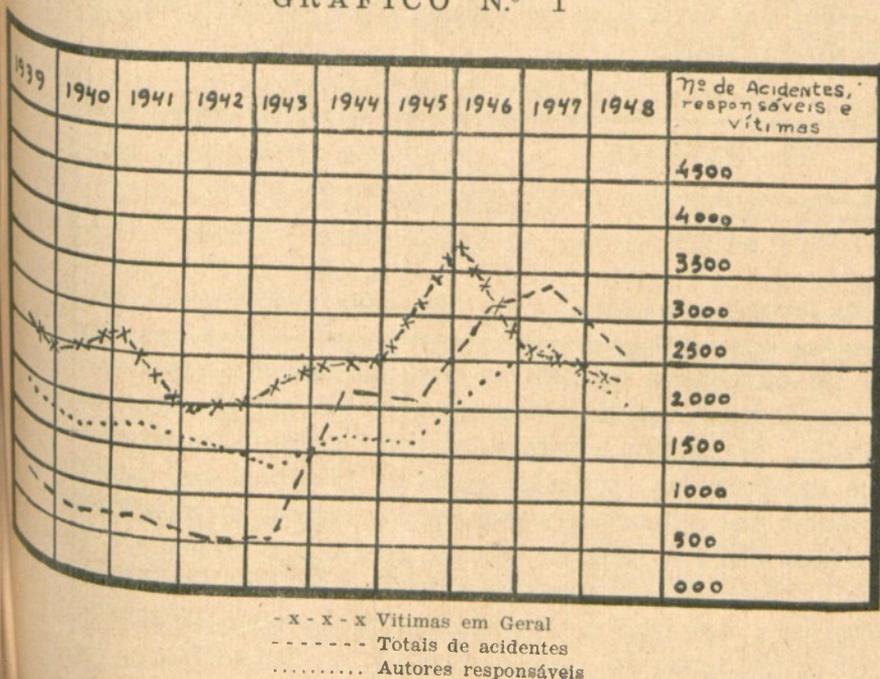
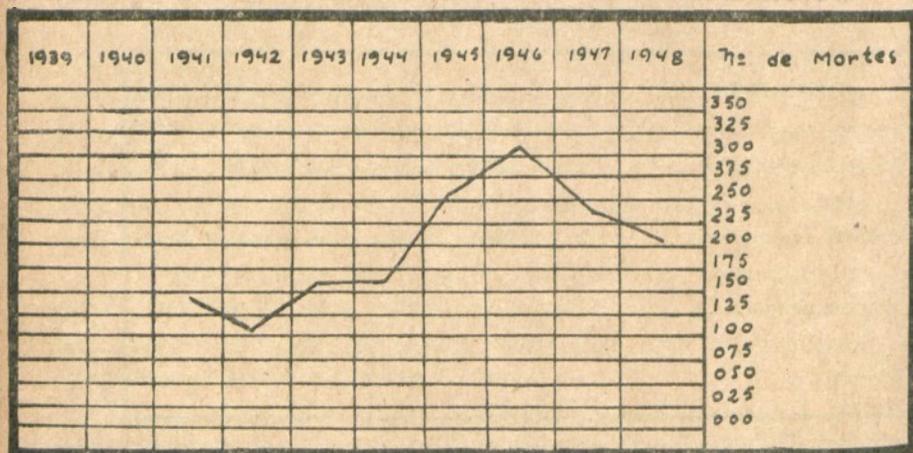


GRÁFICO N.º 2



No quinquênio de 1939 a 1943, conforme se verifica na pag. n.º 252, do Boletim n.º 1 do Departamento Estadual de Estatística, de 1945, grande foi a percentagem dos acidentes causados por excesso de velocidade, como podemos verificar pelo quadro abaixo:—

QUADRO N.º 1

DISCRIMINAÇÃO	1939	1940	1941	1942	1943
Totais de acidentes	1894	1739	1879	1530	1477
Por excesso de velocidade	664	653	690	499	499

Do quinquênio de 1944 a 1948, infelizmente não conseguimos dados fidedignos, daí a inconveniência de citá-los neste trabalho. No entanto, em face das observações feitas no exercício constante da profissão, podemos assegurar que a percentagem dos acidentes provocados por excesso de velocidade e inobservância às leis do trânsito continua a mesma na última hipótese, isto principalmente devido à falta de fiscalização sistemática dos órgãos competentes, por causas certamente ponderáveis, tendo em vista os recursos do momento.

Quanto ao número de vítimas em geral, as tabelas I e II mostram-nos claramente quão elevado foi êle no período de 1939 a 1948, bem como o número de mortes ocasionadas pelos acidentes, o qual se elevou consideravelmente no quinquênio de 1944 a 1948, conforme se constata pelo gráfico n.º 2.

De tudo o que expusemos até agora, o que causa maior estranheza é que até o presente não se tenham encontrado meios capazes de ao menos diminuir o número de tais acidentes e atenuar suas conseqüências, principalmente em nosso Estado, pioneiro dos grandes empreendimentos.

Pela prática diuturna e pela observação constante que temos desenvolvido no serviço policial de rua, sob seus múltiplos aspectos, podemos afirmar que, além do fator urbanismo, muitos outros vêm influindo para que não tenhamos solucionado, em parte, tão magnos problemas como sejam os de **Congestionamento e Acidentes no Trânsito**.

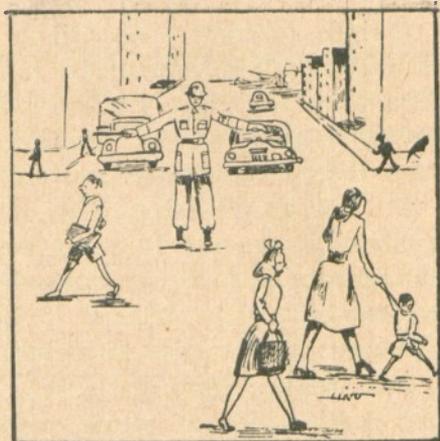
Entre êsses fatores, reputamos de suma importância, como já dissemos retro, a criação de um órgão técnico único, capaz de organizar, orientar e fiscalizar o trânsito, não só na Capital, como ainda nas cidades do interior e nas rodovias estaduais, órgão êsse que poderia denominar-se "**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E POLICIAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO**", com amplas atribuições dentro de todo o território estadual.

A intensificação e sistematização de Campanhas Educativas de Trânsito é uma necessidade, principalmente em nossa Capital, onde os motoristas, ou melhor, os condutores de veículos e os próprios pedestres, por ignorarem as leis, códigos, regulamentos e portarias ou por desrespeito àqueles dispositivos legais e às autoridades fiscalizadoras, praticam atos que põem em perigo não só a segurança individual, como a coletiva.

Apesar de serem brandas as leis que regem o assunto, se elas fossem observadas rigorosamente o número de acidentes seria reduzido pelo menos de 50%. O mesmo aconteceria com os congestionamentos em determinados pontos da cidade.

A deficiência do urbanismo não justifica que permaneçamos na situação em que nos encontramos com referência aos

acidentes e congestionamentos do tráfego, principalmente em algumas vias da Paulicéia, como sejam as avenidas Rangel Pestana, Celso Garcia, São João, Brigadeiro Luiz Antônio, Ipiranga, rua Voluntários da Pátria e outras. O que temos a fazer é, por intermédio de levantamentos estatísticos, determinar as causas, locais e horas mais freqüentes dos congestionamentos e acidentes que se verificam



O trânsito bem fiscalizado é uma segurança à vida do cidadão.

naquelas vias e intensificarmos a fiscalização, a fim de que haja menos abuso por parte dos condutores de veículos e dos próprios transeuntes, fazendo-se obedecer rigorosamente às leis e determinações referentes ao trânsito. Cremos que tal medida, se não solucionar totalmente o assunto, ao menos em parte o resolverá.

Concluimos, sugerindo ainda, neste trabalho, afim de enfrentar os dois problemas por nós citados — **Congestionamento e Acidentes no Trânsito** — o seguinte:—

- 1.º) — que se crie um Departamento de Engenharia e Policiamento de Trânsito para todo o Estado de São Paulo, com as atribuições de:—
 - a) — superintender tudo quanto se relacione com o trânsito dentro do território estadual;
 - b) — organizar, orientar e fiscalizar todo o trânsito da Capital, cidades do interior e das rodovias estaduais;
 - c) — estudar e planejar as construções rodoviárias e vias públicas, bem como os sistemas e meios de sinalização de trânsito;
 - d) — fornecer documentos de habilitação aos cidadãos que os desejarem, mediante exame rigoroso de direção e conhecimentos das leis de trânsito, prin-

- principalmente do Código Nacional de Trânsito e Regulamento Geral do Trânsito para o Estado;
- e) — Manter um corpo de fiscais ou policiais de trânsito devidamente à altura da missão;
 - f) — instaurar inquéritos referentes às infrações do trânsito, inclusive os de caráter criminal, desde que relacionados com o trânsito.
- 2.º) — que se intensifique o serviço de policiamento de trânsito, principalmente:—
- a) — nas vias onde houver maior volume de tráfego;
 - b) — onde houver maior interferência de pedestres;
 - c) — nos cruzamentos.
- 3.º) — que durante a fiscalização se exija:—
- a) — rigorosa observância das leis de trânsito, por parte de condutores de veículos e dos pedestres;
 - b) — severa observância dos sinais do trânsito em geral, pelos pedestres e pelos condutores de veículos, principalmente nos cruzamentos;
- 4.º) — que se pinte, em todos os lugares necessários, faixas de segurança para pedestres e de «Limite de Parada» para veículos, principalmente nos cruzamentos;
- 5.º) — que se coloquem, nos pontos necessários, aparelhos luminosos de sinalização, após estudo minucioso do local, em relação aos fundamentos técnicos para localização dos mesmos.
- 6.º) — que se coloquem, nos pontos necessários, os sinais inscritos em placas, a fim de orientar não só aos pedestres, como ainda aos condutores de veículos.
- 7.º) — Finalmente, que se encaminhe, por intermédio de estudos feitos por comissões especializadas, sugestões às autoridades indicadas e competentes, a fim de que sejam processadas revisões no Código Nacional de Trânsito e Regulamento Geral para o trânsito do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere às penalidades previstas para as infrações praticadas pelos condutores de veículos.

A história se repete...

(A propósito de um artigo sôbre as Polícias Militares).

Nosso amigo Brandão é um dêsses muitos civis que se acamaradaram com os oficiais da Fôrça e hoje veneram a corporação criada pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Por isso, naquele dia, entrou pela redação agitando um jornal e dizendo indignado: — Leia estas infâmias atiradas gratuitamente sôbre as polícias-militares. E crispava os dedos das mãos, como se quizesse afundá-los nas carnes do pescoço do articulista.

Deixámos de lado o desinteressante e cansativo trabalho de revisão, e, circunspectos, iniciámos a leitura do artigo apontado pelo index do Brandão. Nós, que somos sizudos por natureza, não pudemos deixar de rir gostosamente. Às nossas primeiras manifestações de hilaridade o recém-chegado entre surpreso e raívoso fortemente reagiu.

— Então, meu amigo, uma classe abnegada e numerosa como a sua, presente em toda a vastidão territorial da Pátria, nas grandes cidades como nos

vilarejos dos confins do interior, é insultada e você ainda acha graça?

Pedimos-lhe que aguardasse a explicação no final da leitura e continuámos a gozar com as investidas imaginárias do escritor. Chegados ao final da “peça salvadora da nacionalidade” pudemos explicar ao companheiro irritado, o porque da jocosidade encontrada em um artigo de fundo aparentemente sério. E ela vai também aqui para os leitores de MILITIA, que o leram transcrito em seu número 11.

Eis a história: Nossa adolescência, passamô-la em pacata cidade do interior paulista, onde conhecemos Teoricastro, descuidado chefe de estação e de família. (Respeitosamente não trairemos a público particularidades de sua vida doméstica).

Terminado o curso secundário, feito com sacrifício em cidade vizinha, rumámos para a Capital com destino às fileiras da Fôrça Pública. Do pequeno

burgo natal tínhamos notícias, de longe em longe, trazidas pelos conhecidos encontrados, ao acaso, no turbilhão das ruas paulistanas.

Foi o Zeca Freitas que me trouxe a nova da mudança do chefe da estação.

— Mas como? Então Apiracema estava com novo chefe? E o Teoricastro para onde teria ido com a récuá de filhos, perguntei preocupado com a sorte da simples e bôa família.

— O Teoricastro foi aposentado há dois anos. É agora presidente da Sociedade dos Amigos de Apiracema e tem em vista um grande plano de urbanização da cidade para ser apresentado ao governo estadual. Encarregou-se mesmo de traçar nova planta, com ruas largas e retas e modernas praças arborizadas.

Um lustro depois dêsse encontro com o Zé de Freitas, impelidos pela saudade do berço natal, rumámos, em férias, para Apiracema. No decorrer da viagem, imaginação solta, deleitámo-nos percorrendo as ruas da cidade, transformada em jardim pelo dinamismo de Teoricastro. Descansámos, mesmo, na praça fronteira á igreja, num cômodo banco em agradável sombra.

O devaneio foi passageiro e logo se desfez ante a dura realidade: Apiracema continuava naquela antiga pasmaceira de cidade morta e abandonada de uma década atrás. Deu-nos a impressão de estar até mais velha. As ruas permaneciam sem calçamento e a praça da igreja, coberta por vegetação, ainda servia, como dantes, de pasto á cabras e outros animais, bem como de campo de futebol dos rapazinhos desocupados.

À noite fomos á venda do Chico Raimundo. A um canto, sòzinho, envergando a surrada farda de chefe, estava o Teoricastro entregue ás suas divagações. Cumprimentámos os presentes e dirigimo-nos para a mesa onde se encontrava o velho conhecido, ao mesmo tempo que pedimos: — Raimundo avança uma cerveja.

Teoricastro, de cara magra e barba por fazer, acertou os óculos, de aro de tartaruga, sobre a base do nariz adunco e foi dizendo: — Ora viva, aqui pela terra! ? Muito bem! Vamos sentar. Vamos tomar alguma coisa.

Depois das primeiras notícias sobre a família, desculpou-se lamentando: — Pois não sabia que você estava na Fôrça Pública. Agora é tarde.

— O que é que houve Teoricastro?

— Pois é, não vê que eu organizei um vasto plano de remodelação da polícia do Estado e já o enviei ao governador. Mas voceis não serão prejudicados, serão aproveitados em outros encargos.

— E no que consiste a mudança?

— Extinção da polícia militar e da polícia de carreira.

Suas funções serão exercidas sem remuneração, por patriotas voluntários. Será a ampliação do que já se faz hoje em dia com respeito aos encargos de sub-delegado, suplentes e inspectores de quartirão, os quais não ganham nem um vintém. Em resumo: cada cidadão dará algumas horas de serviço em prol da segurança pública. Eu próprio me ofereci para desempenhar qualquer cargo, de inspector de quartirão a delegado. Avalie só a economia para os cofres estaduais! Economia essa que reverterá em benefício dos prestativos cidadãos, que seriam menos onerados pelos impostos. Mas isto ainda não é nada. Tenho em mente um plano de muito maior envergadura, um plano de amplitude universal.

Você já leu os últimos comentários a respeito das bombas atômicas atiradas em Hiroshima e Nakasaqui? Uma só bomba, meu amigo, matou mais de 150 mil pessoas. Isto quer dizer que vamos ter, brevemente, a maior transformação registrada até hoje na arte da guerra. Os exércitos, as forças do mar e mesmo as do ar, não têm mais razão de existir. Um bombinha atômica podem destruir, em pouco tempo, um grande exército ou uma poderosa armada. O organismo de defesa de um país poderá resumir-se em alguns laboratórios de energia atômica e numa centena de aviões super velozes.

Sei que isto poderá já ter ocorrido a alguém, mas eu quero ser o primeiro a apresentar o plano ao presidente da República. Depois, no meu plano, entrarei em especificações quanto ao caso nacional. Preverei o emprego do pessoal a ser dispensado bem como o da verba destinada aos ministérios militares. E teremos, então, muitas escolas, hospitais e estradas por todo êste vasto Brasil.

Teoricastro, o teórico visionário, vibrava de entusiasmo e já se via coroado de louros e envolvido pela admiração da Pátria reconhecida.

Perguntámos-lhe se havia terminado a planta cartográfica da cidade. Teoricastro disfarçou, mudou de assunto, e como eram 23 hs., despediu-se, pois, no dia seguinte precisaria levantar-se muito cedo para escrever o seu "plano".

O pobre Teoricastro que, em cinco anos, não conseguira terminar o simples trabalho cartográfico de que se encarregara, "reformava e destruía" instituições seculares, sempre

com os olhos voltados para a imagem sacrosanta da pátria e vibrante de nacionalismo.

Os seus "planos" corriam pela cidade e eram motivo de risos dos apiracemenses. Aprendemos também a ver a lado humorístico das "reformas" do nosso conterrâneo, e foi por isso que desopilámos o fígado ao ler o "plano" deste outro patriótico reformador.



EM FRANCÊS

No alojamento os oficiais crivavam o "Homem Dicionário" de perguntas. As respostas viam prontas. Nisto um tenente paulista perguntou-lhe: Romário o que é bangui?

Bangui?

— E', bangui.

— Eu conheço banguê, que é o nome dado à padiola de conduzir cadáveres de escravos, ou de levar materiais de construção. Também se chama banguê o canal ladrilhado por onde escoa a espuma das tachas de assucar, e a fornalha em que se colocam as tachas nos engenhos.

Por extensão o nome passou, no nordeste, ao próprio engenho. No sul dava-se o nome de banguê a uma espécie de liteira com teto e cortinado de couro.

Quando ao bangui, devo confessar-lhe que não sei o que seja.

Um capitão goiano, mangando com o "Homem Dicionário", disse-lhe:

— Romário você não sabe o que é bangui?

— Não sei não.

— Pois é muito fácil. Bangui é bangu em francês.

CAFE' ROCHA — SEMPRE GOSTOSO

Almanaques da Fôrça Pública

Cel. S. Amaral

O Almanaque editado em 1912, o mais antigo que possuímos em nossa coleção, era mui simples e poucos dados continha sôbre a Fôrça Pública, conforme exposição que fizemos, em artigo anterior, no entanto, o editado em 1913, nos dá uma idéia mais completa da organização e legislação vigentes nessa época.

As primeiras páginas continham, como o de 1912, dados quanto à eleição e posse do Presidente do Estado snr. dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, nomeação do Secretário dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública snr. dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal e nomeação do Comandante Geral, cel. Antônio Batista da Luz. Antes de relacionar os Corpos, Repartições e Serviço Sanitário como o de 1912, foi-lhe acrescentado a relação dos Secretários de Estado dos Negócios da Justiça — Interior, Justiça e Segurança Pública desde a data da criação da primeira daquelas Secretarias, em 1892; a seguir vinha o «Quadro dos Coronéis Comandantes da Fôrça Pública» desde 1891. A página seguinte era dedicada aos Instrutores Militares (Missão Francesa) na seguinte ordem:

Chefe — cel. Paul Balagny — 25 de Março de 1906; Auxiliares de cavalaria — ten.-cel. Alphonse Faneaw de La Horie - 25 de Setembro de 1911; capitão René Dermirgian

— 25 de Setembro de 1911; Auxiliares de infantaria — ten.-cel. René Durand de Premorel — 25 de Novembro de 1912; cap. Camille Ettienne Guéritat — 25 de Setembro de 1911; Auxiliar de Esgrima — cap. Delphin Balencier — 10 de Maio de 1910; Auxiliares de Ginástica — cap. Andrien Delbos — 25 de Novembro de 1912; cap. Louis Lemaitre — 25 de Novembro, de 1912.

Oficiais que anteriormente fizeram parte da Missão:

Cavalaria — ten.-cel. Augusto Gatelet — 10-V-910 a 1-VIII-911; Cavalaria — cap. Frederico Stat Muller — 15-III-906 a 1º-XII-911; Infantaria — ten.-cel. Raoul Negrel — (Fal.) — 25-III-906 a 14-VI-906; ten.-cel. Louis Jusselain — 12-III-908 a 3-IV-910; ten.-cel. Louis Forzineti — 10-V-910 a 1º-VIII-910; ten.-cel. Charles Étienne Souty — 25-IX-911 a 1º-VII-912; cap. Andréa Honeix de La Brousse — 25-III-906 a 29-III-910; cap. Raymundo Rouvillain — 10-V-910 a 1º-VIII-911.

A partir da página 16 até a 28, estão relacionados com discriminação dos Oficiais que os compõem e função que desempenham, o Estado Maior da Fôrça, Corpo Escola e Corpo de Cavalaria, Batalhões, Corpos de Guarda Cívica, Corpo de Bombeiros, Serviço Sanitário, Auditoria e Serviço Telegráfico e Telefônico. A página 29 é

ocupada pelas convenções usadas no almanaque. As páginas 30 a 32 dão conhecimento da lei n.º 1244, de 27-XII-1910, que estabelece as «condições e interstícios para a promoção dos Officiais», trazendo ainda o art. 37º do decreto n.º 2349 de 14-II-1913 que regula a relação dos aprovados nos Cursos Geral e Especial Militar, com direito à promoção ao posto de alferes, mais o artigo 1.º da lei n.º 1272 de 27-XI-911 que dispõe sobre a situação de Officiais inválidos. O quadro dos Officiais Combatentes é discriminados entre as páginas 34 á 79 e o dos Officiais reformados da página 82 á 88, sendo certo que como Coroneis Reformados encontram-se Guilherme José do Nascimento reformado em 24-XI-1891 e Manoel José Branco em 8 de Fevereiro de 1892.

A página 89 é consagrada à discriminação dos «Dias feriados da República», que são dez no ano, a saber: 1.º de Janeiro, 24 de Fevereiro, 21 de Abril, 3 de Maio, 13 de Maio, 14 de Julho, 7 de Setembro, 12 de Outubro, 2 de Novembro e 15 de Novembro; datas essas, cujo significado, algumas delas, desconhecido possivelmente de muitos estudantes dos nossos atuais cursos secundários. Os quartéis da Fôrça Pública ocupam as páginas 90 á 92, verificando-se que o Comando Geral estava instalado à Praça Visconde Congonhas do Campo n.º 1, praça essa que ficava situada em frente ao Jardim da Luz, no início da Rua Afonso Pena. O 3.º Batalhão ocupava o antigo quartel de linha à rua 11 de Agosto n.º 43; o 4.º Batalhão, o quartel da antiga Alfandega a rua Américo Brasiliense; o 1.º Corpo da Guarda Cívica, o quartel da Tabatinguera, na rua do Hospício, quartéis esses, que a maior parte dos nossos jovens tenentes não chegaram a conhecer. O quadro geral do pessoal da Fôrça Pública está na página 93 e por êle verificamos: a) que o efetivo da Fôrça era de 7.431 homens; b) que o Corpo de Saúde se compunha de 10 Officiais e 27 praças; c) que o quadro de Officiais se compunha de: um coronel, onze tenentes-coroneis, onze majores, quarenta e oito capitães, quarenta e três tenentes e noventa e dois alferes.

O Almanaque terminava com os «anexos», constituído de: «Tabelas de distribuição e duração de artigos», «Tabelas de pessoal e vencimentos para o exercício de 1913»,



— Tens certeza de que é a filha do diretor?

(Londen Bystander, Londres)

nas quais verificamos que o coronel Comandante Geral percebia Cr.\$ 1.100,00 mensais, o tenente-coronel Cr.\$ 800,00, o major Cr.\$ 600,00, o capitão Cr.\$ 500,00, o tenente Cr.\$ 380,00, o alferes Cr.\$ 330,00, o soldado Cr.\$ 102,00.

As despesas com a Fôrça Pública naquele ano atingiam a astronômica soma de Cr.\$ 12.2184,80,00, importância essa insuficiente nos nossos dias para manter um redu-

zido Batalhão de Caçadores. O Almanaque do ano de 1913 foi organizado inteligentemente, constituindo atualmente uma fonte segura de informações do passado de nossa Fôrça Pública, sendo instrutivo compulsá-lo, não só pelo que encerra de histórico, como ainda pelos dados positivos da organização e legislação vigente naquela época. Continuaremos a examinar os demais almanaques da Fôrça Pública, dentro dos objetivos já enumerados.

Retificação: — Tendo havido alguns equívocos na publicação passada, retifique-se na seguinte forma:

Página 49 — na 3a. linha, onde se lê «e demais elementos informativos» leia-se — «e demais elementos que fazem parte»; na 6a. linha e seguinte, onde se lê «1812, 1914, 1917, 1919, 1922, 1926, 1929, 1934, 1935, 1937 e 1939 a 1949», leia-se —

«1912, 1913, 1914, 1917, 1919, 1922, 1926 a 1929, 1934, 1935, 1937 e 1939 a 1949»; na 12a. linha onde se lê «aos de 1914» — leia-se «as de 1914»; Na página — 50 — 7a. linha onde se lê «foram editados», leia-se: «foram impressos»; na 23a. linha onde se lê — «1922» — leia-se — 1912; na última linha onde se lê — «página 23», leia-se — «página 24».

Capitão Dr. José Nogueira Sampaio

ADVOGADO

* * *

Rua Barão de Itapetininga n.º 50 — 7.º andar, salas 725 a 729 — Telefones 6-6216 e 4-4210

SÃO PAULO

ESTA É VERÍDICA

Um candidato à Escola de Oficiais "bombardeado" logo no primeiro exame, telegrafou para o irmão nestes termos:

— *Prepara papai. Fui reprovado.*

Recebeu de casa a seguinte resposta:

— *Papai preparado. Prepara-te.*

Fôrça Pública, Auxiliar do Exército

2.º ten. Manoel de Souza Chagas

A lei que elevou a nossa Fôrça Pública à condição de Fôrça Auxiliar do Exército" colocou, novamente, na ordem do dia, os problemas da interdependência das duas corporações armadas e da própria razão de ser da organização militar de nosso Estado.

Não se pode negar que existe uma possibilidade remota, com raízes profundas mesmo, capaz de levar estas duas fôrças fraternas a contigência de se verem face-a-face, ao envez de sempre se manterem lado-a-lado, segundo sua destinação constitucional. Porém isto está ligado à própria essência de nosso regime federativo, que, com o admitir o sistema de freios e contrapesos destinados a manter o equilíbrio harmônico dos três poderes dirigentes da República, promove, análogamente, a possibilidade de defeza dos Estados da Federação contra eventual ação prepotente e ilícitas do Poder central, dando-lhes tempo, pela resistência enérgica a possíveis desmandos, até que volte a pairar de novo a razão da lei, retomados os trilhos democráticos do respeito à autonomia estadual. Está claro que uma tal possibilidade nada mais representa que uma válvula contingente para a salvaguarda do estabelecido como fundamental, quantos aos laços orgânicos nacionais fixados em nossa Carta Magna, a do emprêgo dêesses remédios que se pro-

cura evitar, pois reclamados em estados críticos do organismo tornam-se indispensáveis para atacar o mal irrompido, muito embora com o perigo de que o doente não resista à cura. Nossa história hodierna mostra (sem que aquí lhe entremos nos méritos) — situações em que o Organismo Nacional apresentou sintomas dessa natureza, como foram os casos de dominação, pelas armas, da guarnição federal de Minas Gerais (Belo Horizonte e Três Corações) pela Fôrça Pública Mineira, na revolução de 30; da revolução constitucionalista de 32, em nosso Estado, da Intervenção Federal no Rio Grande do Sul, em 1937, para deposição do General Flores da Cunha e subseqüente implantação do Estado Novo em nosso País. Normalmente, porém, já que tais emergências caracterizam momentos de execução, a harmonia e cooperação, pelo trabalho, nas respectivas searas, é a regra entre os dois tipos de corporação armada.

Desta maneira o caráter de "Fôrça auxiliar do Exército", outorgado muito de direito à Fôrça Pública, implica na necessidade de uma revisão de sua conceituação em face dos encargos que a interdependência, de novo tipo, lhe impõe.

Uma coisa podemos afirmar desde logo, é que, guardadas as peculiaridades de natureza técnica decorrentes das

missões específicas atribuídas a cada uma, dentro do paralelismo das finalidades e mais íntima articulação daqui para o futuro, necessário se torna o estabelecimento de uma sólida unidade moral, cívica e patriótica em face dos problemas fundamentais da segurança e da defesa nacional, estabelecimento êste que é a base da coesão indispensável para a ação em comum, tanto nos misteres da paz como nos encargos da guerra.

Sem querermos desmerecer a nossa querida Fôrça Pública, procuremos à luz de uma rápida e despretençiosa análise histórica, o rumo conveniente para estabelecimento de tal unidade, tomando como base de sadia emulação o sentido histórico da atuação do Exército Nacional em face dos problemas básicos que vem enfrentando a nacionalidade.

Assinalemos inicialmente a atitude, em 1932, do Marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar que lembrara em memorável telegrama ao comandante da guarnição Federal de Pernambuco, do qual recebera ordem de efetuar a intervenção Federal naquele Estado da Federação, que "os homens passam mas o Exército fica", gesto que por si só é exemplo da consciência democrática revelada por um militar medularmente a serviço da lei e da ordem constitucional. Já ficou lá nos primeiros albos da República, numa frase do Marechal de Ferro, o exemplo a seguir pelos chefes de Estado, responsáveis que são pela soberania nacional. "A bela" foi como respondeu o Marechal Floriano ao então embaixador inglês que ameaçara desembarcar tropas em bases brasileiras, a pretexto de salvaguardar pretensos direitos britânicos ameaçados.

Não fôsse Floriano um militar daquela têmpera que transformara a Escola Militar da Praia Vermelha no baluarte da proclamação da República, talvez a consolidação desta estivesse ameaçada. Ainda é de ontem, período de 1936-1938, a guarda de honra e de combate formada em torno do saudoso técnico precursor da Usina de Volta Redonda — engenheiro Raul Ribeiro da Silva —, pelos generais Mendonça Lima, Brandão Júnior, almirante Greghalgh, os quais, capitaneando dezenas de oficiais, contribuíram de maneira decisiva para que a Itabira Iron e Light não se transformassem (em nosso Brasil) num Estado dentro de um Estado.

Contribuíram, assim, êsses bravos chefes de modo destacado para o lançamento das bases técnicas, políticas e históricas do empreendimento impar que é hoje a monumental Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no quadro da economia e da segurança Nacional. E' dos dias que correm o papel vanguardeiro, na discussão dos problemas do petróleo nacional, assumido pelos generais Horta Barbosa, Juarez Távora, Raimundo Sampaio, Leitão de Carvalho, Honorato Pradel, Pedro Pinho, Carlos Vilaça, coronéis Sampson Sampaio, Maciel Monteiro, Artur Carnaúba, Felicíssimo Cardoso e centenas de oficiais que combatem, de frente, a entrega de nosso "Ouro Negro" aos trustes. Nunca foi descurada também, pelos oficiais do Exército, a defesa de seus institutos tais como: Estatuto dos Militares, C.V.V., Lei de Promoções, reajustamento de vencimentos, etc.

São êsses marcos que balizam o caminho da consciência cívica, patriótica e de defesa dos interesses altruístas, caminho êste que também nos leva à uni-

dade moral, cívica e patriótica, necessária à ação, em conjunto, das duas corporações militares.

Vejamos agora outro aspecto da questão, o que se refere à razão de ser de nossa Corporação, já defendida por lei como "Fôrça Auxiliar do Exército".

Contentar-nos-emos com algumas observações sob limitado número de aspectos, com o propósito tão somente de provocar debates sobre as condições essenciais que deve preencher a Fôrça, para bem cumprir as duas missões que lhe cabem: missão relativa à defesa nacional e estadual, e missão exclusivamente policial. Estas duas naturezas de encargos bem distintos exigem, a rigor, técnicas diversas e material com características completamente diversas, o que cria, para nós, um problema aparentemente difícil de resolver. Qual dos dois encargos considerar prevalecte, tendo em vista preparar-nos para o cumprimento de ambos?

Alguns colegas já se externaram nesta Revista defendendo a opinião de que a missão policial é a fundamental e atribuindo a defesa nacional, exclusivamente, ao Exército.

Discordamos disso porque tal solução contraria o sentido da própria Constituição que nos considera "Fôrça Auxiliar do Exército". Discordamos desses camaradas porque tal orientação estiola as esperanças de grande parte dos elementos da Fôrça e da maioria dos jovens que ainda hoje procuram ingressar no C.I.M. E, ainda, porque a missão policial é restrita quase que inteiramente à defesa interna, já que para alguns colegas a Fôrça não é senão um aparelho assemelhado ao Departamento de Segurança Pública, embora estejamos

numa situação hierárquica e social relativamente superior.

Não há negar que a complexibilidade da preparação e emprêgo da Fôrça como elemento combatente assegura aos seus componentes um valor social como o que não é possível recusar ao defensor da Pátria ao envez do de simples repressor de contraventores de leis internas, em âmbito restrito e com carácter local.

E não fôra isto verdade, porque haveríamos nós da jactarnos da relativa igualdade de preparo técnico profissional que podemos manter com o Exército Nacional? Qual seria a razão do incentivo e reconhecido merecimento incidentes sobre oficiais da Fôrça, quando selecionados para frequentarem a Escola de Aperfeiçoamento do Exército? Porque estaria a Fôrça Pública a adotar regulamentos militares? Qual a razão das paradas, desfiles, guardas militares, etc.? E, o recrutamento dos jovens que se destinam ao oficialato da Fôrça seria processado nas mesmas condições e com as mesmas características, no caso de se atribuir à Corporação predominância de encargos de natureza policial? Porque, então, no nosso Centro de Formação atribuímos prioridade nas instruções e encargos relativos à defesa nacional, implicando, basicamente, versarmos os candidatos nos problemas da tática, logística e estratégia? São estes problemas (nitidamente militares) necessários aos que se destinam a reprimir contraventores de leis internas? Não haveria também verdadeira violação vocacional se recebessemos no C.I.M. candidatos ao oficialato de uma "Fôrça Auxiliar do Exército", como é o nosso caso, e como tais voltados em suas esperanças e preferências intelectuais para

o estudo da tática, estratégia, e logística, ciosos de se tornarem comandantes de tropa apta às batalhas em defesa da Pátria, e uma vez iniciados no curso de-
frontassem êles com uma prioridade de ensino de disciplina referentes à represen-
são de leis internas, por mais técnicas e científicas (honrosas portanto) que fossem, mas em tudo estranhas aos ideais e vocações que os trouxeram ao serviço das armas, ao envez de que se formar-
riam antes em repressores de contra-venções do que em chefes militares do tipo requerido pelas Fôrças Armadas Nacionais?

Isso não implica, é claro, em excluir o componente de uma "Fôrça Auxiliar do Exército" — o nosso caso — de participação à frente da tropa sob seu comando nas medidas destinadas à defeza interna, de ordem constitucional.

Aí estão pois, e por hora ficamos por aquí, algumas considerações com o simples fito de provocar debates em tórno do atualissimo problema da interdependência das corporações armadas, de âmbitos federal e estadual, em face da Constituição, bem como da influência desta na própria razão de ser da nossa estimada Fôrça Pública.

COMUNICADO

Com a retirada do Sr. Sebastião Camargo da firma Nobrega & Camargo Ltda., por cessão de suas quotas a Dna. Lourença Luiza Nobrega Silva, á sociedade passou a girar sob a razão de NOBREGA & CIA. LTDA., continuando com o mesmo ramo de ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR, no mesmo enderêço, á rua S. Bento, 520, 1.º andar, salas 3, 4 e 7, com pessoal habilitado para dar ótimo desempenho às ordens de seus prezados amigos e fregueses.

A nova sociedade tem a seu cargo o ativo e passivo da sua antecessora.

Atenciosamente,
NOBREGA & CIA. LTDA.

Ten. Orlando X. Pombo
da P. M. do Est. do Paraná

Zé Bacurau

Toc, toc... toc, toc... toc, toc...

Lá ia o velho José, batendo forte no chão a sua perna de pau.

Um bando de garotos traquinas, perseguindo-o, motejava:

— Lá vai o seu Zé, não usa muletas, mas tem um só pé!

Já arcado pelo pêso dos anos e dos sofrimentos passados o infeliz prosseguia a sua marcha, indiferente aos motejos da garizada.

Toc, toc... toc, toc... toc, toc...

Encorajado pelo silêncio da vítima de seus gracejos, os peraltas continuaram rimando:

— «Lá vai o Zé Bacurau

Saiu da Polícia

Com perna de pau!»

Ouvindo a palavra «polícia», o velho estacou empolando o peito. Seu coração amargurado por tantas desventuras rejuvenescia ante as gratas recordações que o vocábulo lhe trazia.

Acenando amigavelmente para os moleques, sentou-se na soleira da porta de uma casa velha e abondada.

Os meninos, agora quietos, acercaram-se do velho, animados pelo sorriso meigo que viam baloiçar de seus lábios trêmulos.

Estirando a perna de pau sobre a calçada, o pobre homem começou assim:

— Meus filhos. Não é digno o fato que praticavam comigo. Mas,

como também fui criança e, como vocês, caçoei de muitos aleijados, os perdôo, pois reconheço que estou recebendo o troco da moeda que paguei na minha meninice. No entretanto, uma só palavra que pronunciaram trouxe ao meu coração tan-



tas recordações, tão meigas lembranças dos dias felizes de minha vida, que resolvi contar-lhe uma história. Uma história que não é só minha, mas de todos os «polícias» de quem vocês parecem fazer tão pouco caso. Querem conhecê-la?

— Queremos!... Queremos!... exclamou em côro a criançada.

— Então escutem: - Faz muitos anos, quando os paizinhos de vocês eram ainda meninos, o Brasil se viu envolvido numa cruenta revolução interna, lutando irmãos contra irmãos, arrastados, uns por aventureiros, ambiciosos, outros pela sagrada missão de defender os princípios democráticos da nacionalidade.

As forças leais ao governo constituido engrossavam-se dia-a-dia,

graças à apresentação voluntária de muitos pátriotas.

Entre tantos rapazes que, do interior do Estado chegavam a Curitiba para oferecer seus préstimos às autoridades, veio um tal José Almeida Marques dos Fortes-da-Mata-Grande, caboclinho desempenado e todo senhor de si, apesar de seus dezessete anos de idade.

O seu nome complicado teve origem no fato de que seu avô paterno, chamado Fabrício Fortes proprietário de grande serraria, no lugar denominado Mata Grande ao sul de Campos Mourão, tinha um competidor na indústria madeireira, o qual, por coincidência, possuía o mesmo nome que o seu: Fabrício Fortes.

Ora, vaidoso como êle só, o avô do tal José resolveu aumentar o nome juntando-lhe o do lugar onde estava montada a sua serraria. E em menos tempo do que esperava, passou a ser conhecido como Fabrício Fortes-da-Mata-Grande.

Um de seus filhos, Manoel, casado com moça da família Almeida Marques, deu ao velho industrial um neto que batizado pelo vigário do lugarejo com o nome de José, ficou sendo o nosso José Almeida Marques dos Fortes-da-Mata-Grande.

Eis aí a razão do apêndice «Mata-Grande», pendurado atrás do nome do caboclinho.

Mas, como ia dizendo, o «José-do-nome-comprido», veio a Curitiba afim de incorporar-se às tropas legalistas, trocando uma vida despreocupada pela vida incerta, nômade e perigosa da Caserna.

Incluído nas fileiras dum dos batalhões da então Fôrça Pública, hoje Polícia Militar do Paraná, o

José Almeida Marques-etc. não ficou usando durante muito tempo êsse nome quilométrico.

Seus camaradas de farda começaram abreviando o seu primeiro nome para «Zé». O caboclinho não gostou muito. Coçava a cabeça e monologava tristonho: «Se José que é tão curto êles não o pronunciam corretamente, que será feito do meu «Almeida Marques dos Fortes da Mata Grande»?

O certo é que ninguem, no Quartel, jamais conseguiu pronunciar o seu nome completo. Era só «Zé», daqui, «Zé» dali e acabou-se.

O pior, porém, ainda estava por chegar...

Certo dia discutiam dois soldados sôbre o nome de uma ave cuja gravura enfeitava a capa de conhecida revista:

— Ê curiango, dizia um.

— Ê bacurau, afirmava o outro.

Passando por acaso perto dos discutidores, o Zé não se conteve e deu seu palpíte:

— Ê Bacurau.

— Ê curiango, retrucou o teimoso voltando-se para o novo adversário.

— Ê bacurau.

— Ê curiango.

— Ê bacurau... é bacurau... é bacurau.

E o bolo se formou

Quem foi que disse que da discussão nasce a razão?... coisa nenhuma, o que nasce quase sempre é uma pauleira dos diabos. E foi justamente o que aconteceu naquele dia.

Levamos à presença do oficial de serviço na guarnição, êste começou por interrogar o caboclo:

— Que houve?... Por que brigaram?

José sentindo ainda nas veias correr o sangue aquecido pelo calor da disputa, sem prestar atenção á pergunta que lhe fôra feita, bateu os pés e respondeu intempestivamente:

— É bacurau!

Não preciso dizer para vocês que a resposta dada pelo nosso herói, se não convenceu o seu adversário, fez uma coisa muito pior: ficou agarrada ao caboclo para o resto da vida.

Nasceu nesse dia o nome pelo qual ainda há pouco me apelidavam: Zé Bacurau.

Os meninos, atentos, olhavam com ares arrependidos o velho sentado na soleira da porta, a perna de pau esticada sôbre o passeio da calçada.

Um garotinho, aparentando possuir uns oito anos de idade, sentou-se-lhe ao lado e deitou a cabecinha loira sôbre o colo coberto de andrajões do infeliz.

Esmaecia a tarde. Alguns transeuntes curiosos ante o grupo assim formado, foram também se aproximando a ver o que se tratava.

Parecendo mergulhado num fantástico sonho, o velho continuou, enquanto com as mãos magras e nervosas acariciava a cabecinha loira que, confiantemente, em seu colo descansava.

— Zé Bacurau seguiu para os campos de combate, integrando o Exército Nacional e tomou parte nos mais cruentos entrechoques da campanha.

Regressando a tropa após cumprir a árdua missão, Zé Bacurau trazia orgulhosamente na perna direita, duas gloriosas cicatrizes, pré-

mios êsses conquistados quando, num rasgo de audácia, cruzou a baioneta invicta contra três adversários que o haviam izolado do resto da tropa, durante um dos muitos «entreveros» em que tomara parte.

Nessa luta desigual, ao envés de render-se como esperavam seus atacantes, Zé Bacurau atirou-se sôbre eles como um louco. Arrebentou a cabeça de um com violento couce d'arma; trespassou o coração do outro com a ponta da baioneta e aprisionou o último, levando-o ao seu comandante de Pelotão.

Na perna direita do Zé Bacurau, dois profundos rasgões testemunhavam o quanto lhe custara a valente façanha.

Enfim, retorna êle á bela Curitiba. Já curado, não mais quiz regressar á fazenda de seu pai, preferindo continuar a servir ao Estado e á Pátria na mesma Corporação que lhe dera o primeiro batismo de guerra.

Uma vida nômade cheia de imprevistos comêçou para o rapaz.

Deslocando-se de cidade em cidade; embrenhando-se pelos inóspitos sertões do Paraná; suportando valerosamente as intempéries e a insalubridade do solo; arriscando a vida a cada instante, não mais se reconhecia no «Zé Bacurau», aquele José Almeida Marques dos Fortes-da-Mata-Grande, vindo de Campo Mourão para lutar contra os revoltosos de 1924.

Mais uma vez Zé Bacurau esteve á pique de ser morto pelas balas traiçoeiras de foragidos da justiça, ora atocaiados em perigosas curvas de estrada, ora escondidos atraz de troncos seculares.

Guardando o lar dos cidadãos pacatos do interior do Estado; zelando pelo bem estar do povo; preservando a ordem; impedindo a consecução de crimes e promovendo o respeito e o acatamento devidos á lei, Zé Bacurau dispendeu suas melhores energias físicas, sem que jamais de seus lábios saíssem quaisquer palavras de queixa ou de revolta.

Numa dessas espinhosas e arriscadas missões, o antigo e bondoso caboclo encontrou o fim de sua gloriosa carreira de soldado de polícia.

Atendendo a um chamado de socorro, partido de um bosque perto do lugar em que se achava, num povoado existente entre o morro do Carumbé e o rio Ribeira, na divisa do nosso Estado com o de São Paulo, o nosso herói não titubeou: correu para o ponto suspeito e deparou, horrorizado, com um quadro dantesco. Numa pequena clareira do bosque, um homem jazia sôbre uma poça de sangue, enquanto o outro, ajoelhado sôbre seu corpo, as feições contraídas pelo ódio, cravava uma das, três vezes, no peito do desgraçado, a lâmina acerada de um punhal que trazia nas mãos já tintas de sangue. Do cinturão de couro cru que o assassino trazia na cintura, surgia, acintosamente, a coronha de uma garrucha.

— Pare!... gritou Zé Bacurau avançando, desarmado, para o criminoso.

O malfeitor voltou a cabeça para o lado do intruso e ao ver a farda caqui do policial levantou-se num salto. Brilhou o cano da garrucha

na clareira do mato. Dois tiros partiram, no mesmo instante em que Zé Bacurau, como um tigre, saltava sôbre o criminoso.

Os corpos das vítimas foram encontrados poucas horas depois por um grupo de homens alertados pelos dois estampidôs.

Zé Bacurau sobrevivera ao atentado, mas estava inutilizado para o resto da vida. Recebera os dois tiros no mesmo lugar onde já havia recebido dois pontacos de baioneta.

Sítio ermo e sem recursos, aquele povoado não lhe poderia oferecer mais do que aquilo: uma perna de pau.

O velho aleijado fez uma breve pausa.

Olhou assustado em tórno: seus ouvintes não eram apenas os pequenos moleques que antes o perseguiram. Em sua volta estavam muitas pessoas, homens e mulheres, velhos e moços, escutando, comovidos, a triste narrativa.

Bastante emocionado êle ainda encontrou forças para terminar.

— É essa, meninos, a minha história. A história de Zé Bacurau. Ela é igualzinha a de todos os bravos soldados de polícia que por êste Brasil imenso vão cumprindo um sagrado dever: a preservação da ordem.

Uma lágrima indiscreta surgiu-lhe no canto dos olhos, baloiçou um instante, escorreu-lhe pela face e foi cair, como uma gota de orvalho, sôbre os cabelos loiros do garotinho que adormecera no seu colo.

CAFÊ? — se é ROCHA é BOM!

Histórico e Organização Atual da Polícia Argentina

Dei o melhor de meus esforços na elaboração desta palestra, que vou perpetrar no campo restrito de meu aca-nhado horizonte intelectual, onde fui acolher as mudas que brotaram das sementes que, por todos êstes anos, eu e meus mestres vimos plantando no estéril terreno de minhas percepções policiais.

Tudo fiz para demonstrar como aprendi as lições de Pedro Delfino e para corresponder à confiança em mim depositada pelo Exmo. Sr. General Comandante.

Rogo pois que me poupeis as vergastadas neste pelourinho, ou neste "rollo", para desde logo me referir ao tronco de tortura onde se expunham os autores de crimes infamantes à vergonha pública, nos primeiros tempos da Colonização da Argentina.

Para que se possa notar o progresso da organização policial argentina, dividi o estudo em 4 períodos, seguindo aliás, a orientação de um dedicado e culto sub-comissário de Polícia de Buenos Aires, RAMON CORTÉS CÓNDE, autor de uma das obras que me foram cedidas pelo Exmo. Sr. General Comandante, como fontes de consulta para a feitura desta palestra.

— ÉPOCA COLONIAL —

Em 11 de junho de 1580, D. Juan de Garay funda a cidade que chamou

de Santíssima Trindade e Pôrto de Santa Maria de Buenos Aires, devidinho-a em mansões de 151 varas e repartindo solares entre seus companheiros. Assinalou o lugar onde se devia erguer a igreja e nomeou o Conselho, procedendo logo em seguida à plantação do "rollo de justicia", madeiro de tormento a que me referi há pouco. A autoridade emanava da Santa Irmandade e embora fôra esta uma congregação dependente do Estado, agia sob a direção e os auspícios da Igreja. Formada na Espanha no século XIV, foi implantada nas colônias da América para reprimir o "pecado público" que era na época a denominação do delito.

As funções policiais estavam sob a égide do Conselho que as exercia por intermédio de seus 6 regedores e 2 alcaides.

Os Conselheiros desempenhavam suas funções gratuita e obrigatoriamente e se reuniam uma vez por semana, para tratar das coisas que conviessem ao bem e utilidade da cidade.

Eram de sua competência as funções de govêrno edílico (municipal), administração de bens, designação de funcionários, arrecadação de rendas, provisão dos artigos de consumo, policiamento das populações, ordem e conservação de ruas e praças, construção de edifícios públicos, etc.

Tôdas estas atribuições, a princípio vagamente determinadas, foram se restringindo paulatinamente, com a criação de cargos distintos, como os de Intendentes.

Em casos extraordinários, eram chamados a integrar o Conselho, os habitantes mais categorizados, para resolver em conjunto com os Conselheiros, graves problemas de govêrno, constituindo-se em Conselho aberto.

Esta foi a organização que perdeu até 1776, quando o Vice-Rei D. Juan José Vertiz, chamado com justiça o homem modêlo do período colonial, organizou os Alcaldes de bairro que tinham funções semelhantes às dos atuais Comissários de Polícia.

A cidade se encontrava, por desídia das autoridades, em péssimas condições de higiene, chegando-se ao extremo de que seus habitantes arrojasse na via pública cadáveres de animais, tôda a classe de detritos e águas servidas, desleixo que ninguém se preocupava em pôr paradeiro, de modo que, na época das chuvas, formavam-se pântanos que deviam ser atravessados a nado pelas cavalgadas.



— E tudo isto por ter roubado um quebra-noz de prata!...

(Hooly, New York).

Nos primeiros editais promulgados, proibiu-se severamente aos habitantes que jogassem águas servidas e lixo nas ruas, e se ditavam também disposições tendentes ao asseio da cidade. Para fiscalizar a execução das medidas determinadas, foram designados alcaides em número de dez para cada bairro.

O cargo de Alcaide era gratuito e para tal pôsto se nomeavam pessoas de comprovada atividade.

Pouco depois o número de alcaides elevou-se a 16 para cada bairro, para atender ao aumento sempre crescente da população e área a policiar.

Aí está um exemplo de dois séculos passados, de que o efetivo policial deve ser proporcional à densidade de população e extensão da área respectiva.

D. Vertiz estabeleceu também a iluminação noturna da cidade, por meio de faróis de forma estreita e longa, em cujo centro havia uma vela de sebo e que só acendiam das 8 às 12 da noite, assim mesmo quando não brilhasse a lua.

Durante o período do govêrno de Vertiz, um dos atos mais destacados, no que se refere à Polícia, foi o edital que contém disposições de tal adiantamento em relação à época, que colocaram o seu autor no primeiro pôsto como Governador progressista.

Continha o referido edital disposições sôbre o fechamento do comércio a determinada hora da noite; registro dos habitantes, já que estavam obrigados a comunicar quando mudassem de domicílio ou se ausentassem da cidade; registro de viajantes, devendo os donos de hospedarias dar parte das pessoas que nelas se albergassem ou delas se ausentassem; repressão à mendicância e à vadiagem.

Data de 1782 a criação da Real Ordenança de Intendentes, pela qual estes se encarregavam de tudo o que fôsse concernente à Polícia, perdendo, por conseguinte, o Conselho, parte de suas atribuições.

Em 1790 a cidade foi dividida em 4 quartéis onde se estabeleceriam os alcaides de bairro.

Na gestão do Intendente de Polícia Tenente-Coronel D. José de Moldes, em 1812, foi aprovado o 1.º Regulamento de Polícia que regulava as funções dos alcaides.

Esse Regulamento, não obstante seu caráter provisório, subsistiu por muito tempo, e a maioria de suas disposições foi aproveitada para elaborar o definitivo. Atribuía como faculdades e deveres da Polícia, a direção e ordem de todos os ramos que correspondem ao asseio, policiamento e boa ordem da cidade e seus arrabaldes; as prisões e lugares públicos; a mendicância, a vadiagem, a assistência hospitalar, o exercício indevido da medicina e receitas médicas, distribuição e aplicação da vacina (o que a nós brasileiros custou tanto sangue), educação e destino dos órfãos, inspeção de expostos, regulamentação sobre construção de edifícios e veredas, dos grêmios, cemitérios, fomento e vigilância da agricultura, etc., etc.

Na parte criminal, a Polícia, afora sua ação preventiva e de apreensão dos delinquentes, só reconhecia os delitos praticados em flagrante. Dêstes eram arrolados os fatos e pessoas pela Polícia que, de tudo, dava conta aos juizes e ao Governo.

Em 1824 se estabelece que a Polícia é auxiliar da Justiça, com a obrigação de prestar-lhe todo o auxílio que

puder, o que se confirmou mais tarde com a vigência do Código de Procedimentos.

No referido Regulamento foi criada uma força denominada "Partida Zeladora", composta de um Capitão, um Tenente, um Alferes e cem homens de tropa, armados, uniformizados e sob a imediata dependência do Intendente Geral de Polícia. Este Corpo tinha como missão cooperar com os Alcaides de bairro, e os Tenentes fiscalizavam a vigilância da cidade, e muito particularmente dos bairros afastados.

Em 1821 suprimem-se os Conselhos, formando-se o Departamento de Polícia, corpo composto de duas secções: uma de infantaria e outra de cavalaria, com o objetivo de servirem seus voluntários por determinado tempo e patrulhar, prender vadios e desocupados, ladrões, criminosos, etc.

— ÉPOCA PROVINCIAL —

Ainda em 1821 foram criados os cargos de Juizes de 1.ª Instância, Juizes de Paz e designado o 1.º Chefe de Polícia.

Desde esse momento começa uma nova era de progresso para a instituição policial, cuja autonomia se decreta com a criação do Departamento de Polícia.

Um sem número de ordenanças restritivas e repressivas, inéditas umas e esquecidas outras, passam a vigorar, tocando à Polícia fazê-las cumprir.

Estas ordenanças de indiscutível valor moral, como a proibição do porte de armas, o preferir palavras obscenas, a repressão à vadiagem, o exame dos pesos e medidas nas casas comerciais e outras providências de caráter higiênico e profilático, se ampliaram na gestão do

1.º Chefe de Polícia, D. Joaquim de Achavão que criou o cargo de 1.º médico de Polícia.

Desde os espetáculos teatrais, as corridas de touros e os bailes que os negros então realizavam nas ruas, tudo é objeto de atenção e é a Polícia que o deve fiscalizar. Prescrevem-se também as primeiras medidas do tráfego urbano, estabelecendo-se vias de entrada e saída e o registro chamado de "Carregadores do Tráfego", onde se escrevia o nome e apelido do carregador, o do amo se fôra escravo e o domicílio, dispondo-se que ninguém podia exercer esse ofício sem estar matriculado e ter a correspondente papeleta firmada pelo Comissário.

Por essa época, janeiro de 1822, a cidade de Buenos Aires estava dividida em 32 quartéis, cada um a cargo de um Alcaide.

Nesse ano foi decretado que os passaportes e licenças para viajar dentro ou fora da província, seriam expedidos pelo Departamento de Polícia.

A instituição policial dedica sua atenção, dentro dos parcos recursos da época, a prevenir as transgressões da ordem pública.

Uma ordenança posta em vigor em junho de 1822, tornava passível de pena aquele que se apresentasse embriagado em público, e se não tinha propriedade ou ocupação conhecida, se o considerava vadio para aplicação da pena. Sendo proprietário ou tendo ocupação sofria 24 horas de prisão. Na terceira reincidência se o castigava com 15 dias de reclusão, na quarta com um mês e na quinta com pena maior im-

posta pela Justiça ordinária, de acôrdo com os antecedentes fornecidos pelo Chefe de Polícia.

Na parte alta do edifício ocupado pelo Departamento de Polícia, se achava o Depósito de Presos, do qual era encarregado um oficial de Polícia que devia lavrar um registro em que constasse o dia de entrada e saída dos detentos, seus nomes, causas de sua prisão, juiz que o havia remetido e aquele a cujas ordens se achava detido. Estava a cargo do referido oficial a segurança dos presos, o asseio, boa ordem e economia interna do cárcere.

Não se libertava ninguém detido, sem ordem expressa do juiz competente e portaria do Chefe de Polícia.

Os presos deviam ser tratados com decôro e decência, cada um pagando pela estada, conforme o tempo em que permanecesse na prisão. Essa contribuição era destinada à eluminação, composição e decência do cárcere.

Em abril de 1822 a cidade foi dividida em 4 Secções a cargo cada uma de um Comissário de Polícia, sob a ordem imediata do Chefe de Polícia.

Foi então criado o Corpo de Zeladores, destinado-se oito zeladores para cada uma das secções.

Este Corpo foi instruído convenientemente no manêjo das armas, para que pudesse desempenhar melhor sua missão em casos de resistência. Quando os zeladores procediam à detenção de um delinqüente, entregavam-no ao Comissário de sua Secção, o qual podia manter o detido em seu poder, apenas pelo tempo necessário, às primeiras averiguações, passando-o, uma vez termi-

CAFÊ ROCHA, o amigo dos bons paladares!

nadas estas, à Chefatura do Departamento de Polícia.

Os oito zeladores de que dispunha cada Comissário eram amovíveis à sua vontade e deviam apresentar-se ao anoitecer de cada dia, no Departamento Geral de Polícia, para receber instruções e dar contas das novidades ocorridas, não obstante dá-las também aos respectivos Comissários.

Para ser zelador se requeriam as qualidades de mediana educação, saber ler e escrever e um conduta moral comprovada por um bom conceito e informes de homens de bem.

Êles não possuíam uniforme, tendo como único distintivo um medalhão de prata em forma de escudo que levavam oculto e que só exibiam no caso de proceder à apreensão de delinquentes ou quando solicitavam ajuda dos cidadãos. Iam munidos também de um apito de prata e a seu pedido, tanto os demais zeladores, patrulhas como os cidadãos estavam obrigados a prestar-lhes seu concurso ou ajuda, tornando-se responsáveis aqueles que assim não procedessem. Para orientação de seu procedimento, fazia-se-lhes entrega do Manual de Zeladores.

Confiava-se-lhes também, para devolução oportuna, e sob sua responsabilidade, armamento adequado (pistolas e espada), podendo êles fazer uso dessas armas quando não obtivessem pronto auxílio, e isso fôsse de todo necessário.

Aí ficava expressa em lei a noção sadia e perfeita da preponderância da ação preventiva sôbre a repressiva, não se olvidando embora, para a efetivação desta última, o fornecimento de meios ao agente policial, para a defesa da Lei e a sua própria.

Os Zeladores se tornavam responsáveis pelo extravio de armas ou equipamentos, pagando-os se não provassem cabalmente que tivessem sido extraviados em objeto de serviço.

Quando abusavam da autoridade do cargo ou proporcionavam prejuízos, eram destituídos, processados convenientemente e remetidos à Justiça comum para o devido julgamento.

A Polícia pois se moralizava a si própria, para depois estar em condições de moralizar os costumes entre a população.

Ê com indizível tristeza que ainda hoje tal não se observe em nossa organização policial.

Alguns servidores do nosso Departamento procuram ocultar as falhas morais de seus colegas, numa enganosa concepção de solidariedade, toldando com êsse errado procedimento a confiança que a Sociedade deve depositar nas autoridades encarregadas de velar pela ordem pública.

Rendo aquí minhas homenagens ao illustre General Alcides Gonçalves



— Desta maneira não deixo nunca as minhas impressões digitais ..

(Every body's, Londres).

Etchegoyen que, em sua profícua e eficiente gestão, saneou primeiro a Polícia e depois a cidade.

Felizmente aqui em casa não se encobrem os maus elementos; ao contrário, são severamente punidos e expulsos, se for o caso, do meio do qual são indignos.

Em 1824 criou-se o cargo de Primeiro Zelador, encarregado de velar pela disciplina, boa ordem e vigilância dos zeladores.

Dois anos depois forma-se a Partida de Polícia, criada para a perseguição de desertores e facínoras que infestavam os campos. Esta Corporação funcionou embora de modo deficiente, até 1830, quando foi suprimida para formar-se o Corpo de Zeladores a Cavalos.

Em maio de 1829 foi criado o cargo de Comissário Secretário do Chefe de Polícia, autorizando-se êste a aumentar para 12 o número de Comissários e para quanto julgasse conveniente o número de zeladores.

Em janeiro de 1830, o território da Província foi dividido em 21 Secções de Polícia, sendo designado um Comissário para cada uma delas, o qual seria auxiliado pelos Alcaldes e Tenentes de cada localidade.

Com esta medida e um ano depois, com a criação do Corpo de Cavalaria Auxiliar da Polícia, se pode efetuar um discreto serviço de vigilância em tôda a extensão do interior, cujas populações sofriam à mercê dos bandidos.

Em 1834 criaram-se os Corpos de Serenos (guardas-noturnos) e Vigilantes de dia.

O Corpo de Serenos que subsistiu até 1873, era um organismo com uma

regulamentação tão perfeita para a época, que foi solicitado oficialmente pelos governos do Brasil e do Uruguai, para suas polícias.

Essa Corporação, como tôdas as outras policiais, era militarizada, e participava dos desfiles, formando um batalhão com banda de música e bandeira.

Os Vigilantes substituíam os Serenos ao romper da aurora, e por sua vez o eram por estes ao anoitecer.

A coordenação de vigilância assim estabelecida dava à população a certeza de estar sempre protegida pela autoridade pública, e essa época marca o comêço de verdadeira instituição policial.

Em 1861 foi criada um Corpo de dez vigilantes para a extinção de incêndios. Êsses homens não tinham instrução alguma e apesar de esforçados, quase nada podiam fazer.

Era a infância do Corpo de Bombeiros.

O material era exíguo: duas bombas impotentes e mangueiras de reduzido calibre. Como fôsse preciso água corrente, só podia ser extraída de rios, poços, charcos, etc. É de imaginar-se pois que, com tão escassos meios, e com a inaptidão dos vigilantes sem instrução preparatória alguma, os edifícios prêsas das chamas não podiam ser socorridos devidamente e os incêndios se extinguíam por si sós, quer dizer, quando nada mais havia a ser queimado.

Em 1868 foi decretado o Regulamento Geral de Polícia, o qual determinava as atribuições e deveres de todos os funcionários da Repartição Policial, definia as funções de tôdas as dependências e organizou os cargos da car-

reira policial, bem como as condições de acesso.

O número de 10 vigilantes para casos de incêndio, foi aumentado para 30, ocupando os cargos homens conhecedores de seu ofício, ex-bombeiros das principais cidades da Europa.

A nova organização denominou-se de Vigilantes Bombeiros.

Adquiriu-se novo material e uniformizaram-se os homens do fogo.

Em 1870 o número de bombeiros passou a 40 e logo em seguida a 60. Os elementos do novo Corpo eram também solicitados para condução de enfermos desobstruções, desabamentos etc. Em 1872 o seu número subiu a 100.

No ano seguinte foi reorganizado e passou a chamar-se Corpo de Bombeiros com o efetivo de 1 chefe, 16 oficiais e 243 soldados.

Em 1874 foi criado a Secção de Estatística e Biblioteca.

Enquanto que no centro da cidade o sistema policial era completo, a zona rural sofria graves deficiências, explicadas pela insuficiência do pessoal e sua falta de preparação. Torna-se forçoso utilizar a força de polícia da cidade, em freqüentes missões no interior, atendendo a queixas de suas populações.

Foi então criado o Batalhão de Guarda Provincial, para policiar o interior, ficando subordinado diretamente ao govêrno.

Ainda em 1872 foi criado o Corpo de Vigilantes, constituído de um oficial superior, 4 capitães, 4 tenentes, 2 sub-tenentes e 1.700 praças. Com êsse

Corpo, apareceram os primeiros oficiais de Polícia, os quais comandavam Secções de infantaria e cavalaria.

Para instrução e conhecimento dos vigilantes, foi adotado o Manual de Obrigações do Vigilante, Cabos e Sargentos de Polícia.

Os voluntários do Corpo obrigavam-se a servir por 2 anos.

Em 1876 inaugurou-se a comunicação telegráfica entre as repartições da Polícia.

— ÉPOCA DE REORGANIZAÇÃO —

Com a federalização de Buenos Aires, em 9 de dezembro de 1880, começa a reorganização definitiva da Polícia portenha, sendo D. Marcos Paz nomeado na mesma data Chefe de Polícia da Capital Federal.

A êsse homem de vontade férrea e possuidor de um caráter incorruptível, deveram a Polícia e a cidade de Buenos Aires, uma soma inestimável de serviços.

Por intermédio dos Commissários, fêz levantar um censo e estatística urbana, o que lhe permitiu melhor distribuir o pessoal pela vintena de Secções em que estava dividido o município.

Limitou, em conseqüência, as jurisdições para cada Commissaria evitando os choques que até então eram frequentes.

O efetivo da Polícia que, em 1874 era de 1.600 homens, fôra reduzido por medida de economia. Mas o novo chefe de Polícia, em substanciosa exposição de motivos ao govêrno, conseguiu

CAFÉ ROCHA, sempre gostoso

um aumento de 100 e logo depois de 500 praças, melhorando consideravelmente o serviço e a folga dos policiais, pois o policiamento que era feito em 2 turnos de 12 horas, passou a ser executado em 3 de 8 horas.

Reajustou a disciplina interna da Repartição, criou as Instruções Gerais para Sargentos, Cabos e Vigilantes, o manual de Procedimentos Policiais, o Regulamento do Telégrafo, o Regulamento de Bailes Públicos, e deu começo à elaboração do novo Regulamento de Polícia.

Organizou as seguintes novas dependências na instituição policial Assessoria e Secretaria, anexas à Chefatura; Oficina Central; Arquivo; Depósito; Estatística e Padrão; Pagadoria e Tesouraria; Comissária de Ordens; Inspeção de Teatros; Telégrafo; Corpo Médico; várias Comissárias; Secção de Corpo de Bombeiros; etc.

Exigiu dos Comissários um relatório das necessidades e sugestões para melhoria dos serviços.

Fundou a primeira Escola de Agentes de Polícia, com o fim de aprimorar os conhecimentos policiais dos vigilantes, instituindo os diplomas para estímulo dos que terminassem o Curso, dando a seus possuidores merecimento para o acesso.

Graças aos seus freqüentes apêlos, o govêrno decretou pensões para os invalidados em serviço e para as famílias dos falecidos, providência que se concretizou na Lei n.º 2.219 de Pensões e Aposentadorias.

Organizou o pessoal especializado no serviço de investigações e polícia secreta.

Para se ter uma idéia da firmeza de caráter e do elevado senso de res-

ponsabilidade que caracterizavam esse excelso benfeitor da Polícia Argentina, aqui estão suas próprias palavras, em relatório dirigido ao govêrno, solicitando renovação do material obsoleto do Corpo de Bombeiros: "*Valeria mais riscar o Corpo de Bombeiros do orçamento, que condená-lo ao papel que desempenha nos incêndios*".

Em sua brilhante gestão criou a Imprensa da Polícia.

Em 1889 entrou em vigor o Regulamento do Tráfego.

Em 1892 foi organizado um novo Corpo, o Esquadrão de Segurança, constituído de 100 homens selecionados entre os agentes de maior altura e melhor apresentação, equipados com bons armamentos e montando ótimos cavalos.

Era uma espécie de Polícia Especializada, para guardas de honra, para-das, funções de gala, etc.

Como se vê, não se fez uma nova Polícia, mas da própria organização se formou um Departamento com funções especiais. A chefia continuava a ser a mesma e o recrutamento se fazia entre os próprios agentes.

Em 1897 a cidade já estava dividida em 32 Secções, e data desse ano a criação de destacamentos policiais nos pontos mais afastados.

Nessa mesma época foi fundada uma escola de primeiras letras na Polícia, para os vigilantes analfabetos que tiveram um prazo para aprender a ler e escrever, sob pena de demissão, ficando outrossim proibido o ingresso na Corporação de elementos naquela situação.

Foi ainda criado o Museu de Polícia, nele sendo catalogados os diversos tipos de armas e instrumentos utilizados pelos delinqüentes.

Em 1903 foi estabelecido o critério de acesso por exame de competência, sendo também nessa data, pôsto em prática, o regime de conferências semanais sôbre direito penal, civil e comercial e sôbre procedimentos nos casos de crimes e contravenções.

Pela primeira vez foi adotado o uniforme de gala, para dar mais brilho aos festejos por motivo da visita Dr. Campos Sales, Presidente do Brasil, o qual teve as seguintes expressões para o então chefe de Polícia: *"Visitei as maiores capitais do mundo e em nenhuma parte vi uma Polícia tão correta e tão eficaz como a que o Sr. dirige."*

Outro dos inumeráveis melhoramentos da época foi o Asilo Policial de Mulheres Contraventoras, sob a direção de Irmãs de Caridade.

Em 1905 foi pôsto em prática oficialmente o sistema de identificação dactiloscópica de Juan Vucetich, em lugar da antropometria de Bertillon.

Em 1906 foi criado o Corpo de Cadetes de Polícia, escola que contava com aparelhamento moderno, e onde a instrução policial era ministrada com os modernos recursos da ciência.

Em 1908 a cidade passou a ser dividida em 40 Secções.

— ÉPOCA CONTEMPORÂNEA —

Em 1909 a Nação se aprestava para comemorar condignamente o Centenário da Independência e nesses festejos a Polícia tôda iria ter uma atuação destacada. Por sugestão do Chefe de Polícia, o efetivo do pessoal subalterno foi aumentado em 1.100 praças, quantidade que se considerou excessiva, mas que na prática resultou necessária,

podendo afirmar-se que a seu zêlo e atividade se deve, em sua maior parte, o êxito e a ordem com que se realizaram aqueles festejos.

Em 1910 as Guardas de Segurança de Cavalaria e Infantaria foram elevadas à categoria de Divisão.

Foi criada a Academia Militar de Polícia, para Inspetores e Sargentos adquirirem as noções mais elementares necessárias à instrução de seus subordinados.

O Corpo Médico foi ampliado, passando a denominar-se Divisão de Saúde.

Os Comissários Inspetores e os médicos passaram a fazer sua fiscalização e visitas, em automóveis colocados à sua disposição.

Em 1910 a Polícia estava dividida em 4 Divisões: Divisão Central; Divisão Administrativa; Divisão Judicial e Divisão de Investigações e Técnica.

Em fevereiro de 1910 entrou em função um Corpo de 80 agentes, criado pela Municipalidade e dela dependente, com a missão de velar pelo estrito cumprimento das disposições sôbre tráfego público. Assemelhava-se à nossa atual Polícia de Vigilância da Prefeitura, conhecida como Polícia Municipal.

A atuação dos referidos agentes municipais trouxe logo sérios embaraços aos serviços policiais, pois não dependiam da Chefatura de Polícia.

Sucediam-se os atritos e conflitos entre os municipais e os policiais, exatamente como sóe acontecer entre organismos diferentes, com a mesma atribuição.

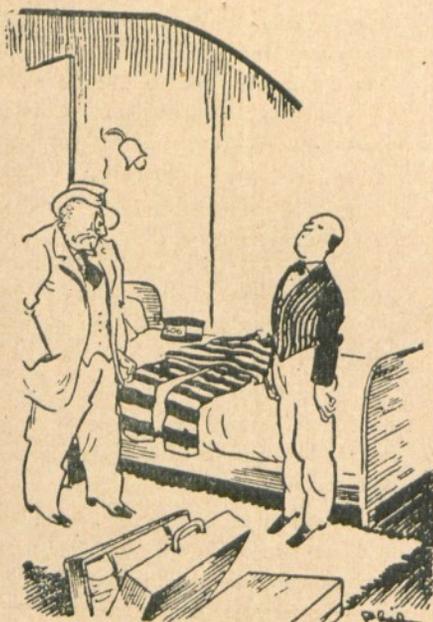
À vista dos distúrbios freqüentes que toldavam a ordem pública, o Chefe de Polícia, em 1911 dirigiu-se ao

Ministro do Interior, sugerindo que o Corpo formado pela Municipalidade passasse para a Chefatura de Polícia.

Dois meses depois, eram os vigilantes municipais dissolvidos, passando os seus elementos a constituir uma nova dependência da Polícia, a Secção de Tráfego, sob a direção de um Inspetor da Guarda de Segurança de Infantaria.

Em 1918 foram criados o Corpo de Agentes Intérpretes, a Alcaidia de Menores e a Fundação chamada de Lar Policial.

Foi nessa época elaborado o Regulamento de Uniformes para a Polícia e oficializado o Instituto Marcos Paz que a Associação Protetora dos filhos de Agentes de Polícia e Bombeiros havia instalado e cujo fim era



— Tomei a liberdade de abrir-lhe a mala e retirar o seu pijama e boné de dormir.

(Ric & Rac, Paris).

dar aos filhos e órfãos desses modestos servidores a instrução primária e facilitar-lhes a ação na sociedade.

A Instituição era semelhante ao nosso projetado Orfanato, com a diferença de que o de lá se concretizou e é hoje uma obra social de grande alcance e o nosso nasceu com a idéia humanitária do velho Tenente Oliveira, há longos anos passados, e hoje vive apenas na memória dos que disso se recordam e nas centenas de cruzeiros de contribuição, emprestadas, se não me engano, ao Clube dos Oficiais e à Caixa Beneficente da Corporação, medida aliás consentânea, pois o numerário assim empregado, rendendo juros de 5 e 6 por cento, não se destina à estagnação dos capitais paralizados.

De 20 a 29 de fevereiro de 1920 teve lugar o 1.º Congresso Internacional de Polícia, fazendo-se representar os governos da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Teve por objeto esse Congresso, estudar de comum acôrdo procedimentos que serviram para a defesa social e como meio de estreitar ainda mais os vínculos entre as Polícias daqueles países.

Em 1931 foi criado o Curso de Aviação para a Polícia, no qual foram inscritos vários oficiais da Corporação.

Em 1933 a Polícia foi reaparelhada, com a aquisição de material moderníssimo, como automóveis, motocicletas, armamento, "chassis" e até a instalação de uma difusora policial.

Data desse ano a instalação de Destacamentos policiais nos limites da Capital com a Província.

Construíram-se para isso elegantes casas de madeira providas de telefone e receptor de rádio.

Os Destacamentos eram atendidos durante o dia por 2 agentes e à noite, por 3.

Cada Destacamento foi denominado com os nomes do pessoal subalterno da Polícia caído no cumprimento do dever, justa homenagem a êsses abnegados servidores do Estado.

Iniciou-se o serviço de patrulha volante, feito em motocicletas com "side-car", a cargo de homens equipados com metralhadoras "Thompson".

Criou-se ainda a Secção de Cães Policiais, os quais eram especialmente treinados para a perseguição dos delinquentes e descobrimento do seus refúgios.

Em 1934, em data próxima ao Dia da Polícia, foi realizado o Congresso de Polícia, no qual se discutiram diversos assuntos de grande interesse e ao qual compareceram representantes de todos os organismos policiais das províncias e territórios.

Ainda em 1934 foi sancionada a Lei de Ingresso, Promoções e Demissões do Pessoal da Repartição, na qual se estabelecia o que até agora se vem realizando, no sentido da existência de um quadro de acesso, para as promoções aos postos compreendidos até subcomissários inclusive, as quais se realizam de acôrdo com os resultados dos exames pertinentes a cada hierarquia.

Foram instituídas normas rigorosas para o recrutamento, êste ponto importantíssimo para a eficiência da função policial: instrução primária completa, limites mínimos de 18 anos de idade

e 1,73m de altura, exame médico, antecedentes, etc.

Graças a essa severa seleção, é possível se ver nas ruas de Buenos Aires agentes jovens, altos, ageis, esper-tos e educados.

Ainda em 1934 foi criada a Federação dos Lares para os policiais, regida por um bem elaborado Estatuto, encarregada de construir casa para a família policial.

Nesse mesmo ano, pródigo para a Polícia portenha, foi inaugurada a rede de alarme, com uma estação central e 146 aparelhos de contrôle espalhados pela cidade.

Nesse ponto nós nos adiantamos de alguns anos, pois o nosso serviço de caixas de avisos já em 1920 fôra elogiado pelo Rei Alberto da Bélgica quando nos visitou, e que o classificou como o melhor do mundo.

Pena é que o tivéssemos abandonado, ainda se podendo ver em vários locais, da cidade, as caixas de ferro, munidas de aparelho telefônico, a lembrar um progresso de que a Polícia Militar foi a pioneira.

Em 1935 foi criado o serviço de Rádio Patrulha, com 12 automóveis Ford, dotados de um receptor de rádio, em contínua sintonização com a difusora policial.

Êsse serviço era completado por 2 viaturas blindadas que atendiam aos Destacamentos.

Como se vê, êsse serviço é muito semelhante ao nosso. Só que foi estabelecido muitos anos antes e sua guar-

O CAFÉ ROCHA oferece qualidade

nição pertence a policiais especializados da guarda de segurança e não a homens sem instrução própria como o nosso.

Em 1938 foi criada a Gendarmeria Nacional, com caráter de polícia militarizada federal, sem que isto importe considerá-la como parte integrante do Exército, do qual é independente, salvo nos casos expressamente determinados em Lei.

Em seu caráter de polícia federal, tem como missão:

- a) Velar pela manutenção da ordem e segurança públicas;
- b) assegurar o cumprimento das Leis do Estado e demais disposições legais;

Suas funções se exercem:

- a) em todos os lugares sujeitos à jurisdição federal, com exceção dos submetidos à jurisdição militar;
- b) em qualquer parte da Nação, sempre que sejam requeridas para auxiliar as autoridades federais no exercício de suas funções.

Depende do Ministério do Interior, exceto nos casos expressamente determinados em Lei.

Ao Poder Executivo fica facultado colocar sob a dependência direta é única do Ministério da Guerra, a Gendarmeria ou parte da mesma, nos seguintes casos:

- a) Estado de sítio;
- b) exigências da defesa nacional;
- c) mobilização do Exército;
- d) quando seja imprescindível para a manutenção da ordem interna.

Seus efetivos estão distribuídos por três zonas do Território Nacional:

- 1) Inspeção Norte, que compreende os territórios do Chaco, Formosa, Missões e Los Andes.
- 2) Inspeção Centro, que compreende os territórios de La Pampa, Neuquém e Rio Negro.
- 3) Inspeção Sul, que compreende os territórios de Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo.

Como se vê a Gendarmeria é uma força de caráter militar federal, com ação permanente nos territórios.

— ORGANIZAÇÃO ATUAL —

Chegamos finalmente à organização atual da Polícia Argentina.

Sua característica principal é a centralização de seus variados departamentos. Atingiu a essa quase perfeição, acompanhando passo a passo o progresso em todos os seus ramos.

Funcionam suas dependências como uma máquina cujas peças são lubrificadas constantemente, e cuja produção é perfeita, graças ao combustível sempre renovado: a qualidade de seus efetivos, com base num recrutamento exemplar.

Os homens ilustres que a administraram não se descuidaram do organismo policial, sabedores por certo que a Polícia, com a Saúde Pública e a Educação, constituem os serviços mais importantes do Estado.

Aí está o organograma dessa Corporação que policia as 46 Seções de Buenos Aires, organizada com uma ordenação de tal maneira inteligente e técnica, que honra a mentalidade portenha.

Suas 5 Divisões superintendem o serviço policial, todas ligadas diretamente à Chefatura:

- Divisão de Investigações: — que cuida das investigações criminais.
- Divisão Judicial: — que executa a função de Polícia Judiciária.
- Divisão de Segurança: — que faz essencialmente o serviço de policiamento preventivo e repressivo.
- Divisão de Bombeiros: — que cuida dos incêndios, desabamentos, etc.
- Divisão Administrativa: — que reúne os órgãos de administração.

Sua eficiência foi comprovada inúmeras vezes, inclusive quando da última guerra, pois como se sabe, Buenos Aires, capital de um País neutro, constituiu ponto ideal para o desenvolvimento da espionagem internacional.

E essa eficácia se assenta iniludivelmente em dois fatores: organização e efetivos.

A organização firmada em bases concretas, como a direção única e superior; ligação com tôdas as atividades e movimentos da cidade; divisão do trabalho; disciplina; especialização; recrutamento de efetivos.

Nos tempos ainda modernos, nenhuma Nação consciente de seus deveres para com o povo que ela constitui, consciente de suas responsabilidades, mesmo morais, no conceito das demais nações, pode descuidar de sua organização militar. Daí entender-se merecer tanto cuidado a polícia como o exército de uma Nação, por parte de seu governo.

As forças armadas de um País são a sentinela que impõe respeito à sua soberania.

Como os indivíduos, as nações têm interesses a defender, idéias a realizar. Não há, porém, entre elas, por ora, uma instituição munida de elementos materiais, que matenha a ordem internacional, que garanta os direitos de cada Nação em face das demais. Por isto as Nações precisam de se armar, ao contrário dos indivíduos, que disto já não terão necessidade, nos países em que existe bôa polícia. Esta mantém entre os homens a ordem a que as leis internas os obrigam; desempenha um papel, uma função que ainda não há instituto similar para exercê-lo entre os Estados. O que falta, pois, entre os povos, existe já nos povos: POLÍCIA. E esta é tão mais eficiente quanto mais bem organizada e melhor servida.

Para ser bem servida, necessário se torna um recrutamento exemplar, pois dêste decorrem três conseqüências fundamentais:

- 1.º - Acatamento do público;
- 2.º - possibilidade de especialização;
- 3.º - obtenção dos elementos necessários ao enquadramento nos princípios fundamentais de uma bôa organização: — disciplina e instrução, donde a possibilidade da especialização técnica.

Um bom recrutamento depende:

- a) das bases da escolha;
- b) de se poder escolher.

As bases da escolha se assentam na origem do candidato, sua educação, inteligência, instrução, nacionalidade, idade, estado civil, saúde e físico.

Para se poder escolher, deve o organismo oferecer condições que se resumem em três fatores: remuneração, futuro e garantias.

Assim se tem procedido na Argentina, assim se deve agir no ramo policial, em todo o País de progresso realizado.

Das instituições policiais brasileiras, a do Estado de S. Paulo é a que melhor organização apresenta. Pode-se ter uma idéia da centralização dos serviços policiais na Capital do Estado, atendendo-se para a criação, na Fôrça Pública, a título experimental, do Batalhão Policial, conforme se verifica do boletim número 1, de 30 de julho de 1948, da nóvel Unidade.

O referido Corpo foi instituído com a finalidade precípua de concorrer nos policiamentos urbano, auxiliar, de trânsito, de rádio patrulha, no município da Capital e eventualmente no interior.

Consta de Administração, 1 Pelotão Extranumerário, 1 Cia. de policiamento de trânsito, 1 Cia. de Rádio-Patrulha, 1 Cia. de policiamento urbano e 1 Cia. de policiamento auxiliar.

Já na Capital do País não se tem cuidado muito do organismo policial, haja vista um sem número de milícias que se formam mais para atender a interesses de grupos que aos da coletividade.

Sua descentralização é um desperdício inútil de energias e economias nacionais.

Com a soma das cifras astronômicas que se veem no orçamento para a parte policial, se poderia organizar uma Corporação modelar, e talvez ainda sobrasse numerário.

A nossa Polícia está dispersa como as peças desses quebra-cabeças infantis. E' só uní-las e teremos o quadro perfeito como as crianças conseguem

formar, juntando simêtricamente os pedaços do brinquedo.

Não se pode admitir polícia autônoma nem particular. Ela é a segurança do Estado e seus órgãos devem trabalhar em conjunto, sem dissensões, impulsionados como as peças da máquina: pelo mesmo dínamo, isto é, por uma única direção.

Não alimento nenhuma veleidade de organizador ou idealista, ou mesmo criador de inovações, para usar o termo moderno. E' a oportunidade que a tanto me induz.

A Polícia da Capital Federal deve ter o seu Ministério, como a dos Estados sua Secretaria.

Eis a minha idéia:

Criação do Ministério de Segurança Pública.

Diretamente ligados ao Ministério, 5 Departamentos:

- Departamento Federal de Segurança Pública, que terá a seu cargo tudo o que concerne à Polícia Civil;
- Polícia Militar do Distrito Federal, constituindo a polícia fardada, nela se enquadrando as atuais polícias dispersas;
- Departamento Judicial, com funções policiais junto ao Poder Judiciário;
- Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com as atuais funções;
- Departamento de Administração, encarregado da parte administrativa do Ministério.

Já Napoleão usava a tática de dividir para enfraquecer. Desunida como está a nossa polícia, torna fraca a segurança interna.

Tempo precioso e gastos inúteis se perdem com os choques e conflitos de jurisdição, e que nenhum bem trazem à coletividade.

Faço questão de dizer, perdoai-me a imodéstia da sinceridade, que o meu projeto, público agora pela primeira vez, não nasceu da observação que fiz da Polícia Argentina para fazer esta palestra.

Alguns colegas sabem que há muitos anos alimento êste sonho.

Aí fica a sugestão.

Vou agora proceder à leitura de uma parte do edital da Polícia portenha para recrutamento de seus efetivos, como homenagem aos seus capazes organizadores:

"Necessita-se de um agente leal, pundonoroso, sincero, que possua um caráter firme, que seja valente; que ame a profissão de verdade e que não ignore tudo o que ela pode exigir; que ponha em seu cargo a força moral do entusiasmo; que conheça perfeitamente suas obrigações e que seja empreendedor e estudioso; que albergue em seu peito tôdas as virtudes que enobrecem a vida e dignificam o homem; que seja discreto, comedido, maneiroso e que saiba também estimar-se a si mesmo; um agente que não seja um autômato, um boneco sem ambições nem ideais; que respeite a seus camaradas e que seja alável com êles; que saiba quais são seus deveres e que tenha plena consciência e domínio dos atos que execute; que seja culto e cordial com os cidadãos, sem exceções de nenhum gênero; um agente manso e humilde com os humildes, mas altivo, dentro de uma severa correção, com os indisciplinados; um agente zeloso do cumprimento das or-

dens que receba e que vele para que todos respeitem as leis e regulamentos de que é o guardião; que seja moral e fisicamente sadio, porque também o êxito depende dêsses fatores; que seja altivo, franco; não se o quer tímido, preguiçoso, nem descomedido, nem petulante; um agente cuja conduta seja insuspeitável, porque o proceder imoral e desdouroso cedo ou tarde transcende e chega ao comentário público. Necessita-se de um agente assim, e a Polícia o aguarda sempre. Seja você, Senhor Agente, o servidor que não se espera em vão. Possuirá as virtudes e sentimentos que a polícia exige de cada um dos seus bons servidores e cumprirá com fidelidade os seus deveres, e essa convicção será o melhor prêmio que possa ostentar sua consciência. Ouviu você?... Esperamo-lo!"

Finalmente, meus senhores, rendo meu culto de policial brasileiro, aos agentes policiais da Argentina, tombados no cumprimento do dever.

Para isso vou ler, encerrando a conferência, a exortação que, na Argentina, se faz, na ficha de ingresso, ao novo recruta:

"AGENTE: Quando transpuzeres a porta do Departamento Central de Polícia, dirige a vista à direita e à esquerda.

Verás na parede duas placas de mármore que ostentam pequenas chapas fundidas em bronze, metal perdurável que não corrói o óxido nem empana o tempo, lavrados nas quais se encontram os nomes de centenas de agentes, úteis e grandes servidores da sociedade, que deram o máximo que o dever lhes podia exigir: a vida.

Não houve para êles sacrifícios impossíveis. Nada foi mais sagrado, mais

austero que sua obrigação. Seu holocausto é prova disso.

Aí estão imutáveis na placa.

Seus nomes recordam atos heróicos. Não passaram em vão pela vida; mantém-se latente sua recordação, e o exemplo de suas ações se rememora e suavisa a alma das gerações que vêem e passam, fazendo-as tortes na visão de seus sacrifícios exemplares e austeros.

O homem passa. Subsiste sua obra. A história não se escreveu nunca com tinta de ingratidões. Jamais esquece o sacrifício de seus homens.

O número de agentes caídos forma uma relíquia de cinzas funerárias, mas suas ações enchem páginas brilhantes do livro que guarda a grande e perdurável história onde se escreve nossa vida policial.

Seus nomes nunca serão olvidados. A lista de honra os chama ao toque de oração quando o clarim sôa suas notas metálicas e a bandeira desce do mastro onde flameja ao impulso das brisas.

A essa hora em que os homens da guarda, em rígida atitude, levam a mão à borda da viseira do gôrrô, numa saudação firme e marcial.

Seus nomes vivem na recordação. Estarão presentes em tôdas as cerimônias onde vibre o éco da voz policial. Nos destiles das forças da instituição, acompanhados do clamor e do aplauso público. Nos monumentos e nas legendas que honram as quadras das comis-

sárias seccionais. Nas avançadas patrulhas que, sentinelas da ordem e segurança, perscrutam os limites da metrópole. Nos congressos policiais. Nas organizações sociais, vinculadas por um sentimento de cooperação à polícia. No "Santo e Senha" que mantém a unidade dos homens. Nos silvos de apito que, da ronda amiga até o toque de auxílio urgente, dizem do dever e do sacrifício comum. E se por isso só bastara, seus nomes estão no coração do povo, sempre acessível ao reconhecimento e à gratidão, e também na alma de cada servidor da instituição, e com orgulho se os citará como um sagrado patrimônio e chegarão seus écos ao seio dos lares e das escolas.

Essa é a história de nossa polícia. Não perdêram a vida nos campos de batalha sob o fôgo mortífero das granadas; caíram na luta antagônica, sem quartel, que a polícia trava desde tempos imemoriais contra a desenfreada violência que patrocina o vício e o delito.

Quando transpuseres a porta central do Departamento de Polícia, dirige francamente a vista para as placas que immortalizam o nome de teus camaradas caídos!

Isso te servirá de alento; infundirá calor sôbre o conceito da profissão que deves abraçar com fé e lealdade, e que tudo o exige para si, até a vida, em troca da veneração e da imortalidade que entrega aos que souberam compreendê-la e respeitá-la até o sacrifício!"

CAFE' ROCHA — SEMPRE GOSTOSO

MISSIVA

Rio de Janeiro, 27-XII-49

Meu caro Monte Serrat.

Por aqui vamos vivendo como quem desperta para a dura realidade da vida, depois de sonhar, acordado, um bom sonho, um sonho de encantamentos, com fadas e princezas louras que bailavam para os nossos olhos e cantavam para os nossos ouvidos, numa festa de Deuses, as puras melodias do coração, envolventes e acariciantes...

E eu revivo, sem omissões, os deslumbramentos que foram os festejos do 118.º aniversário da Fôrça Pública de São Paulo, que vocês comemoraram principescamente, cercados das homenagens de respeito, admiração e estima do seu govêrno, do seu povo e dos seus irmãos de farda do país inteiro.

Releio agora, ainda mal refeito de tantas emoções, os belos exemplares de MILITIA, que você me ofertou.

Caprichosamente escrita e revista, ôtimamente impressa e apresentada, cheia de cousas cheias e vasias de cousas vasias, apolítica e honesta — MILITIA é, sem tirar nem por, o que vocês são: — trabalho e organização, disciplina e instrução, cultura e civismo, amor corporativo e espírito de solidariedade de classe, orgulho dos seus camaradas das tropas irmãs.

Eram as Polícias Militares, outrora, as apartadas contas do rosário em que resávamos o Credo da nossa Fé nos seus destinos e as penitências das minhas fraquezas no servi-las; agora elas são as pérolas que MILITIA entia e amarra no fio de ouro da sua maior utilidade, ligando-as pelo espírito e unindo-as pelo coração, congraçando-as e congregando-as em sentido patriótico e nacional.

Que Deus a inspire e ajude.

Para você, meu caro Monte Serrat, um afetuoso abraço do

(a) PERES BARBOSA.

Coisas da Fôrça Pública

Cel. José A. Torres

I

POVOADORES DO SERTÃO

Criada, como as demais fôrças congêneres, num momento grave para a vida do País, quando o elemento luso num sentimento justificado de nativismo inconformado com a nossa independência, procurava minar a estrutura da nova nacionalidade; ao mesmo tempo que as nossas questões internas exigiam uma orientação estável e segura, a Fôrça Pública do Estado teve, como finalidade precípua, a manutenção da ordem, a guarda dos bens e da tranqüilidade publicas.

Isto não impediu que lhe fôsem confiadas outras missões, tão nobres quanto a de zelar vigilante pelo imenso patrimônio moral e material de que, então, já se orgulhava o nosso Estado.

Construtores e conservadores de estradas, encarregados da extinção de incêndio, antes da organização dos nossos modelares corpos de bombeiros, os valerosos milicianos paulistas foram, também, — quem o diria? — povoadores dos sertões.

Possuindo um território vasto, de imensas possibilidades, era o Estado de São Paulo, no comêço do século passado, pouco povoado.

Os núcleos de civilização pintalgavam aqui e ali a vastidão de suas terras, ligados por tortuosas sendas e caminhos, pomposamente denominados estradas.

De conservação precária essas estradas eram ainda infestadas pelo elemento selvagem, perigoso pela ignorância e pelos egressos da civilização, mais perigosos ainda, pela sua malvadez.

Era sério problema, cuja solução os dirigentes da Província encontraram recorrendo à Milícia Estadual, que iniciava auspiciosamente seus primeiros passos.

Em 1836 foi criado uma companhia de Guardas Municipais Permanentes, composta de um comandante e cinqüenta praças (1 sargento, 4 cabos e 45 soldados, mais tarde acrescia de 1 corneta) para ser estacionada enquanto a necessidade o exigisse, na estrada

que conduz à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, "na passagem da mata do sertão".

Aos milicianos dessa companhia engajados, por 4 anos, exigia-se a condição de serem *peçoas próprias para povoar a mata*.

Findo os 4 anos os componentes da companhia seriam substituídos por outros.

Sua missão era proteger os viandantes contra as agressões dos índios e dos malfeitores. Era encarregada da inspecção e consertos da estrada, protegia as posses de terras que tomassem nas matas os próprios elementos e outras pessoas até que a lei providenciasse sôbre a alienação dos terrenos nacionais. Ninguém poderia tomar posse de área superior a 200 braças de frente por 1.500 de fundo, isso mesmo de um só lado da estrada.

As despesas com o pessoal e material da fôrça referida corriam pelo rendimento do registro do Rio Negro, onde a tropa esta-

cionaria até completar o efetivo necessário a sua finalidade.

No ano seguinte foi criada outra companhia com a mesma organização e efetivo, para ser estacionada no Campo das Palmas, com parada em Guarapuava até ser organizada.

A companhia destinada a estrada da Província do Rio Grande do Sul foi suprimida em 1840. A do Campo das Palmas, aumentada de 10 soldados e dotada de 1 Capelão, um cirurgião, que servisse ao mesmo tempo de boticário e um mestre ferreiro, seguiu seu destino, estabelecendo-se no local onde hoje está situada a Cidade de Palmas, no Estado do Paraná, que teve origem no estabelecimento fundado por êsses novos bandeirantes.

Em 1844 a companhia referida recebeu mais a incumbência de fornecer destacamentos em qualquer ponto da 5.^a Comarca, quando necessário.

No ano seguinte, cumprida a sua missão, foi ela extinta.

II

COMPANHIA DE MENORES

Corria o ano de 1869. A Guerra do Paraguai, prestes a findar com a vitória de nossas armas, trouxe para os dirigentes da Província grave problema, qual seja o do amparo dos órfãos daqueles

que, bravamente, haviam tombado nos alagadiços e campinas do sul.

Além disso não eram poucos os órfãos pobres de tôda a Província que necessitavam de amparo oficial.

Mais uma vez ia a Fôrça Pública receber outra missão, estranha à de vigilante da ordem e da tranqüillidade publicas.

Na fixação da Fôrça para o exercicio de 1869-70 foi criada uma companhia especial, com efetivo de 60 menores e na qual seriam *admitidos unicamente órfãos pobres de tôda a Província e também filhos de voluntários da Pátria, de militares, de guardas nacionais e de soldados do corpo policial*" que tivessem servido na guerra contra o Paraguai.

A companhia teria quartel distincto e os menores receberiam sustento, roupa, tratamento quando enfermos, instrução elementar e ensino profissional de ofícios mecânicos.

Os menores poderiam ser empregados em certos serviços de policiamento, quando preciso.

Por último a lei que criou a companhia de menores, também chamada "Instituto de Educandos Artífices", autorizava o Presidente da Província a expedir o regulamento necessário à sua execução.

Esse regulamento tardou e só alguns anos depois, isto é, em 3 de janeiro de 1874 foi a companhia de menores organizada e regulamentada.

A lei n.º 52, de 24 de abril do mesmo ano concedeu um crédito de 30:000\$000 para montagem do

"Instituto de Educandos Artífices", inclusive sustento, vestuário e tratamento dos meninos, aluguel do edificio e pagamento dos empregados.

Essa companhia recebeu mais, segundo o regulamento que lhe foi atribuido, a missão de preparar homens destinados a povoar os quartéis da Fôrça Pública, educando seus componentes *segundo os preceitos da moral, formar-lhes os corações ensinando-os a amar a Deus, à Pátria e à família, instruilos de seus direitos e deveres, habituá-los ao trabalho e a serem os sustentáculos da liberdade e da ordem. Ao contrário, entregues a si mesmo, aos seus próprios instintos, por isso que se achavam em abandono, tornar-se-iam maus cidadãos e perigosos à sociedade.*

O regulamento ainda determinava que os educandos teriam dentro e fora da casa um regimem militar adaptado; teriam postos e graduações como incentivo àqueles que mais se distinguissem pela conduta e adeantamento. Teriam fardamento e receberiam instrução militar 3 vêzes por semana.

As armas fornecidas eram pequenas e proporcionais à fôrça e estatura dos alunos.

O regimem era o de internato.

Foi ainda organizada uma pequena mas bem instruida banda de música.

Existiam 5 oficinas diferentes nas quais os menores recebiam, à sua escolha, ensinamentos da profissão que desejassem seguir, caso não quisessem ou não estivessem em condições de ingressar nas fileiras da Fôrça Pública.

Além da instrução militar os menores recebiam ensinamentos das primeiras letras; geometria e mecânica aplicada; escultura e mecânica aplicada às artes; música e instrumentos de corda; armas e instrumentos bélicos, ginástica, natação e jogos de armas.

Programa variado, como se vê, dadas as circunstâncias.

A Companhia de Menores teve dois aquartelamentos: o 1.º num velho sobrado na rua do Gasômetro, passando, posteriormente, para outro prédio, de propriedade do dr. João Tobias de Aguiar.

Teve como seu fundador e diretor o coronel Nuno Luiz Belegarde.

Funcionou regularmente até 1883, quando, por falta de verba consignada no orçamento para

1884, foi extinta, sendo os menores então existentes entregues aos pais e responsáveis.

Durante o seu funcionamento teve altos e baixos. Assim é que, em 1877, foi o número dos alunos elevado a 100; em compensação no mesmo ano o quadro de funcionários foi reduzido de 1 capelão e 3 serventes, e a dotação dos alunos diminuída para 18\$000 mensais.

A Companhia de Menores ou "Instituto de Menores Artífices" pôde ser considerada a primeira escola profissional criada no Estado. E' verdade que anteriormente, em 1854, foi o Govêrno da Província autorizado a organizar no Seminário de Santana uma ou duas oficinas para os meninos ali recolhidos habilitarem-se em officios mecânicos, podendo para tal despender até a importância de 2:000\$000.

Entretanto, essa autorização, parece-nos, visou mais do que a criação de uma escola, dar occupação aos recolhidos àquele seminário.



A impostura é a máscara da verdade. Chama-se mentira, quando natural; dissimulação, quando refletida; embuste, quando prejudicial a outrem; duplicidade quando tem duas faces

Vauvenarques

Bom Remédio

Felix de Barros Morgado

Deixei que meus passos me levassem a um lugar qualquer, sem destino. Havia sido acometido pela certeza da inutilidade do esforço, de que um dia se nasce para morrer logo mais. Não tinha dúvidas: era um dos muitos homens que apenas transitam pelo mundo, sem se deter, sem realizar. Morreria um dia, numa data esquecida no calendário e seria mais um homem passado, mais um dia passado. O certo era sentar à margem da vida e aguardar a morte, o fim inexorável, que para mim não constituía uma fronteira que todos têm que transpor um dia. Iria do nada para o nada.

Meus passos se sucediam sem direção definida. Passei por centenas de pessoas, indiferentes todas elas, de rua em rua, zigzagueando ao léo, meus passos me levando, sem preferência, sem orientação. Não tinha destino, era um indivíduo que encetara uma jornada sem fim. Só o cansaço poderia deter-me. Ia andando sempre, alheio a tudo. Foi então que deparei com aquele anão com dois tocos de braços mexendo-se como azas implumes. Parei pasmado. Vendia bilhetes, que trazia presos nos dentes. A despeito de tudo, no meio de tanta gente fisicamente perfeita, sujeito aos mais dolorosos complexos, esforçava-se, lu-

tava pela vida, com um objetivo, com uma pretensão evidente. Comparei-me com êle, meus braços fortes devem ter feito os mais desnecessários movimentos, que aqueles arremedos de braços jamais poderiam fazer. Fiquei observando-o durante longos minutos admirado e não surpreendí, por todo êsse tempo, um esmorecimento, uma demonstração de revolta, naquele ser humano. Chegava a pilheriar, como se fôsse a única pessoa perfeita, entre tantas outras aleijadas, desgraçadas. Para eu que já não procurava a razão de viver, que não acreditava mais na necessidade dum ideal, dum objetivo a conquistar, aquela demonstração do quanto vale a vontade, a determinação, teve um efeito benéfico. Pareceu-me, a partir de então, que seria covardia fugir da vida. Devia enfrentá-la e vencê-la; e que só estimulado por um ideal, por uma finalidade emanada da própria existência poderia alcançar o meu intento. Não deveria nunca desistir, porém. Era o que parecia dizer-me, de modo incisivo, o vendedor de bilhetes.

Voltei daquele ponto para a minha vida, reanimado e confiante, os meus passos me levando para um destino determinado, o meu próprio destino.

Renúncia

Quando pela manhã, no dia 9 de Julho de 1932, saindo de sua residência com destino ao Regimento de Cavalaria, o tenente recebeu das mãos de sua ordenança uma ordem de serviço para apresentar-se ao Quartel, afim de partir para Itararé, longe de temer as consequências da revolução Constitucionalista, só uma idéia afogueou-lhe a mente:— não tinha onde deixar a filha, de cinco anos apenas.

A história do seu lar era uma história pungente como tantas outras. Casára-se com uma moça que conhecera num baile de carnaval. Num triste dia uma carta anônima, uma suspeita, uma revelação, um gesto de infidelidade e a companheira abandona o lar.

Forte, animoso, ia vencendo os anos plácidamente em companhia da filha menor. Todos os dias, pela manhã, levava-a á escola, buscando-a ao entardecer, quando regressava ao lar.

A revolução vinha interromper esse remanso de sua existência.

Com a ordem de serviço na mão, não se animara a sair em busca de uma solução, de um recurso para a filha.

Por fim, decorrido um quarto de hora, um amigo lembrou-lhe a existência de um asilo, no Alto do Sumaré, organizado pela Liga das Senhoras Católicas, para abrigo das crianças cujos pais, viuvos ou divor-

ciados, tivessem de seguir para o "front".

Encaminhou-se para lá.

Mulheres de todas as classes sociais de São Paulo, dotadas de ânimo caritativo e maternal, haviam se inscrito para servir naquela casa, ávidas também de prestar o seu apoio cívico aos que partiam para a luta.

Tranquilizara-se. Si tombasse em Itararé, a sua filha Tosca teria o agasalho de São Paulo, seria uma pupila da sua bandeira.

Despediu-se. Teve lágrimas furtivas.

A tarde seguia para Itararé, pronto para a vida amarga das trincheiras. Empenhara-se com ardor e fôra feliz. Voltara com vida para sua filha Tosca.

Três meses haviam passado entre a expectativa do resultado das batalhas e as vibrações da capitulação não obstante o ardor dos paulistas.

De regresso a São Paulo, ainda sentindo um ferimento recebido durante uma "carga", porém radiante em rever a sua metropole e ansioso por ver Tosca, correu ao Asilo. A filha veio-lhe aos braços. Estava sadia e linda.

Depois Tosca lhe disse — Sabes ? Tenho uma mãe ! Fala-me de tí a todo momento, brinca comigo. Como seu coração é grande e nobre ! Vens me buscar, não é ? Que alegria,

mas também que pena de deixar a mamã... Oh! quero que tú a vejas... Tão bom seria que ela fósse conosco!

Tosca fugiu pelo interior do asilo. Instantes depois voltava trazendo pela mão uma mulher bonita, ainda moça, marcada, porem, nas faces, pelo estigma do arrependimento e do remorso.

— É meu pai...

Houve um estremecimento mútuo.

Com olhar inocente Tosca ficou muda, diante daquela cêna. E pensou: — Então eles se conheciam? Ela sabia o nome de seu pai? Não se falavam; porque?

Seu pai erguendo-se lhe disse: Vamos Tosca.

A menina, porem, não se conformava em partir sem aquela que a mimára.

— Pai, não a convida?

Vacilando, mas levado pelo sentimento dirigiu-se à mulher: —

— Alice, vem conosco?

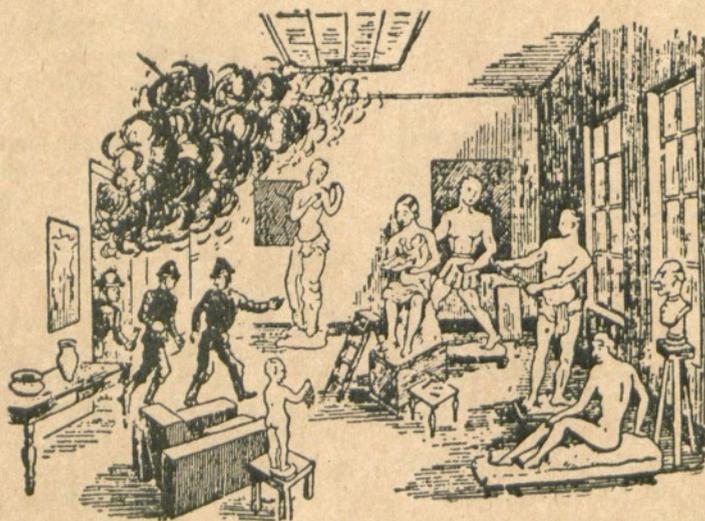
Ela mirou-o calmamente, esperou um sorriso de maior afeto, ratificando o convite e, resignada, chegando à conclusão de que nada mais obteria além daquele convite, balbuciou baixinho para que somente êle ouvisse:

— Agradecida. Já não me podes dar o teu amor. Ofereces-me a piedade do teu perdão, a esmoia do teu agasalho, em troca da felicidade de nossa, de tua filha. Sou culpada. É justo que sofra. Não vou.

Em caminho, já longe, Tosca ergueu a cabecinha, alçou os olhos negros e inquiriu: —

— Pai, ela não veio porque não gosta de soldado... Não é assim?

FOGO NO MUSEU



O bombeiro:

— Em primeiro lugar, as mulheres e as crianças.

(Ric & Rac, Paris)



NOTICÁRIO

Abertura dos cursos do C. I. M.

Dia 16 de fevereiro, no pátio interno do Centro de Instrução Militar, presentes o Comando Geral da Fôrça Pública, Comandantes de Corpos e Chefes de Serviços, tiveram início, às 9 horas, as cerimônias de abertura dos seus diversos cursos.

A tropa — Banda de Música, Cia. de Alunos Oficiais, Cia. de Alunos Sargentos, Cia. de Alunos Cabos, e Formação de Mobilizáveis de Infantaria — formou sob o comando do cap. Walter Henrique Geenen e foi passada em revista pelo Coronel Comandante Geral. Após a revista, o comandante do C. I. M., cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, leu o boletim especial cujos principais tópicos levamos até aos nossos leitores.

Terminadas as solenidades, tiveram início as primeiras aulas do ano letivo de 1950 no Centro de Instrução Militar.

INÍCIO DE JORNADA

Cel. Heliodoro T. da Rocha Marques

O êxito da jornada que hoje se inicia vai depender, grandemente, do esforço e capacidade dos instrutores, professores e alunos, ou seja do valor físico, moral e intelectual que uns e outros terão de pôr à prova no decorrer do ano letivo. E eu espero que todos se dedicarão aos seus deveres com fé e ardor profissional a fim de que o C. I. M. possa justificar plenamente as suas elevadas finalidades.

Alunos oficiais vindos do meio civil e da tropa, ao serviço da Fôrça Pública; alunos oficiais de corporações congêneres; alunos sargentos e alunos cabos, todos impulsionados por uma vocação comum, aqui vieram se encontrar, no complexo quadro de atividades deste C. I. M..

As provas exigidas para o ingresso nos diferentes cursos e os exames para promoção de ano no Curso de Officiaes Combatentes produziram o primeiro e necessário effeito de seleccionar os candidatos em condições de participar da jornada que hoje se inicia. Entretanto, no regime do C. I. M., isso representa apenas uma preliminar — a primeira base de partida para a execução de outros lanços de maior alcance e amplitude. Dentro da finalidade de cada curso, novas provas de capacidade serão exigidas, visando pôr em evidência, entre os instruendos, as qualidades indispensáveis às funções a que se candidataram.

A Fôrça Pública vem de um passado de mais de cem annos de relevantes serviços prestados a São Paulo e ao País, seja na sua precípua missão de policiamento, seja em operações de guerra, sempre que os altos interesses da Pátria estiveram em perigo.

No Brasil-Império, desobrigou-se ella fielmente dos encargos que lhe estavam afetos na manutenção da ordem pública, na antiga Província de São Paulo, e teve participação condigna na Guerra do Paraguai.

No Brasil-República, o progresso e a tranquillidade de São Paulo repousaram sempre na efficiência da sua Fôrça Pública, que, a par da missão de policiamento que lhe é própria, tem pesado consideravelmente como um factor de ordem e de estabilidade das instituições e dos poderes constituídos. Participou ella brilhantemente da guerra civil de 1893-94, da Campanha de Canudos e dos demais movimentos armados que abalaram o País, no regime republicano, até a gloriosa Revolução Constitucionalista, em 1932.

Com a vinda da Missão Militar Francesa, no clarividente governo do Dr. Jorge Tibiriçá, soffreu a corporação armada do Estado profunda remodelação, da qual lhe adveio considerável aumento de efficiência e prestígio. Daí ser apontada

CAFÉ — sendo ROCHA é BOM

como um “modelo de harmonia, disciplina, vigor e capacidade militar” pelo nosso grande Ruy Barbosa, que era um fervoroso adepto da vinda de missões técnicas estrangeiras para instruir o nosso Exército.

E não se diga que essa obra foi realizada com o sacrifício da missão de policiamento afeta à Fôrça Pública. Ao revés, à fase de maior treinamento desta na instrução militar corresponde, exatamente, a época da sua maior eficiência como corporação mantenedora da ordem pública, quando somente sobre ela recaía o pêso de tal responsabilidade. Aliás, outro não é o segredo do prestígio e do renome internacional de que hoje desfrutam os Carabineiros do Chile.

No presente, responde a Fôrça Pública pela segurança interna e pela manutenção da ordem no Estado, na conformidade dos preceitos constitucionais em vigor — missão particularmente espinhosa nos conturbados dias do mundo de após-guerra.

Não se pode e não se deve entregar armas nas mãos de um homem que não tenha a exata compenetração das suas responsabilidades para constituir-se, no seio da Fôrça Pública, um guarda vigilante da Lei, das instituições e dos poderes legítimamente constituídos. Muito menos é lícito conferir-se uma insígnia de comando a quem não tenha podido satisfazer as provas de capacidade para tal exigidas.

Assim, para cumprir as suas finalidades, o C.I.M. manterá um regime de trabalho intensivo, a fim de permitir ao aluno a afirmação da sua personalidade diante de circunstâncias e dificuldades variadas, dentro de rigoroso e honesto critério de aproveitamento de valores positivos para integrar os quadros da Fôrça. Isso será realizado num ambiente adequado ao êxito do instruendo, permitindo-lhe não só preparar-se para vencer as provas exigidas durante o curso, como também adquirir a experiência que o habilita, de futuro, ao exercício da autoridade hierárquica pela forma mais eficaz e convincente, que é o exemplo.

A vós, jovens alunos, cabe corresponder ao esforço pedido em proveito da vossa formação profissional. Contais com ener-

gias moças, que vos garantem as melhores possibilidades para a realização dos vossos ideais, para a consecução dos objetivos que tendes em vista. Necessário se faz, entretanto, que vos integreis completa e conscientemente no regime desta unidade-escola e que bem aproveiteis o tempo, que é sempre um fator valioso em toda obra humana — mormente na mocidade, quando se trata de adquirir conhecimentos gerais e técnicos reclamados para o exercício de uma profissão.

Da parte do Comando, da Direção de Ensino, dos professores e instrutores, posso assegurar-vos que nenhum esforço será poupado para que possais adquirir o cabedal de conhecimentos exigido para o bom desempenho das funções a que vos candidatastes. Mas o resto é tarefa vossa. Depende da vossa submissão consciente às necessidades da disciplina, da aptidão que revelardes para o exercício de tais funções e da vossa dedicação profissional.

Como já diziam os Romanos, cada qual é o arquiteto do seu próprio destino. O sucesso no enfrentar os obstáculos encontrados, durante os trabalhos escolares, é tarefa do instruendo. Está em função do seu contingente pessoal. Não espereis da Escola aquilo que deve ser feito por vós mesmos.

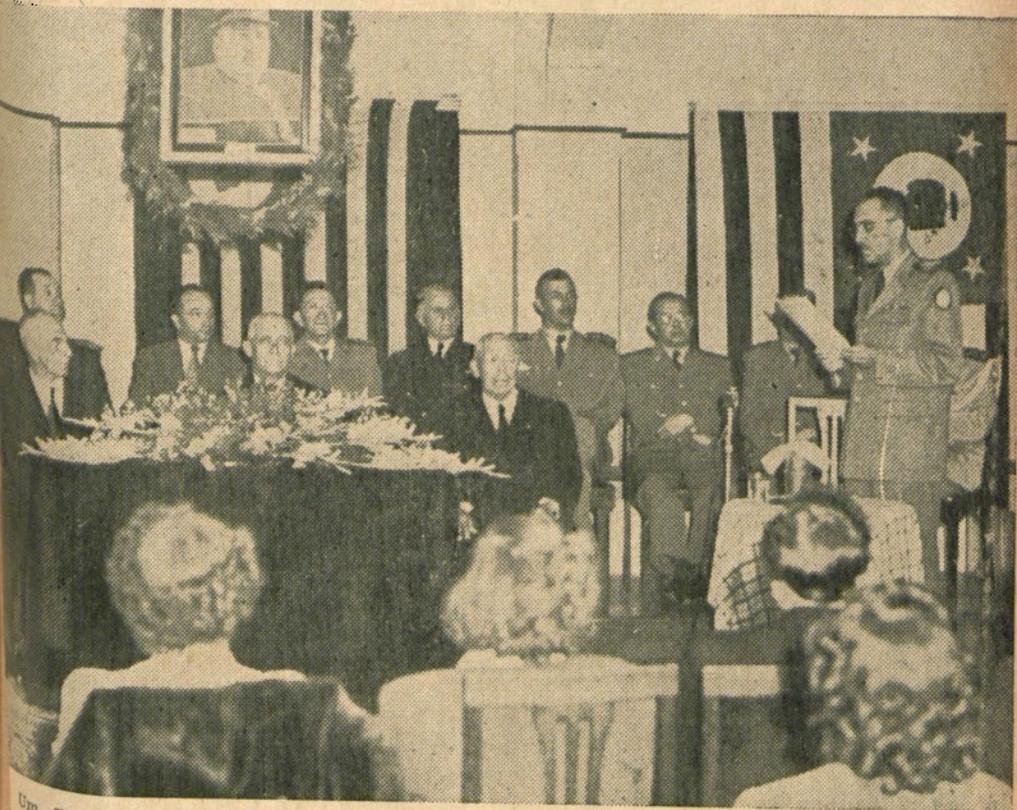
Pretendeis atingir o exercício da autoridade hierárquica, mas tende sempre em vista que precisais, antes de tudo, de auto-disciplina, poderia mesmo dizer de auto-comando, pois ninguém poderá comandar sem que tenha aprendido, primeiramente, a comandar a si mesmo, a ser chefe de si mesmo.

O trabalho dos professores e instrutores necessita da colaboração dos alunos. Cada um destes, como aqueles, na esfera de ação que lhe é própria, tem uma parcela de responsabilidade, pessoal e intransferível, no quadro do conjunto de que faz parte.

Trabalhem, todos, para o mesmo fim: dar à Fôrça Pública quadros convenientemente disciplinados, instruídos e dedicados aos mistéres profissionais, para que ela possa realizar, no futuro, obra digna do seu glorioso passado.

Beber o CAFÉ ROCHA é beber o MELHOR CAFÉ

Atividades da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva da Fôrça Pública



Um flagrante da conferência realizada pelo ten.-cel. José Hipólito Trigueirinho, no dia 5 de janeiro, que versou sobre a personalidade do antigo comandante da Fôrça Pública, cel. Batista da Luz, cujo retrato foi inaugurado naquela ocasião e se vê na parede ao fundo.

Revestiram-se de inconfundível realce as festividades organizadas pela Diretoria vacante da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva da F.P., realizadas a 28 de janeiro, no andar XV do Edifício América.

Comemorou-se assim, a passagem do 15.º aniversário da fundação daquela Sociedade, que congrega os oficiais reformados e da reserva da Fôrça Pública,

realizando-se concomitantemente a solenidade de posse da Diretoria eleita para o biênio 1950-1951.

Com os salões literalmente tomados por seleta assistência, foi aberta a sessão solene, às 21 horas, sendo convidado para presidí-la o Exmo. Sr. Gen. Pedro Pinho; tomaram assento à mesa o Deputado Alfredo Farah, cel. Odilon Aquino de Oliveira, Chefe do Estado



Posse da nova Diretoria da Associação dos Oficiais da Reserva da Força Pública.

Maior da Força e Presidente do Clube Militar, cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Comandante do Centro de Instrução Militar, major Milton Leonel, representante do Comando Geral da Força, capitão Romeu de Carvalho Pereira, representante do sr. Secretário da Segurança, Dr. Osvaldo de Barros, representante do Prefeito Municipal.

A sessão foi iniciada com a leitura do relatório, pelo 1.º secretário, seguida de uma homenagem prestada pelo cap. Olímpio de Oliveira Pimentel à memória dos sócios falecidos ultimamente. Nessa ocasião foi reverenciada a do nosso pranteado camarada, cap. Alcides Teodoro dos Santos.

Em seguida, foi declarada empossada a nova Diretoria, havendo o ten. cel. rfm. Agostinho Pereira da Fonseca procedido à passagem simbólica das fun-

ções de sua Diretoria ao ten. cel. Antônio Pietscher.

O novo presidente, proferiu nesse momento o seu discurso de posse, oração de reconhecimento aos que o elegeram e de agradecimento aos assistentes em geral. Feliz em suas palavras, declarou que a Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva é a casa onde vivem na maior camaradagem, velhos soldados da Força Pública. Fazem disso o seu passatempo habitual. Passou depois à apologia de personagens que enriquecem a galeria dos heróis da Força Pública de São Paulo, lembrando com muita oportunidade o extinto capitão Faustino da Silva Lima, coronel Pedro Arbues Rodrigues Xavier, mortos em combate, Gen. Júlio Marcondes Salgada e major José Marcelino da Fonseca, mortos em holocausto à Epopéia de

1932. Finalizando seu discurso saudou seus velhos camaradas que já palmilharam êste Brasil a fóra, arrostando toda sorte de dificuldades, em busca de ideais do mais alto civismo.

A segunda parte do programa contou de números de canto, piano, violino e declamação.

Dessa forma os ouvintes se deleitaram com as execuções das exímias pianistas Maria De Falco de Brito, Maria Aparecida Pimentel e violinista Cecília de Falco Sansigolo, soprano Guiomar Franco e declamadora Bruna Fredi. Os calorosos apáusos de que foram

alvos, foi expressão justa e merecida do valor e sentimento que cada uma soube dar à sua parte. A senhorita Bruna Fredi que já se vem impondo no conceito dos frequentadores da Associação, pela delicadeza e graça de suas interpretações, promete tornar-se uma notável cultora do gênero declamatório.

Fechando a parte artística com chave de ouro, ouvimos do renomado poeta paulista, Dr. Laurindo de Brito, o conhecido poema, fruto do clamor cívico de 1932, intitulado "São Paulo".

O baile prolongou-se até às 4 horas do dia seguinte, animado pelas or-



Aspectos da assistência e dos artistas que abrilhantaram os salões da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva, na noite de 28 de Janeiro.

questras do Clube Militar e da Guarda Civil.

Esta é a Diretoria que norteará os novos rumos da Associação no biênio 1950-51:

Pies. - ten. cel. Antônio Pietscher

1.º Vice-Pres. - ten. cel. Felício Mendes da Costa

2.º Vice-Pres. - cap. Dr. Ari Gomes

Secr. Geral - cap. Olímpio de Oliveira Pimentel

1.º Secr. - cap. Benedito Quintino de Freitas

2.º Secr. - cap. Rodopiano de Barros

1.º Tes. cap. - Brás Nogueira da Cruz

2.º Tes. - 2.º ten. João dos Santos.

"Militia", que se fez representar, agradece as deferências que lhe foram dispensadas e augura à Diretoria recém empossada, um exercício profícuo e digno da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva da Fôrça Pública.



O cap. Olímpio de Oliveira Pimentel, apresentando à numerosa e seleta assistência a soprano Gulomar Franco.

Centro de Instrução Militar

O C.I.M. deu início às suas atividades escolares dêste ano com o seguinte número de alunos:

Escola de Oficiais — 192, assim distribuídos: 3.º ano — 12; 2.º ano — 21; 1.º ano — 43; 2.º ano do Curso Preparatório — 58; 1.º ano — 57; Escola de Sargentos — 59 e Escola de Cabos 81 alunos, num total de 332 instruídos.

Aos exames de admissão ao Curso Preparatório da Escola de Oficiais, concorreram, em duas épocas, 329 candidatos, dos quais 83 lograram aprovação e foram matriculados no 1.º e 2.º ano.

Aos exames de admissão à Escola de sargentos compareceram 127 candidatos e aos da Escola de Cabos, 328.

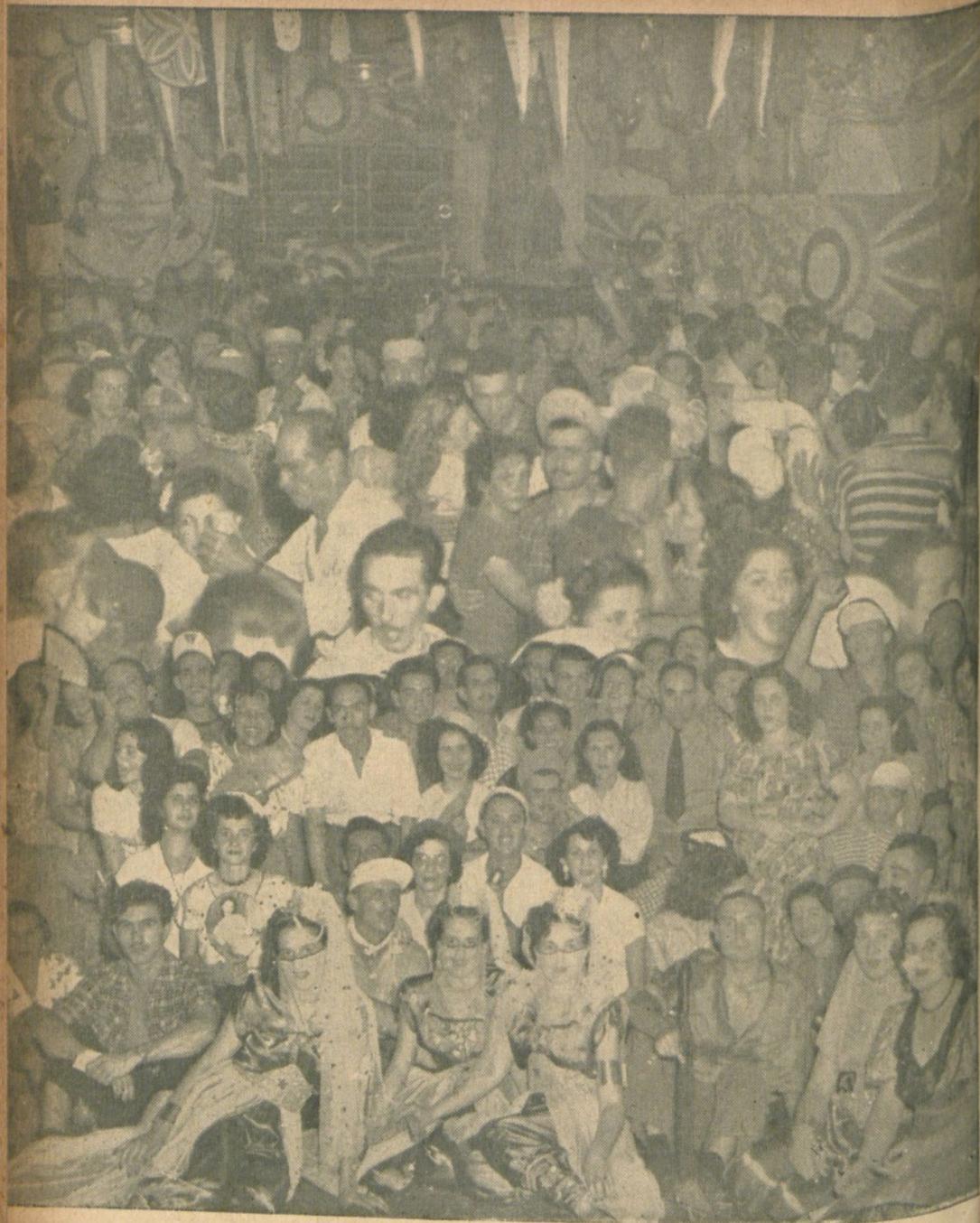
Beba **CAFÊ ROCHA**, o insuperável

Flagrantes do Carnaval de 1950

Em São Paulo

Nos salões do Clube Militar da Força Pública, adultos e petizes divertiram-se a valer. Foram proporcionados aos sócios, convidados permanentes e exmas. famílias, quatro noites carnavalescas e um vespéral infantil





Dois aspectos das festividades momísticas levadas a efeito pelo Centro Social dos Sargentos da Força Pública, em sua séde. Foram oferecidos aos associados, quatro bailes e dois vesperais infantis que se caracterizaram pela animação dos participantes. O clichê acima dá uma idéia de como esteve o carnaval dos nossos sargentos.

Carnaval Pró-Colônia"

Em São Vicente

A criançada também foi a São Vicente tomar parte no carnaval pralano.
Em baixo os vencedores do concurso de fantasias.





Estes foliões abandonaram a paulicéia e foram passar os quatro dias dedicados a Momo na Colônia de Férias do nosso Clube Militar.

Os casados não foram para a roça, mas sim "pra São Vicente" com mulheres e filhos.

Na aprasível dependência do Clube, à beira mar, todas as providências foram tomadas para que os participantes dos bailes da Colônia experimentassem ali, conforto.

Reorganização do Serviço Odontológico da F. Pública

Contando o Serviço Odontológico com o reduzido número de cinco profissionais para atenderem a todo o efetivo da Corporação, viu o atual Comando Geral a necessidade inadiável de ampliar o quadro de dentistas da Fôrça Pública. Assim, foi encaminhada à Assembléia Legislativa a mensagem governamental acompanhada do respectivo projeto de lei que dispõe sobre a fixação da Fôrça Pública para o exercício de 1950, trazendo em seu bojo a reorganização do serviço dentário. O referido projeto, já aprovado em segunda discussão, fixa o seguinte efetivo para o quadro de Odontólogos: 1 major, 4 capitães e 16 primeiros tenentes. Como se vê o número de dentistas foi mais do que quadruplicado e uma assistência dentária eficiente será estendida também às Unidades sediadas no interior do Estado. Com tal ampliação, houve necessidade de serem adquiridos novos e modernos gabinetes dentários. Para isso processou-se a regu-



No Gabinete Central, dotado de moderno aparelhamento, o 1.º tenente dentista Fausto de Arruda Macedo, atende um cliente.

lamentar concorrência pública, a qual compareceram quatro grandes firmas. Dessa concorrência saiu vencedora a Casa Lohner S.A. Médico-Técnica, que melhores condições ofereceu.

O concurso de seleção dos candidatos para o preenchimento das 16 vagas abertas pela nova fixação, já foi feito e dos candidatos aprovados nos dezesseis primeiros lugares, seis fo-

ram nomeados e os dez restantes aguardam apenas a transformação do projeto, que já se encontra na Camara, em lei, para receberem também os seus títulos de nomeação.

MILITIA esteve no Gabinete Dentário Central e lá colheu estas informações com o cap. Breno Pereira da Silva, operoso chefe do Serviço Odontológico. Tivemos também oportunidade de ver o modernissimo material adquirido na Casa Lohner S.A. Médico-Técnica e até de verificarmos a eficiência do aparelho de raios X instalado no Gabinete Central.

Foi-nos mostrada a estatística do serviço de revisão de fichamento odontológico realizado no 1.º B.C. e terminado no dia 12-I-950, da qual tirámos os seguintes dados expressivos: foram revisados 322 homens, nos quais foram encontrados 3.072 cáries e 757 focos infecciosos.

Bom número de soldados não passou pela revisão, por motivo de férias, licenças, serviço e outros

No Corpo de Bombeiros, entre 555 elementos revisados, foram encontrados 1.103 focos ou dentes suspeitos. Estes dados falam por si só e mostram quão acertadas têm sido as pro-

vidências tomadas pelo nosso Comando Geral, no sentido de dotar a Milicia Bandeirante de um eficiente Serviço Odontológico.

.....
Compõe o atual quadro de odontólogos da Fôrça os seguintes oficiais: caps. Breno Pereira da Silva e Aparício Máximo de Carvalho, 1.ºs. tens. Antônio Fausto de Arruda Macedo, Osvaldo Victor Rodrigues e Ademar Barbosa, 2.ºs. tens. Rubens Moreira da Rocha, Antônio Machado Canto, Hélio G. Máximo de Carvalho, Roberto O. M. de Azevedo, Fernando Jardine e José F. Paulucci.

o*o



— Mãos ao alto!

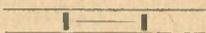
(Ric & Rac, Paris)

CASA LOHNER S. A. MÉDICO-TÉCNICA

MATRIZ

RIO DE JANEIRO

FILIAIS, AGENCIAS E REPRESENTAÇÕES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO PAÍS



Raios-X — Eletro-Medicina — Cirurgia — Laboratório

SECÇÃO DENTÁRIA

- * GABINETES DENTÁRIOS
- * RAIOS-X "PHILIPS" DIVERSOS MODELOS
- * ESTERILIZADORES — ARMÁRIOS
- * LÂMPADAS INFRA-VERMELHO
- * LÂMPADAS ULTRA-VIOLETA
- * TORNOS — ACESSÓRIOS, ETC.

— ASSISTÊNCIA TÉCNICA — GARANTIA —

RUA SÃO BENTO, 216 - Fone: 3-2175 — SÃO PAULO

Também fomos ver

Giannella De Marco

Texto de F. Vieira Fonseca

Fotos de João Tancler

Sempre que se fala em crianças-prodígio é costume do público se resguardar contra as mistificações e fraudes. Inúmeros «gênios» das artes têm se desfeito ante a ação implacável do tempo, que se encarrega do seu desmascaramento, entregando-os às próprias e justas proporções.

Não pretendemos ser os julgadores de Giannella de Marco. Nem vamos cuidar aqui de como surgiu essa estrêla da música, nem como ela se desenvolveu e passou a empolgar multidões e eletrizar platéias. A imprensa diária e periódica já cuidou disso fartamente, antes de nós. Cabe-nos aqui apenas considerar o espetáculo do dia 14 de janeiro em si, tal como se nos apresentou essa criaturinha excepcional.

Também fomos ver Giannella de Marco. Sim, fomos vê-la somente após muito dos seus espetáculos. E' que, desta vez, a menina-regente ia comandar os músicos da Fôrça Pública. Os jornais haviam anunciado o próximo evento artístico.

Comparecemos ao Pacaembu desconfiados. Desconfiados e incrédulos, não obstante as assertivas de até então: Criança-prodígio de 5 anos reger uma orquestra... A maestrina em-

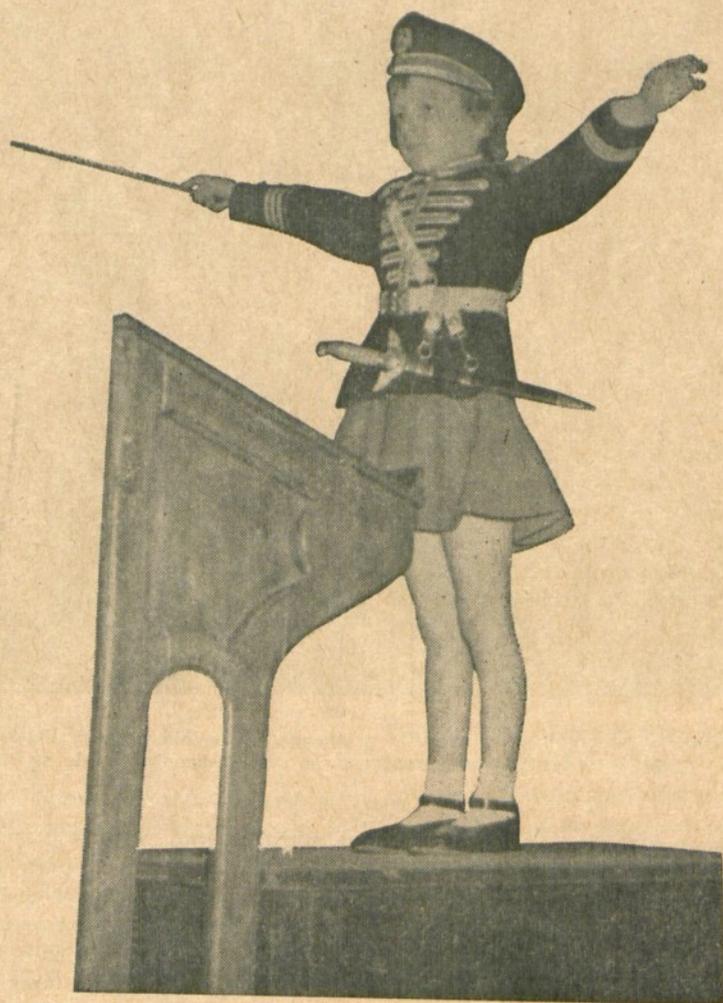
ESTADIO DO PACAEMBU
DIA 14 — ÀS 21 HORAS — DIA 14
GIANNELLA
A MENINA PRODIGIO, FARDADA DE CAPITA DA FORÇA PUBLICA, REGERA'
250 - MUSICOS - 250
— DA —
BANDA DA FORÇA PUBLICA
No Programa: TANNHAUSER de Wagner - O GUARANY
de Carlos Gomes
BILHETES A' VENDA NO THEATRO MUNICIPAL E NA GALERIA PRESTES MAIA

Os jornais haviam anunciado...

punha a batuta sem conhecer música... 100 professores deixam-se reger por uma criança!...

Portanto, além do espetáculo em si, dizendo diretamente da Banda de Música da nossa milícia, a curiosidade, essa grande fôrça impulsiva estava a nos empurrar para o Estádio Municipal.

Antes, sabia-se que ensaios estavam se realizando nos Bombeiros. Eram oportunidades para nós, porque, ali, melhor poderíamos apreciar o trábalo da maestrina. Era nos ensaios que o cronista leigo poderia ter sua atenção voltada para certos incidentes que, em absoluto, lhe pas-



*Loura, os olhos azuis, a linda pequenina
Sobe firme, ao tablado, e a batuta segura
Num meneio gracioso a cabecinha inclina
E Giannella de Marco, então transfigura!*



*Alça os braços em cruz, a fronte se ilumina!
qual fôsse reduzida em frágil miniatura,
aparece, soberba, a grande maestrina!
Comanda a orquestra e empolga, a criança imatura...*



(Trecho de uns versos de Odette de Toledo)



Giannella saúda o fotógrafo, posando entre a sra. e sr. cel. Eleutério B. Ferlich e sra. e sr. cel. Odilon de Aquino, êste ladeado por um dos acompanhantes da maestrina.

sariam despercebidos num concêrto real. Sabíamos disso através das **espiadas** que demos aos ensaios dirigidos pelos cap. Romeu ou ten. Cunha, no Batalhão de Guardas. Mas, por circunstâncias várias, tais oportunidades foram perdidas.

Entra a pequena regente no gramado do Pacaembú, acompanhada pelos pais e empresário, sob as palmas de público numeroso. Criaturinha adorável, de cabelos loiros e encacheados escapando sob o boné do uniforme de capitão da Fôrça Pública. Tôda orgulhosa com a farda, agita-se inquieta como um passariño, preocupando-se muito com o espadim que lhe cai ao lado. Ouve-se

sua vozinha doce, expressa num italiano quase perceptível para nós. Conversa com seus pais ou conhecidos e corre saltitando para o centro do gramado, onde já se acha a Banda Sinfônica. Alguém a toma nos braços e a eleva ao tablado de mais de dois metros de altura.

Sôbre a estante não havia partituras. Para quê, se Gianella conhece as músicas de cor, de tôdas as peças sinfônicas que dirige? Para quê, se não conhece técnica ou harmonia, nem mesmo sabe distinguir uma colcheia duma semifusa, talvez?

A garota de expressão angélica toma a batuta pequena como ela e inicia a regência.



Presto. Io sono stanca di foto !

Sôbre o que ela faz então no sentido musical, nada podemos dizer, dada a nossa ignorância integral de assuntos técnicos que lhe dizem respeito. Mas percebe-se que a pequena se enche de expressão e dá vida ao espetáculo. As máscaras se sucedem. O espadim já não a preocupa mais. Seus gestos e expressões característicos deixam estarecidos quem a observa de perto. O público se empolgá, se eletriza. Sente-se conquistado.

Durante a regência das três primeiras peças, Giannella se agitou, como sempre, em grande esforço, dando

movimento ao tronco e aos braços. Todavia, suas perninhas nuas, como que tiranizadas pela pequenez do tablado, ficaram quase imóveis, sofrendo a ação do vento frio que enfiava o Pacaembú. Aqueles pequenos membros não trabalharam com a mesma intensidade do resto do seu minúsculo corpo. Eis que, terminada a terceira desçam ao gramado e, num arrouceira peça, Giannella pede para que bo de personalidade (entre o espanto e a preocupação dos seus responsáveis, que não a queriam ver cansada), põe-se a correr em volta do mesmo.

A TESOURA MILITAR

AVENIDA TIRADENTES, 764

FONE 4-2479

e

CASA NUNES

AVENIDA TIRADENTES, 318

FONE 4-1589

Fizeram gratuitamente o uniforme de

Giannella De Marco

As melhores casas em artigos militares

— Foi para esquentar as pernas — respondeu, quando lhe perguntaram pela razão daquele gesto.

No intervalo da audição aproximamo-nos mais ainda da maestrina. Queríamos observá-la mais de perto, na sua natureza infantil. Um seu familiar lhe disse para endireitar o boné de «capitano».

— Non di capitano, colonello!

Os flashes estouram incessantemente, visando sempre a figura central do espetáculo. Pedimos então ao empresário para que nos auxiliasse a obter uma foto da pequena junto com os músicos, formando êstes em semi-círculo. Mas, como esta disposição exigiu um maior tempo em preparativos, Gianella se inquietou:

— Presto. Io sono stanca di foto! Era a sua alma infantil que se manifestava em toda a plenitude, de modo inconfundível.

Ainda durante o intervalo, Gianella foi levada ao colo, para o meio das arquibancadas, zigue-zagueando entre a multidão, que também a queria ver de perto, à qual atirava seus beijos. Por fim, é reconduzida ao gramado, reiniciando-se a audição.

O microfone anuncia: «Giannella dará uma volta pela pista, marchando à frente da Banda!». Só então é que aquela enorme massa se abala para ir se comprimir junto

ao «alambrado». Vê-se aquela figurinha airosa e enérgica à frente dos músicos, ao som de u'a marcha. Eles precisam diminuir a amplitude do passo para que a pequena não se veja alcançada ou mesmo ultrapassada. Graciosos são os seus movimento dos braços, o seu andar, a sua continência à militar.

Porém, o público não se satisfaz. Reclama ainda. Quer continuar a ver Gianella. É ela colocada então, de pé, sobre um carro do Corpo de Bombeiros, iluminada por um projetor da máquina. E a silhuetazinha mimosa é vista agora a distribuir beijos e a fazer continência para o público, que a ovaciona incessantemente, enquanto o auto roda pela pista em volta do gramado, até completar duas voltas.

Concluído o espetáculo, entre o delírio dos presentes, corremos para a pequenina, emocionados, com ânsia de apertá-la contra o peito, beijá-la com ternura. Beijamos-lhe as mãozinhas, respeitosa e ternamente, aquelas mãozinhas cheias de glória que continuarão a empolgar multidões de todo o mundo, como já empolgaram os de Roma, Milão, Paris, Madrid, Londres, Mexico City, New York, Rio, Buenos Aires.

E assim se desvaneceram a nossa desconfiança e a nossa incredulidade.

Giannella deu uma volta na pista, marchando à frente da Banda. Evidentemente, o chefe não deve errar o passo. E ainda olha para trás, para ver se tudo corre bem...



Publicações recebidas

Temos recebido com regularidade os seguintes jornais e revistas: *SENTINELA*, mensário noticioso, órgão da P.M. do Estado do Paraná, dirigido pelos segundos tenentes Orlando Xavier Pombo e Stélio Farias Lobo; *O COLINENSE*, quinzenário dedicado aos interesses do município de Colina, deste Estado, sob a direção nacionalista de Agnaldo Ferreira; *VIGILÂNCIA*, revista editada nesta Capital pelo culto e dinâmico camarada, ten.-cel. Naul de Azevedo; *LIBERTAS*, bela revista, órgão da P.M. do Estado de Minas Gerais; *ILUSTRAÇÃO - NOSSA ESTRADA*, revista técnica, literária e noticiosa, órgão dos ferroviários da Est. de Ferro Sorocabana. Este mensário de cultura ferroviária, dirigido por Alberto Rocha Lima, conta no seu corpo redatorial com os seguintes confrades: Nayme Bussamára, redator-chefe; Jorge Felício e Dulce D. Brito redatores secretários; Sylvio Frezza, redator-gerente.

Queremos destacar o aparecimento de um novo mensário na família policial-militar brasileira. Trata-se de *O TREME-TERRA*, cujo primeiro numero foi publicado este ano na P. M. do Est. do Rio de Janeiro. É portanto a concretização da notícia que nos foi adiantada pelo Comandante daquela Corporação, quando, em dezembro, esteve entre nós. *O TREME-TERRA*, dirigido pelo cap. dr. Moacir Martins Bogado, tendo como redator-chefe o 1.º ten. Romário Pôrto de Oliveira Junior e como redator-secretário o asp. Heitor Marcos de Almeida, será, estamos certos, mais um intemerato batalhador das nossas justas causas. Estando o seu nome ligado á

historia pátria, transcrevemos o interessante trabalho explicativo, de autoria do asp. Heitor Marcos de Almeida, intitulado, Porque Treme-Terra.

Porque Treme-Terra

TREME-TERRA é o nome escolhido para o nosso jornal, ora fundado sob a égide do senhor coronel Comandante Celso Bath Rosas. Para ser entendido é mister se digam aos nossos leitores algumas palavras esclarecedoras da preferência.

Volvamos pois ao passado e rebusquemos a origem do título nos acampamentos do Paraguai. Lá está o Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro, incorporado ao Exército Nacional, sob número de ordem de 12.º de Voluntários da Pátria, combatendo o inimigo comum.

Aí o vemos, na retomada de Corrientes sob o comando do bravo tenente-coronel João José de Brito, recebendo o seu batismo de fogo e as primeiras condecorações conferidas ao Exército, por S.M. o Imperador do Brasil.

Ao lado da Marinha Nacional, embarcado nas canhoneiras Belmonte, Igua-temi e Ipiranga, o soldado fluminense honrou sua Província, enobreceu a farda e glorificou a Pátria, tomando parte ativa na grande batalha de Riachuelo, ao mando de Barroso, forçando as passagens de Mercedes e de Las Cuevas. Muitos ficaram nos tombadilhos, mas se elevaram ao altar da Pátria, porque cumpriram galhardamente o nobilíssimo dever de mártires e de heróis.

A imaginação do soldado, no decurso das batalhas, crea figuras e tece

lendas de significações estranhas. Análogias passageiras, feitos épicos no climax da luta, o incessante estrugir das granadas, os perigos, a morte, tudo a alterar o raciocínio do combatente, parece-nos, são a causa real de esquisitas histórias e de estrambóticos cognomes que a tradição conserva depois das campanhas de longa duração.

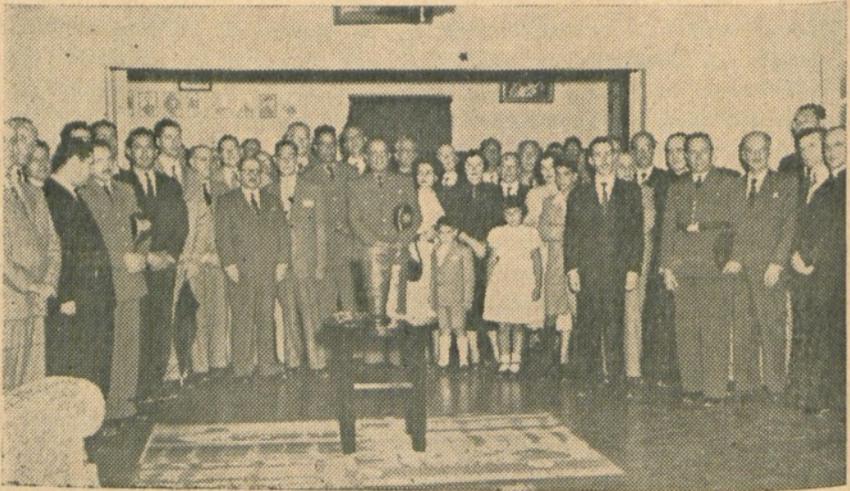
Nesse caso figura o Treme-Terra, epíteto com que se tornou conhecido o 12.º de Voluntários; após os primeiros embates, soube o pugilo de bravos que o compunha, inscreve-lo na História, já manejando a artilharia das canhoneiras, já solapando o insidioso inimigo através dos charcos endêmicos do Paraguai, ar-

rasando todos os obstáculos para que trouxessem os louros da vitória.

Intitulando de TREME-TERRA o nosso jornal, damos ao vocábulo um duplo sentido: de uma elegia em homenagem aos servidores humildes e anônimos de nossa Corporação que não voltaram à Pátria, e o de uma ode gloriosa que teremos sempre presente, como a legenda das Termópilas, em honra dos heróis que pelo sacrifício nos legaram uma tradição e nos apontam o exemplo a imitar.

Que o TREME-TERRA seja benvido e eleve cada vez mais o conceito que paira sobre o 12 de Voluntários, para justa ufania desta Polícia Militar e glória do Brasil.

Assunção de Comando em Campinas



Gentileza de "A GAZETA"

Com a presença de numerosas autoridades, religiosas, civis e militares, às 9 horas do dia 26 de janeiro, assumiu o Comando do 8.º B.C., sediado em Campinas, o ten.-cel. José Ferreira Lameirão, recebendo-o do seu antecessor, ten. cel. Laércio

Gonçalves de Oliveira. Publicamos acima um aspecto da recepção aos convidados, no salão nobre do 8.º B.C., após às solenidades militares de assunção de comando, realizados no pátio do Quartel.

Promoção "Post-Mortem"

Mais um nosso camarada acaba de oferecer sua própria vida em holocausto à segurança pública. Os jornais paulistas deram ampla divulgação do seu gesto de desprendimento e solidariedade humana, quando na manhã do dia 18 de dezembro p. p., corajosamente, entrou em uma casa onde houvera forte explosão e de onde partiam gemidos de dor. Quando voltava com uma criança nos braços, reti-

rada ferida dos escombros, outra explosão, anteriormente preparada por um cérebro doentio, embargou-lhe os passos e roubou-lhe a vida.



É mais um policial - militar que vai engrossar a numerosa falange dos tombados em defesa da vida dos cidadãos que nos mantêm.

A éle deixamos o nosso adeus e a certeza de que saberemos ser dignos do seu gesto, todas as vezes que uma

vida corra perigo ou um fraco necessite do nosso auxílio.

TEXTO DA LEI QUE PROMOVEU O NOSSO SAUDOSO CAMARADA, POR ATO DE BRAVURA

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando que o 1.º ten. Alcides Teodoro dos Santos, na madrugada do dia 18 de dezembro de

1949, na cidade de Araçatuba, quando fazia ronda em companhia de várias praças sob seu comando, percebendo a sinistra explosão que se verificara em uma das casas próximas

já envolta em fumaça, e ouvindo gritos de socorro, imediatamente penetrou naquêlo local, sem medir perigos, aí falecendo em franca e destemerosa ação policial; considerando que a comissão de promoções reunida extraordinariamente para apreciar o relatório do inquérito policial militar procedido, após haver satisfeito todas as exigências legais constantes dos artigos 9.º, § 2.º e 20, do Decreto-lei n.º 13654, de 6 de novembro de

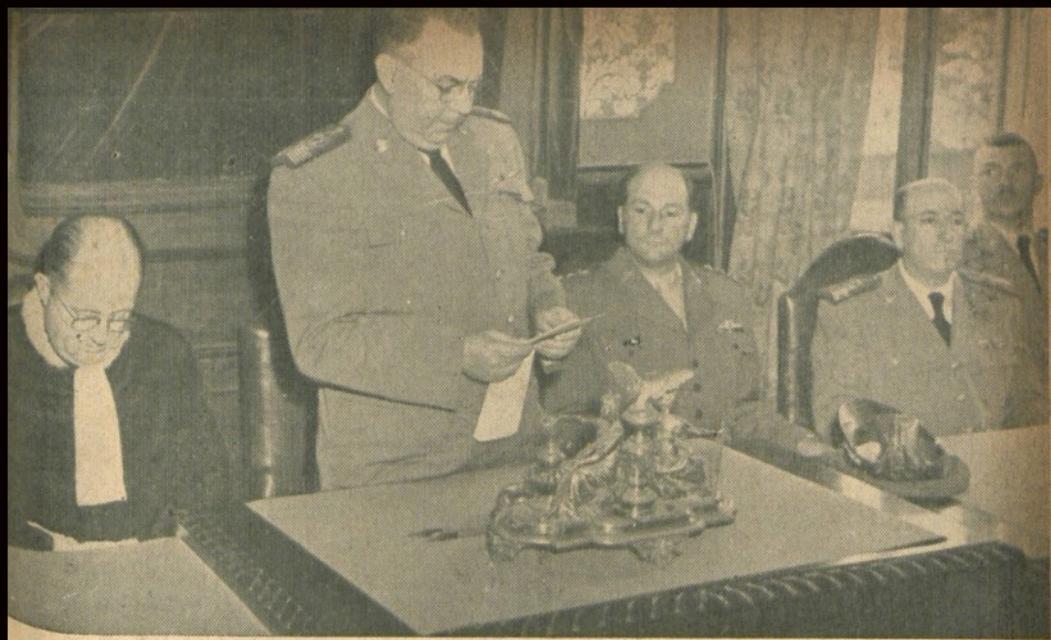
1943, propôs a promoção daquêlo oficial por ato de bravura; RESOLVE conceder promoção póstuma ao posto de capitão, por ato de bravura, ao 1.º tenente da Fôrça Pública do Estado — Alcides Teodoro dos Santos.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo aos 19 de janeiro de 1950.

a) **ADHEMAR DE BARROS**
a) **Flodoardo Maia.**

Flagrantes da missa realizada no dia 24 de dezembro, na Igreja da Consolação, por intenção da alma do pranteado colega cap. Alcides Teodoro dos Santos. Em cima, a inconsolável viuva acompanhada dos filhos e familiares; em baixo, autoridades presentes ao ato.





O novo presidente do Tribunal Militar do Estado quando proferia sua oração, ladeado pelo Cmt. Geral da Fôrça Pública e pelo Juiz civil, dr. Francisco Henrique de Albuquerque Maranhão, cel. Juiz, Sebastião do Amaral, e o representante do sr. Secretário da Segurança Pública.

Tribunal Militar da Fôrça Pública

Posse do novo Presidente

Dia 4 de janeiro, às 14 horas, foi solenemente empossado no cargo de Presidente do Tribunal Militar da Fôrça Pública, o cel. Coriolano de Almeida Júnior, eleito por seus pares.

Além do corpo de juizes estiveram presentes o cel. Eleutério Brum Ferlich, Comandante Geral, cel. Odilon Aquino de Oliveira, chefe do Estado Maior, Comandantes de Unidades e Chefes de Serviços, bem como várias delegações de oficiais. Presidiu o ato o cel. Juiz, José Anchieta Torres, presidente do Tribunal Militar, que em rápidas palavras relembrou as modificações havidas naquela casa de justiça especial, durante a sua gestão, e empossou seu substituto. Falou, então, o novo presidente, cujas palavras enaltecem seu antecessor. Em

breve improviso o Juiz Francisco Henrique de Albuquerque Maranhão, também membro do Tribunal, analisou o período em que o Tribunal Militar Estadual esteve sob a presidência do cel. Anchieta Torres, o qual se caracterizou por um superior espírito de Justiça. S. excia. terminou dizendo que o Serviço Judiciário Militar do Estado estivera e continuaria em boas mãos.

Fêz uso da palavra o cel. Brum Ferlich, que se congratulou com o presidente empossado e com a Fôrça Pública.

Ao encerrar a sessão proferiu o presidente recém empossado as seguintes palavras: "Encerro esta sessão com os olhos voltados para a Fôrça Pública".



Aspectos da visita feita pelo sr. Secretário da Viação, dr. Lucas Nogueira Garcez, ao C.I.M. e do almoço oferecido a s. excia. pelo Cmt. Geral, no Serviço de Subsistência.

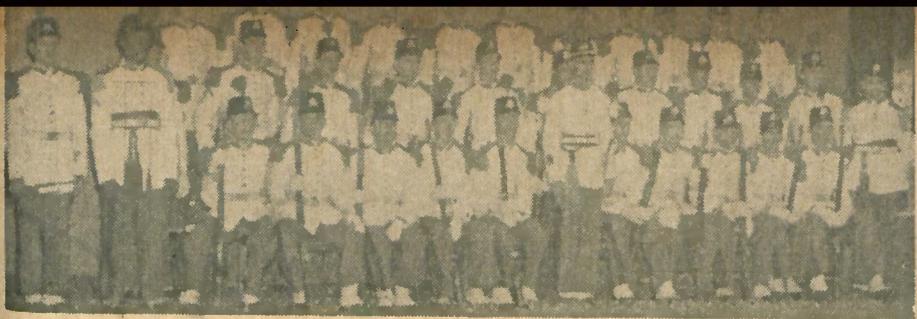
BÔAS FESTAS

Recebemos votos de Bôas Festas das seguintes pessoas e entidades:

Associação Paulista de Imprensa, Comandante e Oficiais do 6.º B.C. da Fôrça Pública, Cia. de Papéis T. Janer, 1.º tenente Antonio Moraes Neto, nosso representante na Polícia Militar do Rio Grande do Norte; comandante, oficiais e praças do 3.º B.C., 1.º ten. José Pe-

reira da Silva, nosso representante na P.M. de Minas Gerais, profa. Maria Aparecida Marques, Comandante e oficiais da Polícia Militar do Estado de Espirito Santo, Comandante e oficiais do 1.º B.I. da P. M. de Goiaz.

MILITIA agradece sensibilizada e retribue os augurios de feliz 1950, extendendo-os a todos os seus colaboradores e assinantes.



Apresentação das novas túnicas brancas do uniforme especial do B. G..

N A T A L F E L I Z

Festa máxima da cristandade, o Natal é condignamente comemorado por todos os brasileiros. Não há coração patricio que não vibre de alegria e que não demonstre, em alto gráu, o seu conceito de solidariedade humana, ao ouvir os primeiros acordes dos sacrossantos hinos, entoando hosanas ao alvorecer do esplendoroso dia em que se enaltece o aparecimento do Salvador.

O Batalhão de Guardas não ficaria surdo ao anseio de seus componentes, em também participar de tão rutilantes festejos.

Revestiu-se mesmo de invulgar brilhantismo a festa de confraternização realizada a 23 último. Constando com a presença da primeira dama paulista, a excelsa protetora da infância pobre ou desvalida, figura simpática e que contribuiu mesmo, materialmente, com centenas de brinquedos; com a impagável presença de Arrelia (o cômico n.º 1 de nossos palcos) e seus companheiros, além de outros elementos, na parte artística, nada mais seria possível desejar-se para o mais absoluto êxito da primeira parte do programa.

—//—

As crianças da grande família do Centro de Instrução Militar também tiveram o seu natal, que se caracterizou pela abundância de presentes distribuídos. Acima dois aspectos da distribuição de brinquedos





Natal no S. T. M.

Aspectos das festividades natalinas proporcionadas aos filhos dos componentes do Serviço de Transportes Motorizados, que contou com a presença do maior cômico paulista e grande amigo das crianças — Nhô Tótico.

Infelizmente a chuva, tão desejada em outras ocasiões, fêz-se notar com violência, prejudicando a parte relativa a jogos e exhibições e não permitindo o realce desejado à apresentação das novas túnicas brancas, do uniforme especial do batalhão.

Farta distribuição de refrigerantes, guloseimas, e leite, contribuiu para encantar as crianças presentes.

Finalmente «Papai Noel» passou a distribuir, entre os filhos dos elementos do batalhão, os sacos de brinquedos e utilidades, previamente preparados, tudo na mais admirável

ordem, demonstrando, amplamente, o carinho e a eficiência de uma impecável organização, por parte da comissão encarregada.

O Batalhão de Guardas, por nosso intermédio, agradece à indústria e ao comércio de São Paulo, as magníficas contribuições recebidas, que permitiram essa pujante demonstração de nosso acendrado espírito cristão, levando alguns minutos de alegre emoção aos corações infantis de muitas criancinhas que, de outro modo, nunca poderiam ter o seu «Natal Feliz».



Aspecto tomado após o almoço oferecido pela «Escuela de Carabineros» ao cap. Theodoro de Almeida Pupo, que naquela brilhante e disciplinada instituição policial-militar permaneceu seis meses em missão de estudos.

No cliché o nosso camarada é visto ao centro, ladeado pelo coronel Dom Juvenal Garrido Osses, diretor da «Escuela de Carabineros», pelo senhor Intendente da Província de Santiago, outras altas autoridades e oficiais daquela casa de ensino policial-militar.

Corpo de Carabineiros do Chile

A Escola de Carabineros formada em um dia festivo.



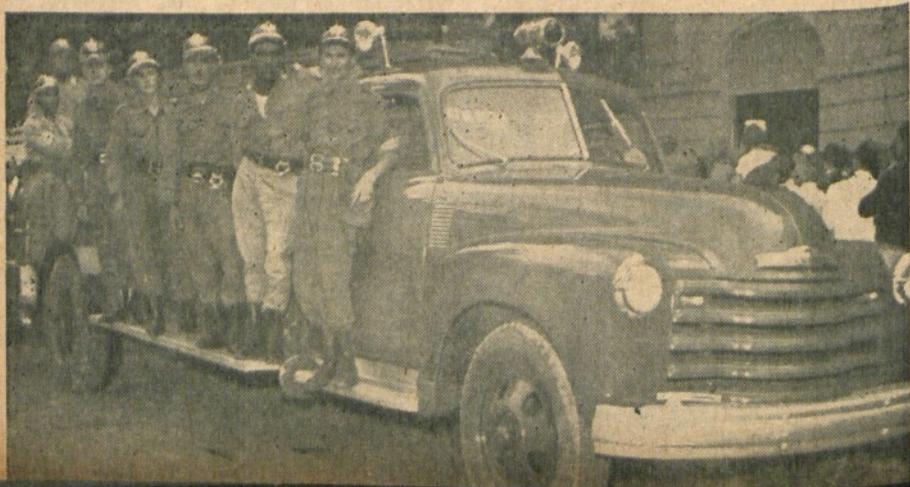


O sr. Governador do Estado esteve presente à entrega dos carros-tanque ao Destacamento de Bombeiros de Ribeirão Preto, realizada solenemente naquela cidade em 31 de janeiro último.

No clichê, o Governador paulista dirigindo-se, pelo rádio, aos ribeirãopretanos.

Corpo de Bombeiros em Ribeirão Preto

Guarnição de um dos carros destinados aos Corpos de Bombeiros do interior.



Aspirantes da Fôrça Pública de 1923

A turma de aspirantes de 1.923 comemorou, condignamente, mais um aniversário de sua formatura, ocorrido, precisamente, a 18 de Janeiro.

Pela manhã, às 9,00 horas, foi celebrada missa solene em ação de graças, pela memorável efeméride, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, à praça Cel. Fernando Prestes, sendo oficiante o Capelão Militar da Fôrça Pública, Major Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire. No majestoso templo salesiano, a nossa reportagem anotou a presença dos snrs. coronéis Eleuthério Brum Ferlich, Comandante Geral, Coriolano de Almeida Júnior, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, Odilon Aquino de Oliveira, Chefe do E.M., José Teófilo Ramos, José da Silva, José Francisco dos Santos, Comandantes de unidades da Capital, capitão Frederico Stat Muller, toda a turma aniversariante incorporada, famílias e representantes da imprensa. As primeiras horas da tarde, reuniram-se os comemorantes em almoço de confraternização. Esse ágape decorreu em ambiente da mais sadia camaradagem, havendo troca de saudações e homenagens aos colegas que já haviam partido para a grande viagem da eternidade.

A turma de aspirantes de 1.923 era constituída de 18 elementos, a saber: coronel Sebastião do Amaral,

coronel Benedito de Castro Oliveira, coronel José Ramos Nogueira, coronel Tales Prado Marcondes, coronel Lúcio Rosales, ten. cel. dr. Romão Gomes, ten. cel. Manoel Augusto Baltazar, ten. cel. João Procópio da Silva, ten. cel. José Hipólito Trigueirinho, major Alberto Fischer, capitão Benito Serpa, capitão José Camilo Valença, capitão Joaquim Pires de Souza, capitão José Garcia de Toledo, capitão Cesar Honório de Campos, capitão Nicanor Eloi de Melo, 1.º ten. Luiz dos Santos e aspirante João Pereira da Cunha. Já são falecidos o ten. cel. dr. Romão Gomes, capitães Joaquim Pires de Souza, José Garcia de Toledo, Cesar Honório de Campos, Nicanor Elói de Melo, ten. Antonio Luiz dos Santos e aspirante João Pereira da Cunha. Permanece no serviço ativo o coronel Sebastião do Amaral, Juiz do Tribunal de Justiça Militar, e o ten. cel. José Hipólito Trigueirinho, Comandante da Escola de Educação Física. Os demais já estão na reserva, após uma existência de lutas e brilhantes serviços à farda gloriosa que vestiram.

Feliz, muito feliz, a lembrança dessas comemorações. O espírito deve dominar sempre, afirma com sabedoria o eminente desembargador Percival de Oliveira.



Justiça sem fôrça é impotência; fôrça sem justiça é tirania.

Pascal

Noticias das co-irmãs

P. M. DO PARANÁ

Nova tabela de vencimentos

Entrou em vigor no dia 1.º de Janeiro de 1950.

Coronel	6.650,00
Tenente Coronel	5.550,00
Major	4.700,00
Capitão	4.100,00
1.º tenente	3.500,00
2.º tenente	3.100,00
Aspirante a oficial	2.250,00
Sub-tenente	2.100,00
1.º Sargento	1.800,00
2.º Sargento	1.600,00
3.º Sargento	1.400,00
Cabo	1.200,00
Soldado Músico	1.100,00
Soldado	1.000,00

* *

Seguiram para o Rio de Janeiro, a fim de frequentarem o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da P.M. do Distrito Federal os 1.ºs tens. Benoit Pontes Cidreira, Virgínio L. Mello, José D. Durski e Washington Moura Brasil. O Comando Geral entrou em entendimentos com a Força Pública de São Paulo no sentido de obter 4 vagas na Escola de Oficiais, para a P.M. do Paraná.

—//—

P. M. DO ESTADO DO RIO

Foram promovidos no mês de setembro próximo passado os seguintes oficiais:

Por merecimento

Ao posto de ten. cel. os maiores — Jonathan Dezerto Bastos e Antônio Muzzi A. Pinto; ao posto de major os capitães — Milton de Brito Rodrigues e Coraci de Souza Ferreira; ao posto de capitão o 1.º tenente José Couto do Nascimento; ao posto de 1.º tenente o 2.º tenente Romário P. O. Júnior; ao posto de 2.º tenente o asp. Joaquim da C. Santos.

Por antiguidade

Ao posto de major o capitão Lourival Ventura; ao posto de capitão os 1.ºs tenentes Antônio Alves Cabral e Osvaldo de Assis Gomes; ao posto de 1.º tenente os 2.ºs tenentes João Teixeira Malta e Luiz Soares Câmara; ao posto de aspirante o al. of. Manoel Vieira de Almeida.

MILITIA congratula-se com os recém promovidos, desejando-lhes felicidades nos novos postos.

—//—

P. M. DO MARANHÃO

Foram promovidos na Polícia Militar do Estado os seguintes camaradas, todos assinantes de MILITIA: ao posto de major o capitão Arlindo Faray, nosso representante; ao posto de capitão o 1.º tenente Pedro de Souza Brito; ao posto de primeiro tenente os segundos — João Vinhas e Antônio José Gonçalves Filho; ao posto de segundo tenente o aspirante — Bartholomeu Pereira de Oliveira.

MILITIA congratula-se com os recém promovidos augurando-lhes profícua gestão nos novos postos.

Polícia Militar do Estado do Espírito Santo

Promoções: — Por decreto de 13 de julho último, do Chefe do Executivo Estadual, por merecimento foram promovidos aos postos de capitão e 1.º tenente os 1.º e 2.º ditos Aldo Baroni e Argeu Furtado de Almeida; e, por antiguidade, também foram promovidos aos postos de capitão e 1.º tenente os 1.º e 2.º ditos Antônio Fernandes Filho e Lauro Faria.

— // —

Nomeação: — Por ter sido aprovado em 1.º lugar no Concurso a que se submeteu, em 23 de julho do ano passado, o Sr. Governador do Estado assinou decreto nomeando 2.º tenente dentista da Polícia Militar o Dr. Sebastião Tavares Baeta Neves.

— // —

Aniversário de Comando: — A 1.º de setembro próximo passado, comemorou-se na Polícia Militar o 2.º aniversário de gestão do coronel Darcy Pacheco de Queiroz, Comandante Geral da Corporação.

Realizou-se essa comemoração dentro de um programa previamente estabelecido pelos oficiais da Corporação. Esse programa, constou de uma missa em ação de graças, desfile da tropa pelas principais artérias da Capital, jogos desportivos entre policiais-militares e elementos de Unidades do Exército sediadas em Vitória, especial banquete em que tomaram parte altas autoridades civis e militares, e de uma

especial retreta efetuada pela Banda de Música no principal parque da cidade.

— // —

Outras Notas: — A bancada do PSD, partido majoritário junto à Assembleia Legislativa, por iniciativa do Deputado Judith L. C. Ribeiro, acaba de apresentar ao legislativo estadual um projeto de lei que dispõe sobre licença-especial para as praças de pré. Pelo que se sabe até o momento, referido projeto já obteve sua 2a. aprovação.



Repare bem! O herói é um; o outro ajuda a carregar as condecorações, por falta de espaço.

(Guerin Meschino, Milão)



educação física e DESPORTOS

Encerramento do ano letivo da E. E. F.

Celebramos, nesta hora festiva, o encerramento das atividades letivas do corrente ano, desta Escola de Educação Física. Fazemo-lo em solenidade, não somente por amor a uma das velhas e caras tradições deste Estabelecimento de ensino, senão que terminam a jornada, fortalecendo-lhes o compromisso de trabalhar, constantemente e com tenacidade, pela educação física em nossa Pátria.

Para cercar a cerimônia de um esplendor ainda maior, programamos conjuntamente com o encerramento do Campeonato de Futebol da Força, entrega de prêmios aos vencedores, a entrega de medalhas e troféus à nossa equipe de corredores que levantou, brilhantemente, em Niterói, na tarde de 19 de Novembro, individual e coletivamente, "A Corrida da Bandeira".

Razões superiores de serviço levaram esta Escola a funcionar com dois cursos apenas, no corrente ano: 1.º Curso de Medicina de Educação Física e Desportos, 2.º — Curso de Monitores de Educação Física. O 1.º, por motivos já publicados, não chegou até o final. O 2.º, alcança, nesta hora a meta idealizada, embora com número pequeno de alunos, número

Ten. cel. José Hipólito Trigueirinho

este, no entanto, que é suficiente para manter o fogo sagrado da educação física e para conservar de pé a missão e o destino da Escola, de formar elementos para o trabalho das Unidades da Força Pública.

Foi a seguinte a classificação dos alunos que concluíram o C.M.E.F. :—

— 2.º Sgt. Deusdedit Alcântara de Lima — 7,69: 1.º lugar — 2.º Sgt. Mário José Vitoriano Filho — 7,20: 2.º lugar — 3.º Sgt. Durval Ferreira Lima — 6,48: 3.º lugar — 2.º Sgt. Francisco de Melo Pôrto — 6,08: 4.º lugar — 3.º Sgt. Francisco José Sampaio Coelho — 5,95: 5.º lugar.

Apesar do término do ano letivo assinalar apenas um Curso, é mistér que se afirme ter sido este um ano dos mais movimentados da existência da Escola. Iniciamo-lo, logo nos primeiros dias de janeiro, durante o período de férias que se prolongou até 15 de março, com a preparação de duas turmas de Sargentos, cabos e soldados em Ataque e Defesa. Preparamos, nos meses de maio, junho e julho, um pelotão especializado para o serviço de polícia da 2.ª R.M.. Proporcionamos estágio de 15 de julho a 3 de De-



Flagrantes do encerramento do ano letivo da E.E.F. e da entrega de troféus aos campeões de futebol da Força Pública e aos vencedores da "Corrida da Bandeira", realizada em Niterói a 19 de novembro.

zembro a duas turmas de oficiais e sargentos do 4.º R.I. do Exército Nacional. Proporcionamos estágio de duas turmas de aspirantes, recém-diplomados pelo C.I.M. bem como a oficiais da Força Pública do Estado de Goiás, que levaram preciosos conhecimentos da especialização.

No setor desportivo, a Força Pública viveu um ano intenso e rico de competições dando a Escola nesse terreno integral cumprimento às diretrizes do exmo snr. Cél. Comandante Geral, baixadas por intermédio da D.G.I.. Ainda soam aos nossos ouvidos as vibrações do Torneio de Inverno de Voleibol, do Campeonato de Bola ao Cesto, do Torneio da Primavera, de Esgrima, do Campeonato Geral e do Campeonato de Futebol, cujo encerramento hoje come-

moramos. Fora do âmbito da Força, disputamos a «Prova Governador do Estado», de pedestrianismo, em homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Ademar Pereira de Barros, operoso chefe do Executivo bandeirante, no segundo aniversário do seu governo; fomos à tradicional «Corrida da Fogueira», no Rio de Janeiro; disputamos os Campeonatos de Voleibol de «A Gazeta» e da «Semana da Asa»; e agora, mais recentemente, «A Corrida da Bandeira», em Niterói. Em todos esses compromissos, manda a verdade que se proclame, a representação da Força Pública conquistou vibrantes louros desportivos. Esta pequena resenha não inclui as demonstrações proporcionadas a ilustres autoridades visitantes e nas Unidades da Força, prestigiando suas

solenidades e abrilhantando suas efemérides, como no 4.º B.C. e no Batalhão de Guardas.

Foi um ano rico de atividades, intenso de movimentação para a Escola e para a educação física da Força Pública.

Para alcançar estes resultados que nos enchem de ufania recebemos das autoridades da Força o mais franco e decidido apoio. No setor administrativo, tivemos sempre a maior boa vontade do exmo sr. Coronel Eleuthério Brum Ferlich, ilustrado Comandante Geral, e do Coronel Odilon Aquino de Oliveira, D.D. Chefe do Estado Maior. No setor técnico do ensino e das atividades desportivas, essa cooperação valiosa do Exmo. Sr. Coronel Comandante Geral e do Sr. Coronel Anibal de Andrade, D.D. Diretor Geral de Instrução, se fez sentir em toda a sua plenitude. Agradeço, por isso, em meu nome e no da Escola, ao exmo. sr. Coronel Comandante Geral e srs. Coronéis Chefe do Estado Maior e Diretor Geral de Instrução esse apoio que é um estímulo da mais alta valia à Escola, esperando que para o próximo ano ele se manifeste com maior intensidade, para que possamos levar a efeito a reforma planejada nas instalações da Avenida Cruzeiro do Sul que virá proporcionar maiores acomodações e um ambiente mais adequado ao desenvolvimento dos trabalhos da Escola, com benéficos reflexos sobre a educação física na Força Pública.

De inestimável valor para a Escola foi, de outro lado, a colaboração dos srs. Comandantes de Corpo e Chefes de Serviço. Este Comando anotou bem a maneira pela qual prestigiaram as competições da For-

ça, dando mão forte a obra dos regimentais. A Escola agradece essa preciosa colaboração e espera merecê-la no futuro, para maiores glórias de nossa Corporação.

Neste final de jornada, não nos é lícito silenciar um caloroso agradecimento aos srs. Chefes dos Serviços de Engenharia, Fundos, Intendência, Material Bélico, Transportes e Manutenção, Transmissões, Saúde e Banda de Música pela cooperação preciosa que dispensaram à Escola.

Aos monitores recém-laureados falarei na minha oração de paraninfo. Digo-lhes de antemão, no entanto, que a grandeza de um diploma não consiste apenas em conquistá-lo, mas sim, em o alcançar para distribuir com outrem os conhecimentos adquiridos. É de seu dever, por isso, fazer do trabalho de educação física nas Unidades uma verdadeira cruzada.

Quando chegamos a esta Casa de Ensino, em dias de agosto do corrente ano, já encontramos grande parte de suas atividades montadas e outras em fase de execução. Terminamos esta e iniciamos e concluímos outras, como os Torneios da Primavera, o Campeonato Geral, e o Campeonato de Futebol, além de várias demonstrações e de todo o trabalho do Departamento de Medicina Especializada, na seleção de candidatos ao alistamento e aos diversos cursos da Força. Na supervisão de todas essas atividades, pude contar com o entusiasmo e a dedicação do valoroso corpo de oficiais da Escola, cuja capacidade e amor à educação física proclamo agora, a bem da justiça que lhe é devida. Enalteço, também, a dedi-

cação dos monitores e dos atletas que aumentaram o renome desportivo da Fôrça, dentro do Estado e além de suas fronteiras.

Agradeço a presença nesta solenidade dos exmos. srs. Coronel Comandante Geral, dos Coronéis Chefe do Estado Maior, Diretor Geral de Instrução, Comandantes de Corpo e Chefes de Serviço, delegações de oficiais e sargentos, esportistas, famílias e pessoas gradas.

E agora, para a Escola, seus oficiais, sargentos, cabos e soldados, a minha ordem é a preparação para as jornadas do novo ano. Aguardemos, com fé e decisão, as novas tarefas que nos forem confiadas pelo exmo. sr. Coronel Comandante Geral, dispostos, como sempre, a cumpri-las, superando quaisquer dificuldades, com os olhos sempre voltados para a grandeza da Fôrça Pública e da nossa raça.

A Corrida da Bandeira

Mais um brilhante feito desportivo vem de realizar a equipe de corredores da Fôrça Pública, fora de nosso Estado. Desta vez, foi na linda Capital Fluminense, na «Corrida da Bandeira», realizada a 19 de novembro, que os atletas milicianos impuzeram a sua classe de mareira absoluta, perante várias centenas de adversários.

A equipe que transpôs a Guanabara, para a disputa da Corrida da Bandeira, estava integrada por Joaquim Gonçalves da Silva, Floriano Avelino Cordeiro, Lino Rosa Gaia, Paulo Sebastião, Joaquim Paisim Cavalcanti e Manoel de Andrade Lima. Chefiou-a nessa proeza notável o major Pedro Alves de Brito, Fiscal da Escola de Educação Física que teve como auxiliar o Sgt. Diomedes Mendes Ferreira.

A classificação da equipe foi a seguinte:—

Joaquim Gonçalves da Silva — 1.º lugar — Lino Rosa Gaia — 3.º lugar — Paulo Sebastião — 6.º lugar — Floriano Avelino Cordeiro — 8.º lugar - Joaquim Paisim Cavalcanti — 12.º lugar — Manoel de Andrade Lima — 17.º lugar.

Coube, desse modo, à Fôrça Pública, como decorrente das classificações acima, o primeiro lugar individual e o primeiro lugar coletivo, ou seja, as duas classificações máximas da prova.

Foi mas uma bonita jornada que Joaquim Gonçalves da Silva, o campeão sul-americano, o tri-campeão da São Silvestre, e seus bravos companheiros realizaram, para honra das tradições esportivas da Fôrça Pública, para glória do pedestrianismo bandeirante.

O CAFÉ ROCHA oferece qualidade

TORNEIO INTERNO DE XADREZ

O departamento esportivo do Clube Militar levou a efeito, nos últimos meses do ano findo, interessante torneio de xadrez, ao qual concorreram 28 exímios enxadristas.

Foram realizadas 360 partidas em 24 sessões e a classificação final apresentou o seguinte resultado:

1.º lugar — cap. José Tenório Quirino dos Santos; 2.º — 1.º ten. Os-

valdo Hildebrand; 3.º — 1.º ten. Jorge Mesquita de Oliveira; 4.º — 1.º ten. Alfieri Calciolari; 5.º — 1.º ten. José Emery Carneiro; 6.º — cap. Hugo de Almeida Portela; 7.º — cap. Frederico Rodrigues Gimenes; 8.º — cap. Napoleão José Leite.

MILITIA cumprimenta os organizadores do Torneio Interno de Xadrez, pelo sucesso do empreendimento.

Problema sôbre esgrima

Cap. *Adauto Fernandes de Andrade*
Mestre d'armas da E.E.F.

Convidamos os afeiçoados da «nobre arte» a nos remeter suas soluções, cujos resultados certos serão publicados, no segundo número após o da publicação.

NOMES	Números	Pule final de florete (Fem.)							Total dos golpes recebidos	Total dos golpes dados	Vitórias	Classificação
		Realizada a / / 19.....										
		1	2	3	4	5	6	7				
A.	1	☒	☒/☒	/	☒/☒	☒/☒	☒/☒					
B.	2	☒/☒	☒	☒/☒	☒/☒	☒/☒	/					
C.	3	☒/☒	☒/☒	☒	☒/☒	☒/☒	☒/☒					
D.	4	☒/☒	☒/☒	☒/☒	☒	☒/☒	☒/☒					
E.	5	☒/☒	☒/☒	/	☒/☒	☒	☒/☒					
F.	6	☒/☒	/	☒/☒	☒/☒	☒/☒	☒	☒/☒				
G.	7	☒/☒	☒/☒	☒/☒	☒/☒	☒/☒	☒	☒				

ORDEM DOS ASSALTOS

1-4	2-3	7-5	1-6
2-5	7-6	1-3	2-4
3-6	1-5	4-6	7-3
7-1	3-4	2-7	5-6
4-5	2-6	3-5	1-2
			7-4

- Pede-se o resultado final da presente pule (cronometrada), com os esclarecimentos necessários que justifiquem a classificação obtida.
- Não houve impedimentos por quaisquer motivos e todas as concorrentes terminaram a prova.

Página Humorística

— ESPÍRITO HUMORÍSTICO DOS LEITORES —

Publicamos abaixo as legendas premiadas do concurso «Espírito Humorístico dos Leitores». Os vencedores residentes na Capital poderão procurar seus prêmios em nossa Redação, das 12 às 18 horas. Aos do interior remete-los-emos por vale postal,

«Marmelada»

1.º — O “manager — Não se esqueça, que no 5.º “round”, você deve cair, e não se levantar mais.

O lutador — “Bruto”, azar! Logo hoje que aquela garota esta aqui.

G. C. P. - Av. Tiradentes, 391
São Paulo

— : : —

Vantagem

2.º — O lutador — Viu só a narigada que eu dei na mão do “Demolidor”?

Lúcia Sanson

R. Lamenha Lins, 62 - Curitiba
— Paraná

— : : —

3.º — O lutador ao massagista -
Gostaria que o meu adversário possuísse um nariz igual ao teu.

Miguel Leme do Prado
Destacamento de Tatuí

Dos inumeros textos recebidos publicamos ainda os seguintes, que se destacaram entre os demais pelo espirito humorístico que encerram.

«No mato sem cachorro»

(Depois do 1.º “round”)

O lutador — É bom você avisar aquele “brutamontes” que eu tenho mulher e sete filhos.

O “manager” — Já tentei fazer isso duas vezes, mas êle pensa que vou lá para provoca-lo.

G. C. P. - Av. Tiradentes, 391 - S. Paulo

Questão de palpite

(Depois do 3.º “round”)

O “manager” — Estou arruinado, apostei em você toda a minha fortuna.

O lutador — Que coincidência, eu também apostei tudo que tinha, no meu adversario, pois não confio em mim, sou muito azarado.

G. C. P. - Av. Tiradentes, 391 - S. Paulo



Banco do Estado de S. Paulo S. A.

CAPITAL REALIZADO: CR\$ 100.000.000,00

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS —
CAMBIO — COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS —
TÍTULOS — COFRES DE ALUGUEL



M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA



53 AGENCIAS NO INTERIOR DO ESTADO; UMA NO RIO DE
JANEIRO E OUTRA EM CAMPO GRANDE (Estado de Mato Grosso)



AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES
RAPIDEZ — EFICIÊNCIA

Com o propósito de divulgar fatos e coisas da Fôrça Pública, MILITIA inicia, com êste número, a série de reportagens de divulgação do histórico e vida administrativa dos elementos orgânicos da nossa Milícia.

O \$ SERVIÇO DE FUNDOS \$ da Fôrça Pública

O Serviço de Fundos da Fôrça Pública iniciou suas atividades como unidade administrativa autônoma, em 13-I-37, em consequência da Lei n.º 2892, que dispunha sôbre a Organi-

zação dos Quadros e Efetivos para aquele ano.

Iniciou o S.F. suas atividades com a seguinte constituição orgânica:

- Chefia
- Sub-Chefia
- Órgão da Chefia — Secção Administrativa

- (— 3 Secções (a 3.ª, com uma Sub-Secção Mecanizada)
- (— Tesouraria
- (— Exatoria
- (— Pagadoria dos Inativos

E para exercer a primeira Chefia da novel unidade administrativa foi nomeado o então major José Maria dos Santos, que nessa situação permaneceu até junho de 1940.

O seu pessoal se resumia em:

- 10 oficiais,
- 33 praças, e
- 10 civis.

Da criação do Serviço de Fundos, uma das grandes realizações da administração general Milton de Freitas Almeida, ressaltou desde lo-

go a importância do sistema de escrituração mecânica, através dos «Serviços Hollerith» (hoje «I.B.M. World Trade Corporation»). Tal sistema, até então usado somente por poucas repartições públicas, foi a grande novidade de então. E os frutos da sua adopção entre nós foram logo colhidos, ante a diferença entre o arcaico sistema vigente naquela época para o saque de vencimentos e outras operações contábeis e o moderno sistema mecânico que se adotou. Era com indifere-

O PRIMEIRO CHEFE DO S. F.



Ten. Cel. José Maria dos Santos
Chefiou de 22-V-936 a 7-VII-939

gável satisfação e confiança que o miliciano paulista recebia o seu cheque «Hollerith» no fim do mês. A uma simples leitura, de tudo se inteirava quanto aos seus vencimentos. Quanta diferença!

Em 1942, em face da reorganização dos quadros e efetivos daquele ano, foi o S.F., tal como a maioria dos demais serviços, incluído no todo que passou a constituir os Serviços Gerais, dos quais se tornou

elemento orgânico com a denominação de «Secção de Fundos», em consequência do que as respectivas secções passaram a ser sub-secções. Todavia, tal resolução dos responsáveis pelos destinos da Corporação em nada alterou a eficiência da organização, que prosseguiu na sua marcha ascendente, como eficiente colaboradora da Administração da Fôrça.

OS QUE VIERAM DEPOIS

II



Ten.-cel. José da Silva
19-VII-39 a 3-III-42

III



Major Adriano Augusto Ma-
chado
14-III-42 a 16-VI-43

IV



Ten.-cel. Coriolano de A. Júnior
28-VII-43 a 10-I-44

V



Ten.-cel. João Máximo C. Filho
3-IV-44 a 6-X-47

VI



Ten.-cel. Custódio Rodrigues
de Moraes
6-X-47 a 15-VIII-48

VII



Ten.-cel. Albino Augusto Rêgo
15 a 23-III-49



Ten.-cel. Aparício Barros Messias
Chefe atual

A 1.º de junho de 1943 readquire o S.F. a sua autonomia administrativa, através do Dec.-Lei n.º 13.338, deixando assim de ser elemento constitutivo dos extintos Serviços Gerais. Seu pessoal era composto de 13 oficiais, 53 praças e 11 civis, e com constituição orgânica quase idêntica à do ano de sua criação.

Esta organização tem sido mantida até nossos dias, alterando-se anual e gradativamente o seu pessoal, que passou a constituir-se de 16 oficiais, 70 praças e 9 funcionários civis. Mas, a eficiência do S.F. não permaneceu no *statu quo* da época de sua reorganização como unidade autônoma. Ela evoluiu, sempre para melhor, como adiante veremos.

Passamos a apresentar, a seguir, uma síntese do funcionamento dos órgãos de execução do S.F., com alguns dados estatísticos, através da

qual o leitor poderá concluir relativamente à capital importância deste Serviço, dentro da Força.

1a. SECÇÃO

Além de outras, sua função principal é emitir pareceres sobre todos os assuntos relativos a atos administrativos e sobre a interpretação de leis e regulamentos, reconhecimento de direitos creditórios e, em geral, sobre todas as questões que envolvam considerações de direito público administrativo, isto é, é a secção do contencioso. E, ainda, órgão controlador e previsor das verbas atribuídas à F.P., ressaltando os trabalhos de elaboração da proposta orçamentária da Corporação.

2a. SECÇÃO

Cabe-lhe a escrituração dos fundos e a preparação dos pagamentos

a serem feitos às unidades administrativas e fornecedores, através da Tesouraria. É-lhe ainda atribuída a centralização e execução de toda a contabilidade da Força Pública.

3a. SECÇÃO

Centraliza todo o serviço de alterações relativas a vencimentos do pessoal da F.P. Através da Sub-Secção Mecanizada, compete-lhe preparar os elementos para a execução da contabilidade financeira e as folhas e cheques de vencimentos, pelo sistema mecânico.

Embora muito se tenha falado a respeito de tal sistema, a maioria dos nossos elementos desconheça ainda a rotina para a execução do serviço de preparo do pagamento do pessoal da Força, sem dúvida a sua parte mais interessante. Explicaremos essa rotina, agora mais detalhadamente:

Na Secção

1.1 — Diariamente, os ficharistas tomam conhecimento das al-

terações ocorridas nas diversas unidades, por intermédio do Boletim Regimental.

1.2 — No ato da leitura do Boletim, o ficharista assinala os parágrafos relativos às modificações que irão alterar os descontos ocasionados por: carga de descontos, prisões com descontos, ausências etc.

1.3 — As ocorrências assinaladas são lançadas nas fichas Financeiras Individuais. Nos casos de remoção, as fichas correspondentes aos elementos removidos são transferidas dos arquivos das unidades onde aqueles elementos serviam, para os das unidades em que passaram a servir.

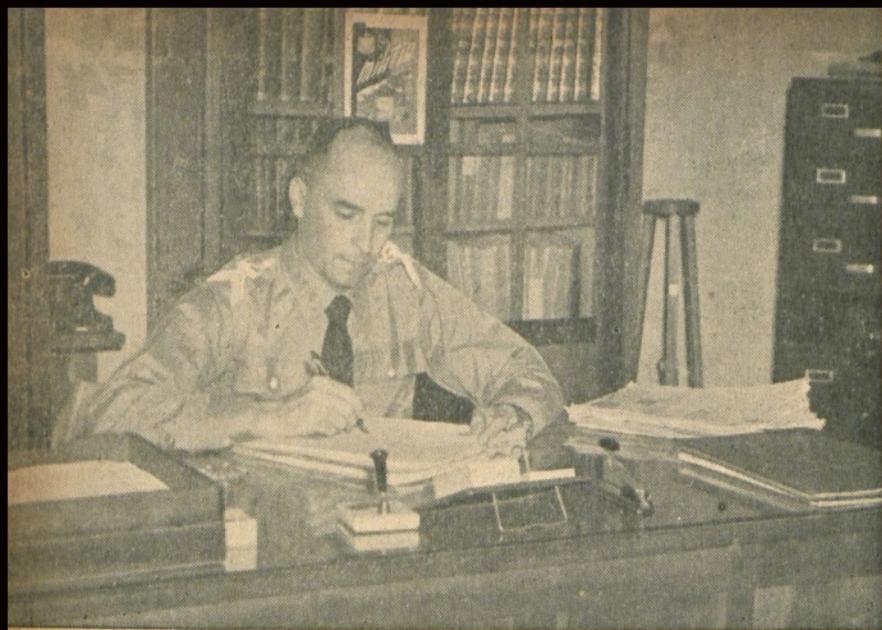
1.4 — Os ficharistas competentes reciprocamente se documentam, por meio de registros, nos respectivos protocolos.

1.5 — No dia 20 de cada mês, a secção recebe das unidades

Major Nelson de Carvalho Rosa

Sub-Chefia do S. F.





Cap. José Arimathéa do Nascimento
Chefia da 1.ª Secção

os formulários denominados **Relação dos descontos variáveis**. Constam desses formulários dados como estes: barbearia, café, cantina, dívidas particulares, diversos descontos para a unidade, lavagem de roupa de cama, rancho da unidade, sapataria.

- 1.6 — Dos fornecedores de rancho, farmácia, gêneros diversos a Secção recebe as faturas correspondentes às compras efetuadas pelo pessoal.
- 1.7 — A vista desses documentos, são individualmente anotados nas fichas os competentes descontos.
- 1.8 — Dos empréstimos levantados na Caixa Beneficente e no Monte de Socorro Estadual, a 3.ª Sec. tem notícia por ofícios recebidos dessas entidades e, com base nelas, promove as

indispensáveis anotações nas fichas.

- 1.9 — As modificações dos vencimentos, por motivos de promoção, comissão e outras vantagens, chegam ao conhecimento da Sec. através dos Botins Regimentais, sendo devidamente anotadas nas fichas.
- 1.10 — Uma vez atualizadas as fichas, as importâncias correspondentes a vencimentos e descontos nelas inscritas são totalizadas, ficando as fichas em condições de serem encaminhadas à Secção I. B. M. para início dos trabalhos mecanizados.

Conferência

- 2.1 — O trabalho da Secção I.B.M. se inicia com a conferência visual das fichas com os cartões existentes no «Arqui-

vo Geral» sendo separados os que sofreram alterações e assinalados os que não as sofreram.

- 2.2 — Os cartões assinalados são mantidos no arquivo.
- 2.3 — As fichas correspondentes aos cartões separados são enviadas à perfuração, para registro das alterações.

Preparo dos Cartões

- 3.1 — Na Perfuradora Alfabética são perfurados os cartões referentes às fichas alteradas. São eles, a seguir, levados à Separadora Horizontal, juntamente com os cartões mestres de discriminação sendo, nessa unidade, ordenados pelas colunas de Código do Desconto ou Vencimento. A massa de cartões casados é levada à Reprodutora onde são multiperfuradas as «discriminações» dos mestres, nos cartões individuais.
- 3.2 — Retornando à Separadora, a massa é classificada por R. E., Posto e Fôlha, sendo os mestres, nessa ocasião, desintercalados, automaticamente, pois, não possuindo perfuração nas colunas separadas,

são levados ao escarinho dos cartões rejeitados.

- 3.3 — Processa-se, a seguir, a intercalação dos novos cartões na massa do arquivo geral. Com essa operação termina o preparo dos cartões, que ficam, portanto, prontos para a operação que a seguir se descreve:

Extração dos Cheques de Pagamento

- 4.1 — Na Tabuladora Alfa-Numérica, equipada com carro automático, é iniciada a extração dos cheques, em impressos contínuos.
- 4.2 — Esses cheques são levados à 3a. Secção para serem conferidos com as fichas individuais e serem autenticados com a chancela do Chefe do do Serviço de Fundos. Os cheques errados retornam à Secção de origem, para retificações.
- 4.3 — Os sargentos ficharistas são responsáveis por essa conferência e respondem pela exatidão dos cheques emitidos.

Folha de Pagamento

- 5.1 — Os cartões utilizados na emissão dos cheques são levados

1.ª Secção Auxiliares diretos da Chefia



à Tabuladora, conjugada com a Reprodutora Resumo, sendo impressas as folhas de pagamento de cada unidade.

5.2 — São os seguintes dados que figuram nas folhas: R. E., posto, nome da unidade, total dos vencimentos, total dos descontos, total líquido e número da folha.

5.3 — São extraídas mais de 600 folhas de pagamento das seguintes naturezas:

Batalhões-Sédes

Destacamentos

Reformados das Coletorias

Reformados inscritos nas Pagadorias

Unidades do Interior.

5.4 — Essas Folhas são extraídas em número variável de vias, conforme a seguir mencionamos, indicando os competentes destinos:

a) Destacamentos e Reformados das Coletorias (4 vias):

1 — para o Serviço de Fundos (retirada por ocasião da emissão);

2 — para a Coletoria Estadual;

1 — para o Serviço de Fundos (devolvida assinada).

b) Batalhões-Sédes e Reformados inscritos nas pagadorias das unidades do Interior (2 vias)

5.5 — Depois de impressas, as folhas são enviadas a 3a. Seção, para conferência com as fichas individuais.

5.6 — As folhas e os cheques dos destacamentos e Jus reformados inscritos nas coletorias são envelopadas conjuntamente com o ofício de remessa do Chefe do Serviço de Fundos, e expedidas por intermédio dos Correios.

2a. Seção

Escrituração de fundos e preparação de pagamentos...

Chefia: capitão Gustavo Baltensberger Sobrinho





3a. Secção

Os ficharistas têm a seu cargo as alterações sobre vencimentos.

Chefe: capitão Gentil Antunes Corrêa

Resumo das Folhas

- 6.1 — Simultaneamente com a impressão das folhas, são perfurados cartões-resumos, totalizando os vencimentos, descontos e líquido a pagar, de cada folha. Estes cartões são levados à Tabuladora, imprimindo-se os mapas **Resumo das Folhas**.
- 6.2 — À vista destes mapas, a Tesouraria emite cheques a favor das Unidades, para que estas efetuem o pagamento ao pessoal. Esses cheques são emitidos pelo «líquido a pagar».
- 6.3 — Os resumos das folhas dos destacamentos e dos reformados inscritos nas coletorias são remetidos para a Contadoria e para a Secretaria da Fazenda.
- 6.4 — Do resumo das folhas constam: total dos vencimentos, total dos descontos e líquido a ser pago pelo S.F.; do resumo das folhas, dos destacamentos e dos reformados inscritos na Coletorias cons-



Na Tabuladora Alfa-Numérica, uma funcionária procede à extração dos cheques, em impressos contínuos.

tam: total do saque de vencimentos, total dos descontos, e líquido a ser pago pela Coletoria.

- 6.5 — Aproveitando ainda os mesmos cartões são emitidos os resumos gerais das folhas de vencimentos das Unidades, dos Destacamentos e dos Reformados.

Relação dos Descontos

- 7.1 — Depois de impressas as folhas e seus resumos, os cartões são levados à Separadora, onde se separam vencimentos de descontos.
- 7.2 — Na Tabuladora, conjugada com a Reprodutora-Resumo, são tabulados os cartões de descontos, extraindo-se novos cartões-resumos. Para esse trabalho é utilizado o papel de bobina.

- 7.3 — Os cartões-resumos perfurados por essa operação são arquivados, para posterior impressão do Balancete.

- 7.4 — Os cartões de descontos voltam à Tabuladora, para impressão da Relação de Descontos, apontando o pessoal que contribuiu para cada espécie de desconto.

- 7.5 — Essas relações são arquivadas em pastas, por consignatários, em tantas vias quantas forem as unidades descontadas.

- 7.6 — A Secção fica de posse de uma das vias, que se arquivam no Serviço de Fundos.

Tabulação dos Vencimentos

- 8.1 — Os cartões de vencimentos são tabulados, e os totais obtidos confrontados com a «importância bruta» das folhas, para maior certeza de

que as importâncias apuradas são as exatas.

8.2 — Na operação acima são registrados pela Reprodutora-Resumo novos cartões, que totalizam os vencimentos por espécie dentro de cada unidade. Esses cartões são arquivados para posterior confecção do Balancete.

Balancete

9.1 — Com os cartões-resumos obtidos pela tabulação dos cartões de vencimentos e descontos, separados por código de vencimentos e descontos, é apurado o Balancete, que totaliza os vencimentos por verba e os descontos por

consignatário, apontando os totais devedores ou credores e os saldos de cada unidade.

9.2 — Esse Balancete é impresso em 3 vias, destinadas as duas primeiras à Contadoria e a terceira ao arquivo da Seção.

Arquivamento dos Cartões

10.1 — Depois de impressos os balancetes, os cartões de vencimentos e de descontos são levados à Separadora e aí ordenados por R.E., Fosto e Folha, ficando, portanto, na mesma ordem inicial, e assim são arquivados, para serem novamente trabalhados nos serviços de pagamento do mês seguinte.

Para que se tirem conclusões a respeito do montante de vencimentos sacados para os elementos da F.P., nos meses deste bimestre, apresenta-se estes dados:

Meses	Total de vencimentos Cr\$	Total dos descontos Cr\$	Líquido pago pelo S.F. Cr\$
Janeiro	29.194.504,00	4.162.613,90	25.031.890,80
Fevereiro	27.132.984,50	4.215.420,90	22.917.563,60

O sr. Geraldo Braga, encarregado da Mecanizada I.B.M., instrue seus auxiliares sobre ligações de painéis de tabuladoras Alfa-Numéricas.





.... e outras funcionárias operam nas perfuradoras I.B.M.

TESOURARIA

Compete-lhe efetuar os pagamentos às unidades administrativas e fornecedores, consoante a preparação feita pela 2a. Secção.

EXATORIA

É o órgão que arrecada todas as importâncias consignadas ao Tesouro Estadual, recolhendo-as à 3a. Recebedoria da Capital. O montante do recolhimento em 1949 atingiu Cr\$ 1.165.937,90.

Tesouraria

Aqui se pagam as unidades administrativas e fornecedores
Titular: capitão Germano Ribeiro Scartezini





Secção Administrativa

Serviços de secretaria, protocolo, arquivo, administração do pessoal.
Chefe: capitão Ferruccio Rettore Junior

PAGADORIA DOS INATIVOS

É elevado o acervo de serviços atribuídos a este órgão. Estes dados apresentam uma idéia do volume dos inativos que em dezembro de 1949, receberam seus vencimentos através desta Pagadoria:

- Inscritos na Capital .. 1.915
- Inscritos nas Exatorias do Interior 1.493

—

Total do efetivo 3.408

MODIFICAÇÕES

INTRODUZIDAS EM 1949

Merecem especial destaque duas modificações introduzidas durante o ano findo, no sistema de pagamento pelo Serviço de Fundos:

- 1a.) — O pagamento em dinheiro e trocado pela Tesouraria aos tesoureiros das unidades.

Anteriormente, estes recebiam por cheque contra o Banco do Es-

Agora, quase 2.000 inativos recebem num só dia. Certos de que isso ocorrerá os velhos servidores da F.P. iniciam a formação das democráticas "bichas", pouco antes do início do pagamento.





Pagadoria dos Inativos

Tem a seu cargo o pagamento mensal de quase 3.500 inativos

Chefia: capitão Aldo Ribeiro da Luz

tado, para onde se dirigiam, muitos deles acompanhados dos comandantes de sub-unidade e estes de um ou dois auxiliares de forma que, uma vez nas dependências daquele estabelecimento de crédito, formava-se um aglomerado profundamente desagradável para os oficiais; ademais, o que era mais grave, não dispunham os tesoureiros de tempo e de espaço que possibilitassem a contagem do dinheiro, tendo ainda que, muitas vezes, saírem à procura de trôco em outros bancos. Hoje, graças ao sistema posto em execução, os tesoureiros recebem diretamente no S. F. e, sem atropelos, dentro de relativos conforto e comodidade, fazem a integral contagem da importância recebida. É bem verdade que o sistema impõe pesado sacrifício ao Tesoureiro do S.F. e seus auxiliares, que, por mais de uma vez, nas vésperas do pagamento, trabalham até altas ho-

ras da noite, na distribuição e verificação dos pagamentos a efetuar. Todavia, a abnegação pelo serviço é qualidade inata aos componentes do S.F., que se dão por bem pagos de seus sacrifícios, pela comodidade e segurança que oferecem a terceiros, objetivando o renome e a eficiência do Serviço.

2a.) — Aumentaram-se os guichês de pagamento do S.F. e, com o emprêgo de todos os oficiais (com excessão dos Chefe e Sub-Chefe), pagam-se, em 1 só dia, quase 2.000 inativos inscritos na Capital, pagamento este que anteriormente demandava 4 a 5 dias. Este novo sistema provocou dos inativos grandes e repetidas manifestações de satisfação e, por outro lado, constituem um conforto para aqueles que concorreram para a modificação do sistema e pará os que o executam.

Legislação

Abono — Concessão aos servidores públicos

Fica concedido a todos os servidores públicos estaduais que tenham vencimentos, salários ou proventos até Cr\$ 4.000,00, um abono de Cr\$ 1.000,00, a ser pago no mês de dezembro de 1949. Lei 571, de 29-XII-49. BG n.º 11, de 11-I-50..

Abono

Normas para o pagamento do abono de natal. BG n.º 28, de 4-II-50.

Alimentação por conta própria

Em consequência do aumento de vencimentos determinado pela lei 631-50, as Unidades não mais deverão emitir os vales coletivos correspondentes à diferença por conta do Estado (BG n.º 135-48).

A partir de 1 de janeiro a alimentação fornecida por conta própria deverá ser indenizada integralmente pelos interessados. BG n.º 10 de 13-I-50.

Alimentação — Aumento e preço das diárias

Aumenta o preços das diárias de alimentação, para o rancho administrado pelo CA do S. Subs. a partir de 1-II-50, nas seguintes bases:

a) — para oficiais, aspirantes e alunos oficiais:— diária completa Cr\$ 20,00, refeição Cr\$ 9,00, café Cr\$ 2,00;

b) — para subtenentes e sargentos:— diária completa Cr\$ 14,00, refeição Cr\$ 6,00, café Cr\$ 2,00;

c) — para cabos e soldados:— diária completa Cr\$ 12,00, refeição Cr\$ 5,00, café Cr\$ 2,00;

d) — diversos:— melhoria (nos dias feriados e festivos para esta Corporação) Cr\$ 5,00, lanches e merendas Cr\$ 4,00, mingau de milho e leite Cr\$ 3,00 BG n.º 33, de 14-II-50.

Alimentação a praças presas

Os Cmts. de Corpo e Chefes de Serviço devem fornecer às Unidades, onde tiverem praças de seu comando recolhidas ao xadrez, os respectivos vales de alimentação correspondentes aos dias de reclusão sofrida pela praça, os quais serão entregues ao oficial de dia, pelo condutor do preso, ou remetidos no mais breve prazo pela Unidade a que pertencer o preso. BG n.º 15, de 19-I-50.

Alistamento

Condições mínimas para encaminhamento de candidatos ao alistamento, em aditamento às contidas no Bol. Geral n.º 230, de 20-XII-49:

1) — Trazer carta de apresentação referente ao emprego no último período de um ano com rela-

ção à data em que é pretendente ao alistamento;

2) — torna-se necessário uma ou mais cartas conforme o número de emprêgos durante o último período de um ano;

3) — essas cartas deverão dizer da conduta do empregado, data do início e saída do emprêgo e motivo por que saiu;

4) — as cartas deverão ser feitas por pessoas de incontestável idoneidade, de preferência dirigentes das companhias, estabelecimentos etc., onde esteve empregado;

5) — as firmas devem ser reconhecidas em cartório. BG n.º 15, de 19-I-50.

Ano civil

Considera-se ano o período de doze meses contados do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte. Considera-se mês o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte. Quando no ano ou mês do vencimento não houver o dia correspondente ao do início do prazo, este findará no primeiro dia subsequente. Lei Fed. n.º 810, de 3 IX-49. BG n.º 1, de 2-I-50.

Certidão de assentamentos de desertores

Tendo-se verificado em alguns processos por crime de deserção submetidos à apreciação do Tribunal de Justiça Militar que na respectiva certidão de assentamentos não consta a reinclusão do acusado, formalidade imprescindível à formação e julgamento de ditos processos, recomenda-se que as Unidades atendam a exigência do art. 252,

letra «e» do Código de Justiça Militar, ao remeterem os processos à Auditoria. BG n.º 37, de 15-II-50.

Destacamentos e postos policiais do Estado

Estabelece nova distribuição para os destacamentos e postos policiais do Estado. Junto a cada delegacia Regional haverá um oficial da Força Pública ao qual compete fiscalizar administrativa e disciplinarmente todos os destacamentos da região. Nas Delegacias Regionais localizadas em cidades sedes de Unidades, as funções indicadas serão desempenhadas pelo próprio Cmt. da sub-Unidade competente para fornecer os destacamentos da região, a menos que seja designado um oficial para aquele fim

Contem normas completas sobre o assunto a Portaria n.º 47, de 30-XII-49, do Sec. da Seg. Pública. BG n.º 6, de 9-I-50.

Distribuição de suprimento em espécie

Acha-se em estudos o processo de distribuição, em espécie, de artigos de consumo relacionados com impressos, papelarias, artigos de escritório e material de higiene e limpeza. BG n.º 28, de 4-II-50.

Estágio para tenente médico

Instruções pormenorizadas para o estágio de tenentes médicos. BG n.º 23, de 30-I-50.

Estatística

Criação de Subseção de Estatística e Ligação com o Público.

A Força não dispõe de um órgão especificamente capaz de mostrar ao povo de São Paulo os ser-

viços que lhe presta. Dispersa por todo o território, com fulcro na Capital, dá a falsa impressão de que suas autoridades se cifram apenas nesta cidade. Resultam daí, críticas severas, por parte de órgãos de opinião pública que, à míngua de dados positivos, se baseiam em conjecturas.

O esclarecimento do povo não pode nem deve fundar-se em dados aleatórios oriundos da observação puramente pessoal, quase sempre inexacto.

No intuito de atender os justos reclamos do povo e no de periodicamente divulgar elementos positivos sobre o trabalho da Corporação, cria-se, no QG, a subsecção de Estatística e Ligação com o Público. Seguem-se as instruções para o funcionamento dessa nova repartição da Fôrça. BG n.º 21, de 27-I-50.

Importação de material

A Seção Aduaneira da Sec. da Fazenda baixa instruções a respeito da licença prévia para a importação de artigos. BG n.º 33, de 10-II-50.

Instrução policial

Instruções para o funcionamento de cursos rápidos de instrução policial para os cabos e soldados da Capital, durante o ano de 1950. BG n.º 34, de 11-II-50.

Diretrizes para o funcionamento de cursos de monitores de instrução policial para sargentos e de instrução policial para cabos e soldados das unidades sediadas no interior do Estado, durante o ano de 1950. BG n.º 35, de 13-II-50.

Instrução policial-militar

A Diretoria Geral de Instrução baixa as diretrizes de instrução das

praças para o ano de 1950. BG n.º 43, de 24-II-50.

Promoção de funcionários civis

Regula as promoções no funcionalismo público civil do Estado. Lei n.º 569, de 29-XII-49.

Normas relativas ao processamento das primeiras promoções no funcionalismo público civil.

Portarias do Sec. da Segurança regulando o processamento das promoções dos funcionários desta Secretaria. BG n.º 23, de 30-I-50.

Promoções de Oficiais

Normas firmadas pela Comissão de Promoções de oficiais, quanto ao número de oficiais que deve compor os quadros de acesso por antiguidade e merecimento. BG n.º 5, de 7-I-50.

Promoções de Praças

Regulamento de promoções de praças da FP. Dec. 19084, de 5-I-50. Compõe-se de 36 artigos e vem acompanhado de diversos modelos. Publicado no BG n.º 7, de 10-I-50.

Prontuários

Normas para a regularização dos prontuários dos funcionários civis. Port. n.º 7, da SSP. BG n.º 15, de 19-I-50.

Proventos de reformados

Fica atribuída à Comissão instituída pela Resolução n.º 183, de 15-IX-47 o encargo de proceder a novo cálculo dos proventos dos inativos civis e militares do Estado. Resolução n.º 257, de 19-I-50. BG n.º 25, de 1-II-50.

Requisição de passagens

Até que novo decreto regularize o assunto, nas requisições de

passagens coletivas deve constar somente o RE, nome e posto do mais graduado, acrescido de: «acompanhado de tantos elementos». BG n.º 18, de 23-I-50.

Salário-família

O elemento que viver maritalmente, havendo prole dessa união e o pai provar em juízo a sua qualidade de genitor, vivendo os filhos sob sua dependência, faz jus ao salário-família, de acôrdo com o estabelecido na Lei 201-48. As unidades farão publicar em seus boletins essas justificações e, ao encaminhar ao QG. os comprovantes do salário-família, enviarão juntamente uma cópia da justificação em duas vias. BG n.º 19, de 24-I-50.

Secção de Abastecimento

Sessão extraordinária dos Conselheiros da Cx. Beneficente para tratar da criação da Sec. de Reembolsáveis. A Cx. Benef. não renovará o contrato com a firma Vicente de Noce & Cia. nera reorganizará o Serviço de Abastecimento prevista no seu Regulamento. A Caixa concederá um empréstimo à queles que quizerem se inscrever na Sec. de Reembolsáveis. BG n.º 43, de 24-II-50.

Serviço de Extinção de Incêndios e salvação

Nas cidades do interior cujo Serviço de Extinção de Incêndios e Salvação for provido (por contrato), pela FP, o Ctg. respectivo constituirá um destacamento sob comando de oficial ou sargento. Em qualquer caso será incluído na Cia. do Cmdo. do Batalhão que fornecer os destacamentos policiais da região ou no

estado efetivo da Cia. Indep. BG n.º 10, de 13-I-50.

Uniformes

As insígnias dos postos de sargentos, nas capas impermeáveis serão em pano azul e aplicadas às mangas, como as das túnicas. BG n.º 22, de 28-I-50.

Vantagens aos participantes da Revolução Constitucionalista

É da competência do Cmt. Geral a concessão das vantagens do art. 30 do Ato das Disp. Const. Transitórias para o pessoal da ativa, com excessão da promoção de oficiais que é pertinente ao Gov. do Estado.

O certificado deverá ser apresentado em original, com as firmas reconhecidas. Assim, os interessados deverão dirigir seus requerimentos ao Cmdo. Geral da Fôrça. Para mais instruções veja-se o BG n.º 4, de 5-I-50.

Vantagens do Art. 30 da Const. Est.

Concessão e saque das vantagens previstas pela Lei n.º 211/48:

1) — As concessões, em Bol. Geral, só serão publicadas entre os dias 5 e 10 de cada mês;

2) — A diferença de vencimentos correspondente ao exercício em curso será sacada juntamente com os vencimentos do mês em que se verificar a concessão;

3) — A diferença referente a 1949 será sacada em folha especial;

4) — As importâncias correspondentes aos dias do mês de dezembro de 1948 serão relacionadas, para oportuna abertura de crédito especial. BG n.º 17, de 21-I-50.

Vencimentos-Aumento geral

Reajustamento dos vencimentos dos cargos que integram os quadros do funcionalismo público civil do Estado, o salário dos extranumerários bem como dos componentes da Força Pública, Guarda Civil de São Paulo e da extinta Polícia Especial. Lei 631, de 9-I-50. Publica a parte que diz respeito à FP o BG n.º 7, de 10-I-50.

Vencimentos — Saque com aumento

Determina ao Chefe do SF que saque os vencimentos e demais vantagens aos elementos da Força de acôrdo com a Lei 631/50. Os descontos das contribuições e joia à Cx. Benef. serão feitos de acôrdo com os novos vencimentos. BG n.º 14, de 18-I-50.

Vencimentos de recrutas cujos alistamentos se anulam

Os boletins regimentais que publicarem anulações de alistamentos

regularmente determinadas devem esclarecer a data até quando estiveram os alistandos, cujos alistamentos se anulam, prestando serviços à Força, a fim de que o Serviço de Fundos possa controlar com acerto o saque das vantagens a que fizeram jus, durante o tempo em que permaneceram na Corporação, a serviço do Estado. BG n.º 28, de 4-II-50.

Vinte por cento sobre os vencimentos

Discrimina os casos em que as praças fazem jus a essa vantagem bem como os que não dão direito à percepção. As praças designadas para frequentar cursos na Capital têm direito à ajuda de custo prevista na letra «d» do art. 51 do CVV. As casadas ou primo de família vencem mais a alimentação por conta do Estado, nos termos da letra «g» do art. 91 do CVV. BG n.º 28, de 4-II-50.

NOSSOS REPRESENTANTES

(Continuação do verso)

RIO GRANDE DO NORTE (Polícia Militar)

— Q.G. (Natal) — 1.º ten. Antônio de Moraes Neto.

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Porto Alegre) — 1.º ten. Renato Moro Ramos.

— 4.º B.C. (Pelotas) — 2.º ten. Militão da Silva Neto.

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

— B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araujo.

— 3.º R.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Polícia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 1.º ten. Teseu Domingos Muniz.

SERGIPE (Polícia Militar)

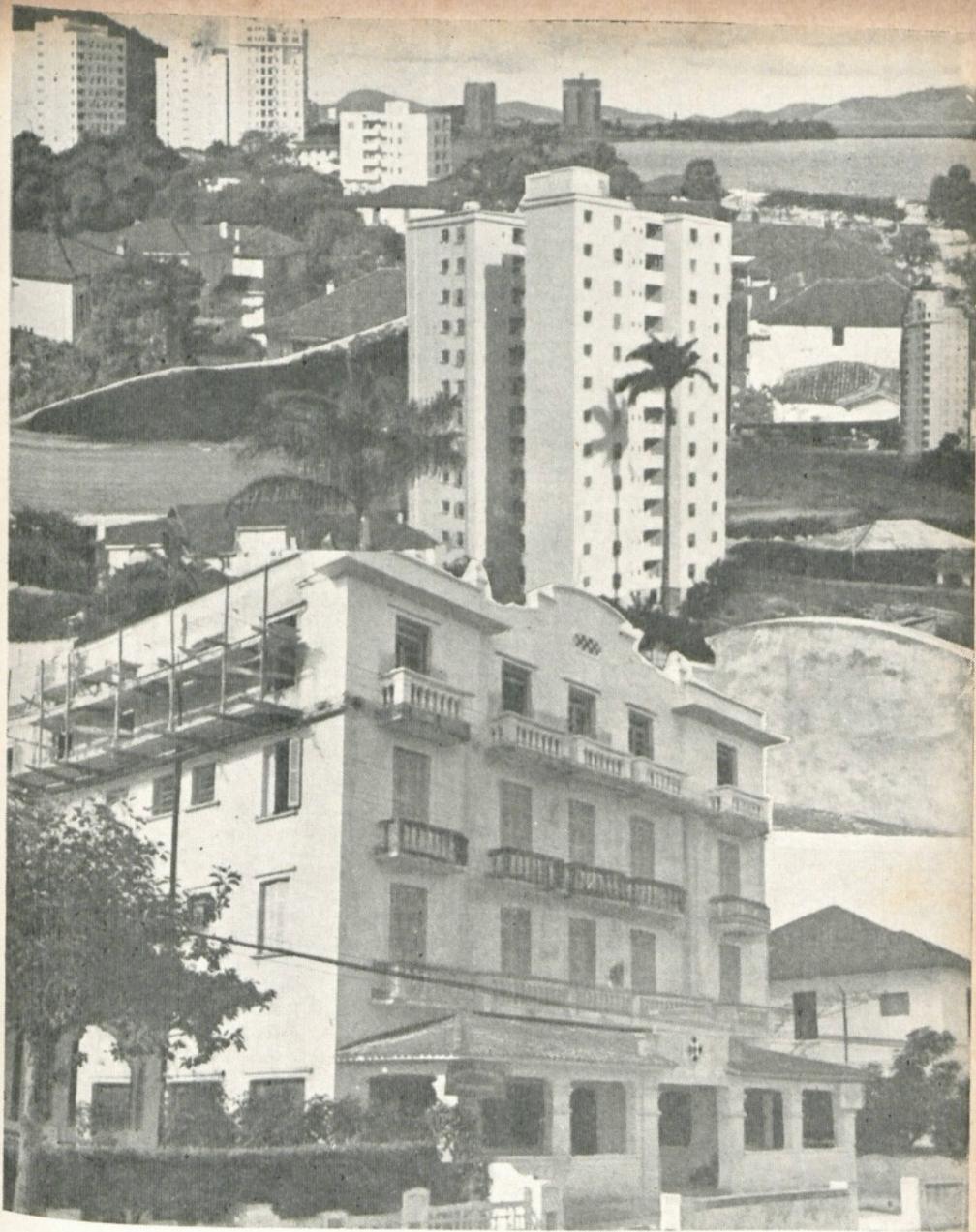
— Q.G. (Aracaju) — 1.º ten. Osvaldo de Albuquerque.

Alem dos supra mencionados, mantemos representantes em todas as Unidades e Serviços da Força Pública, bem como agentes em todas as cidades do interior do Estado de São Paulo.

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

- BOLÍVIA** (Corpo de Carabineros)
— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.
- CHILE** (Corpo de Carabineros)
— Victoria Subercaseaux, 173 2.º piso (Santiago) — teniente Efraim de la Fuente Gonzáles.
— Prefectura General (Valparaíso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.
— IV Zona de Carabineros (Concepción) — capitán Edmundo Perotti Quaglia.
- ACRE** (Guarda Territorial)
Q.G. (Rio Branco) — 1.º ten. Milton Braga Rola.
- ALAGOAS** (Policia Militar)
— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante.
- AMAPA** (Divisão de Segurança e Guarda)
— Séde (Macapá) — dr. Flávio de Carvalho Maroja.
- AMAZONAS** (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)
— Q.G. da P.M. (Manaus) — ten. cel. Temístocles Henrique Trigueiro.
— Cia. Bombeiros Municipais (Manaus) — 1.º ten. Joaquim José de Carvalho e Cascais.
- BAHIA** (Policia Militar)
— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.
- CEARA** (Policia Militar)
— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Gerardo Fragoso de Vasconcelos.
- DISTRITO FEDERAL** (Policia Militar)
— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Darcy Fontenele Castro.
— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.
- ESPIRITO SANTO** (Policia Militar)
— Q.G. (Vitória) — 2.º ten. Antenor Olívio Plotegher.
- GOIÁS** (Policia Militar)
— Q.G. (Goiânia) — cap. Cláudio das Neves.
- MARANHAO** (Fôrça Policial)
— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.
- MATO GROSSO** (Policia Militar)
— Q.G. (Cuiabá) — major Gonçalo Romão de Figueiredo.
— 1.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Evaristo da Costa e Silva.
— 2.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Gonçalo Ribeiro da Silva.
— C.C.S. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Eurides Celestino Malhado.
— 2.º B.C. (Campo Grande) — major Hermenegildo Teodoro do Nascimento.
- PARA** (Policia Militar)
— Q.G. (Belém) — cap. Mário Barriga Guimaraães.
- PARAIBA** (Policia Militar)
— Q.G. (João Pessoa) — 2.º ten. Francisco de Assis Veloso.
- PARANA** (Policia Militar)
— Q.G. (Curitiba) — 2.º ten. Benoit Pontes Cidreira.
— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.
- PERNAMBUCO** (Policia Militar)
— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.
- PIAUI** (Policia Militar)
— Q.G. (Teresina) — cap. Santiago Vasques Filho.
- RIO DE JANEIRO, ESTADO DO** (Policia Militar)
— Q.G. (Niterói) — 2.º ten. Luiz Gonzaga Guerra.



ASPECTOS DE SÃO VICENTE

Quatro vezes centenária, São Vicente apresentava, há bem pouco, aquela feição peculiar às nossas velhas cidades que, colocadas à margem do progresso, são reminiscências do século passado.

De dez anos para cá, a povoação fundada por Martins Afonso de Souza contaminou-se pela febre progressista. Hoje vemos ao lado de palmeiras imperiais, imponentes arranha-céus. Os prédios de apartamentos substituem as mansões do império, numa luta entre as condições sociais do pretérito e os imperativos do presente.

Em baixo o prédio da Colônia de Férias do Clube Militar da Força Pública, ao serem iniciadas as reformas pelas quais passou.

Glória
a DEUS
nas alturas

e Paz na terra aos
Homens de Boa Vontade!



Mensagem de confraternização que Kosmos Capitalização S. A. envia ao Povo do Brasil.

1950! ANO SANTO! Alvorece a segunda metade do Século! O livro do destino da humanidade está aberto e nossos olhos buscam o alto da página, procurando decifrar os hieroglifos do futuro! Um frêmito de esperança se eleva dos corações cristãos, rogando ao Todo Poderoso que da Sua santa mão caia a bênção de Sua Infinita Misericórdia, absolvendo os homens de duas hecatombes e levando a suas consciências o arrependimento e o mútuo perdão! Que da terra inteira, dos palácios opulentos e das casas de beirais humildes, o se eleve no turbilho contrito das orações dos homens, o incenso puro das suas intenções, dentro dos postulados do Divino Mestre! Que das choupanas e dos solares, os homens se irmanem na mesma prece ao Altíssimo, pedindo o Seu perdão para todas as faltas e a Sua compreensão da Paixão para todos os filhos, rogando de Sua incomensurável bondade, o abrandamento das paixões e o gume dos ódios! E que sob a cúpula dos céus, brilhe em todo o seu esplendor, a refulgência fraterna da legenda: "Glória a Deus nas Alturas e Paz na Terra aos Homens de Boa Vontade".

KOSMOS CAPITALIZAÇÃO S. A.

Matriz: Rua do Ouvidor, 87

